



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 94

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 13 de Abril de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se à apresentação dos diversos votos.

- Voto de Congratulação “Pela conquista da taça de Portugal de Sénior Feminino em voleibol pelo Grupo Desportivo Ribeirense”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Abel Moreira (*CDS/PP*) e submetido à votação, o Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “ Pelos 75 anos da Casa do Povo da Fajã de Baixo”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), tendo usado da palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Germano Tavares”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “Pelo falecimento do Dr. João de Brito Almeida de Borges Ponte”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Rego (*PS*), tendo usado da palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Terminado este ponto, passou-se para as Declarações Políticas.

A primeira, levada a cabo pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), tendo usado da palavra no debate os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Durante o debate usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), seguido de um contra-protesto pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*). Em consequência do contra-protesto apresentado, usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

A segunda, apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), tendo participado no debate o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Terminado este ponto, passou-se para as Intervenções de Interesse Político Relevante.

A intervenção foi apresentada pelo Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*), tendo usado da palavra os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), António Ventura (*PSD*), José Cascalho (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mark Marques (*PSD*), António Pedro Costa (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), António Toste (*PS*), Paula Bettencourt (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1. Apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro (Parque Natural da Ilha de Santa Maria)”, pelo Grupo Parlamentar do PS.

O diploma foi apresentado pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

2. Apresentação e discussão do relatório final da Comissão Eventual para analisar a aplicação de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, na Região Autónoma dos Açores.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Alexandre Pascoal (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Pedro Medina (*CDS/PP*), João Costa (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), e ainda a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias”, apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Após a apresentação do diploma, participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Francisco Álvares (*PSD*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

4. Projecto de Resolução n.º 6/2011 – “Construção de um museu na ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Guilherme Nunes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Zuraida Soares (*BE*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos iniciar os nossos trabalhos e vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos entrar no nosso PTAP, começando naturalmente pelos votos. Assim, dou a palavra ao CDS/PP, ao Sr. Deputado Abel Moreira, para apresentação de um voto de congratulação.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Clube Desportivo Ribeirense, com sede na ilha do Pico, iniciou a sua actividade como muitos outros clubes desta Região: um grupo de jovens que se decidiu juntar e fazer o que hoje um grande clube com um palmarés bem grande.

Com apenas 25 anos de existência, este clube já foi campeão em vários anos.

Em apenas cinco anos atingiu o primeiro campeonato em iniciados e seniores masculinos e já conta no seu palmarés com vários títulos regionais.

O Clube já teve outras modalidades, tais como hóquei em patins, atletismo, vela e remo. Presentemente tem voleibol, corrida em patins e futebol de salão já com muitíssimos títulos alcançados nas várias modalidades.

Importa realçar hoje o voleibol feminino que, no passado fim-de-semana, em Baião, ganhou pela segunda vez na sua história (já o tinha alcançado na época de

2008/2009) a Taça de Portugal da modalidade, conseguindo assim voltar a inscrever o nome do clube na senda desportiva nacional, mas, acima de tudo, projectando o nome da ilha do Pico e da Região Autónoma dos Açores para um patamar cada vez mais profissional.

Isto tudo se deve ao empenho dos seus atletas e treinador e à dedicação dos seus dirigentes.

Por este feito, o Grupo Parlamentar do CDS-PP quer endereçar aos seus dirigentes, atletas e equipa técnica os parabéns pela vitória alcançada.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela conquista da Taça de Portugal de Sénior Feminino em Voleibol, saudando tal feito histórico no desporto Nacional.

Deste voto, deve ser dado conhecimento à direcção, técnicos e atletas do Clube Desportivo Ribeirense.

O Deputado Regional, Abel Moreira

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Creio não haver inscrições. Assim sendo passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao voto seguinte, desta feita da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata sobre os “75 anos da Casa do Povo da Fajã de Baixo”.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

75 anos da Casa do Povo da Fajã de Baixo

A Casa do Povo de Fajã de Baixo inicia a 1 de Maio próximo, as celebrações das suas bodas de platina, tendo sido das primeiras que surgiram nos Açores, três anos após a publicação do diploma que as instituiu. Começou por ser um organismo de cooperação social, com o objectivo de estimular o sentido social, tendo em vista a melhoria das condições de vida da freguesia.

A Casa do Povo passou depois a funcionar como instituição de previdência social, designadamente com a acção médico-social e protecção na invalidez, desenvolvendo ainda actividades de promoção social, cultural, profissional e valorização dos seus associados.

Após 1974, perdeu, tal como todas as outras Casas de Povo, o seu carácter corporativo e transformou-se numa Instituições Particular de Solidariedade Social, com uma vasta intervenção sócio-cultural.

Ao longo destes 75 anos de existência, a Casa do Povo de Fajã de Baixo, hoje instalada na casa onde nasceu Natália Correia, tem levado a cabo um conjunto de actos cívicos que congregam a população em torno da Instituição, tendo vindo alargar as suas actividades para novas modalidades de acção social e de cultura solidária, como é o caso do Festival de Sopas com assinalável êxito tem acontecido junto da população da ilha de São Miguel.

Foi seu fundador, o conhecido actor Manuel Leite Barbosa, que dinamizou o teatro popular na Fajã de Baixo e na ilha de S. Miguel, tendo fundado o Grupo Teatral da Casa do Povo da Fajã de Baixo, que tanto sucesso teve, a partir da década de sessenta, tanto nos Açores, como nas comunidades açorianas. Poeta e autor do teatro de revista, deixou uma vasta obra, revelando-se sob a sua mestria de ensaiador muitos artistas. José Barbosa esteve ainda ligado ao jornalismo como director do semanário “A Ilha”.

Actualmente, José Dinis Carvalho tem estado à frente dos destinos da Casa do Povo da Fajã de Baixo, como Presidente da Direcção, dinamizando com êxito aquela instituição, com variadas actividades, muito participadas pela população e fomentando e divulgando as tradições locais.

Tratando-se, assim, de uma data de grande significado para aquele organismo, propomos que este Parlamento se associe às celebrações dos 75 anos da Casa do Povo da Fajã de Baixo, congratulando-se por este acontecimento.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, através dos Deputados subscritores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais apresentam um voto de saudação por esta data, saudando os seus legítimos representantes, bem como toda a população da Fajã de Baixo.

Horta, 12 de Abril de 2010

Os Deputados, Duarte Freitas e António Pedro Costa

Presidente: Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS associa-se ao Voto de Congratulação pelos “75 anos de vida da Casa do Povo da Fajã de Baixo”, enaltece a acção cívica e solidária que tem exercido, destacando o seu envolvimento em acções culturais inovadoras, como é o caso do Festival das Sopas, que decorreu no espaço da Casa de Saúde de São João de Deus, que em muito tem contribuído para aumentar o contacto da sociedade com esta comunidade institucionalizada.

Pela acção cívica, solidária e pelo papel cultural que desempenha, nomeadamente no teatro, mais uma vez o PS associa-se a este Voto.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida passamos para um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e relativo à pessoa de Germano Tavares.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional Região Autónoma dos Açores, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

O distinto jornalista Germano Tavares foi um cronista e um entrevistador de elevada craveira.

Faleceu em Ponta Delgada, neste mês de Abril, com 84 anos de idade.

Homem afável, muito delicado, com uma escrita atractiva e sempre disponível para relatar os acontecimentos relacionados com os Açores.

Era o mais antigo colaborador da imprensa açoriana, começou as suas colaborações aos quinze (15) anos de idade, no jornal “Correio dos Açores”, dirigido pelo, também, distinto jornalista Cícero de Medeiros, depois colaborou no jornal “Açores” e actualmente publicava os seus aliciantes artigos no Jornal “Açoriano Oriental”.

Entrevistou inúmeras personalidades de relevo da sociedade internacional, nacional e regional, sempre ao serviço da imprensa regional e do Rádio “Clube Asas do Atlântico”, onde também prestou colaboração.

Foi um dedicado comerciante de brinquedos, na cidade de Ponta Delgada.

Na década de sessenta fixou residência em Lisboa.

A partir da capital portuguesa enviava as suas interessantes crónicas da vida dos portugueses, com histórias sempre muito apreciadas pelos seus fiéis leitores.

Em 2008, regressou à Região Autónoma dos Açores e continuou a publicar as suas crónicas e oportunas entrevistas no jornal mais antigo de Portugal.

O eminente jornalista, Germano Tavares, é um ilustre Açoriano que deixou na imprensa micaelense a sua marca, recheada de descrições, a que não faltou colorido, realismo e pormenor.

Os Açores elevaram-se com as suas letras e com as suas dignas palavras.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove este voto de pesar pelo seu falecimento e dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas condolências.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 13 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, *Ricardo Cabral, Berto Messias, Francisco César e Carlos Mendonça*

Presidente: Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, pois sempre nos habituámos a ler regularmente as crónicas do distinto jornalista Germano Tavares, que durante largos anos, mesmo de Lisboa, nos informava das mais curiosas notícias que iam acontecendo semanalmente na capital do país.

Desde muito novo, com a sua pena leve, deu os seus primeiros passos na escrita jornalística espalhando a sua apreciada colaboração, tanto na imprensa escrita, como na rádio.

Por isso, associamo-nos ao Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Disse.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida, temos um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo à pessoa do Dr. João de Brito Almeida Borges Ponte.

Sr. Deputado José do Rego tem a palavra.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 2 de Abril de 2011, o ribeira-grandense Dr. João de Brito Almeida Borges Ponte, médico veterinário municipal do concelho da Ribeira Grande.

Nascido a 28 de Novembro de 1953, o Dr. João Crispim, como ficou conhecido, iniciou o seu trabalho ao serviço do Município da Ribeira Grande a 01 de Abril de 1981 como Técnico Superior de Medicina Veterinária.

A sua formação, aliada ao seu profissionalismo, constituíram desde o início da actividade profissional, uma mais-valia para a população ribeira-grandense e micaelense, uma vez que o Dr. João Crispim esteve sempre apostado na divulgação das necessárias e boas práticas a manter nas explorações pecuárias e da medicina veterinária em geral. A sua grande disponibilidade, prestabilidade e a sua humildade também concorreram para que fosse admirado e respeitado por todos.

Este ribeira-grandense foi um exemplo daqueles que após a sua formação superior voltaram à sua ilha, para exercer a sua actividade profissional numa época em que muitos ficavam por outros espaços mais atractivos para o desenvolvimento de uma vida profissional e familiar, optando assim, pela sua cidade natal porque muito amava a sua terra.

Para além de membro da Ordem dos Médicos Veterinários e de diversas instituições sociais ribeira-grandenses, destaca-se a sua participação nos órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande como Presidente da Mesa da Assembleia-Geral daquela Associação Humanitária de 1980 a 1984.

O seu empenhamento e a sua disponibilidade pelas causas públicas levaram a que se candidatasse à Presidência da Câmara Municipal da Ribeira Grande nas eleições autárquicas de 1988.

Estes são alguns exemplos deste cidadão com um perfil interveniente e actuante que defendeu sempre os interesses da população onde se inseriu.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em 13 de Abril de 2011, a aprovação de um voto de pesar por esta tão irremediável perda e que sejam manifestadas as mais sentidas condolências à sua esposa, aos seus filhos, bem como à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Horta, sala das Sessões, 13 de Abril de 2011.

Os Deputados Regionais, *Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, José Rego e Catarina Furtado*

Presidente: Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD também se associa com pesar a este Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Com efeito o ribeira-grandense, Dr. João Crispim Borges da Ponte, era um competente funcionário municipal com quem durante alguns anos trabalhei e era uma pessoa respeitada pelo seu profissionalismo.

A sua acção no concelho da Ribeira Grande não se ficou apenas pela sua área profissional pois participava também activamente na vida social e cívica com empenho e todo o denodo.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor deste Voto de Pesar pela perda do ilustre ribeira-grandense que tão precocemente partiu da nossa companhia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos, Sras. e Srs. Deputados, os votos que foram apresentados hoje. Vamos entrar no período das Declarações Políticas. Para tal, de acordo com

o que ficou acordado em Conferência de Líderes, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A crise que atravessamos, consequência directa de orientações políticas e económicas de matriz neoliberal, orientações que já duram à 35 anos, trouxe e continua a trazer clarificações políticas importantes.

Os responsáveis pelo Estado – e pelo estado a que chegámos – persistem em disfarçar as suas mais ou menos avultadas culpas pela crise económica, financeira e também política.

Assistimos, por isso, a um estranho “baile furado”. O PS, o PSD mas também do CDS/PP tentam fugir do meio do salão deste baile, para que os portugueses não notem as suas responsabilidades no abismo para onde conduziram o país.

O PS, procurando combater o seu potencial isolamento social e político tenta fingir que ginga para a esquerda.

Deputado Francisco César (PS): Estávamos melhor sem o PCP! Até o PSD reconhece!

Deputado João Costa (PSD): Isso já nem é uma cassette, é um disco riscado!

O Orador: Lamenta-se!

Dramatiza e lamenta-se pela crise política que criou e agita com o espectro da direita, apelando ao espírito de mal o menos. Mas o seu líder vai, entretanto, anunciando que o programa eleitoral é de continuidade. Mostrando que, afinal, as receitas de sempre são para repetir e que, neste PS, nem as moscas mudam!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então, Sr. Deputado!

O Orador: O mal menor para o PS é e continua a ser, o mal maior dos portugueses.

O PSD rodopia e rodopia para que não se note que a sua discordância com o PEC que inviabilizou na Assembleia da República afinal não é tão grande assim. Enquanto antes, para Passos Coelho a receita nunca seria o aumento de impostos agora, perante a inebriante melodia do poder ao alcance dos dedos, já vai

anunciando que, enfim... o IVA... o IRS... e que não se deve diabolizar o FMI, afinal coitadinhos só cá estão para ajudar.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que diz isso?

O Orador: Paulo Portas, vai ensaiando um “vira” numa clara afirmação de disponibilidade para dançar seja com o PS seja com o PSD, tanto lhe faz desde que possa dar uma perninha de dança.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desde que não seja com o PCP!

O Orador: O CDS-PP está inebriado com a doce nostalgia do poder, onde prestou tantos e tão valiosos serviços, em casos conhecidos como o “Portucale”, o Casino de Lisboa ou a compra dos helicópteros, só para dar alguns exemplos e,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é mais para ali.

O Orador: ...sem ter de mergulhar nas águas lodosas do negócio dos submarinos.

Deputado Mark Marques (PSD): Agora é mais para aí!

O Orador: Perante o desastre público e notório, estes três partidos – cujo programa eleitoral é só um, a redigir pelo FMI – não conseguiram questionar os seus dogmas ideológicos nem aprender o que quer que seja.

Por isso abandonam, por isso abdicam, por isso se dispõem a vender Portugal e entregar de mão beijada aos interesses especulativos estrangeiros tudo o que estes ainda não conseguiram rapinar!

A entrada do FMI em Portugal não passa de uma vergonhosa capitulação por parte destes três partidos, que podem agora alijar responsabilidades políticas e remetê-las para as condições de “resgate” do país.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Baixem o capital.

O Orador: A culpa, aquela coisa que em Portugal costuma morrer solteira, já não será deles, mesmo que voltem assumir responsabilidades no Governo. E dirão: “É o FMI...”

E o “baile furado” passará então a “baile mandado”.

A fabulosa “ajuda” que o estrangeiro nos oferece é, afinal,...

Deputado Mark Marques (PSD): O disco está riscado!

O Orador: ...permitir aos especuladores financeiros pedir emprestado a 1% ao BCE para depois nos emprestarem a 6, 7, 8, 9, 10 ou mesmo 12% como já estão a

pagar os países onde entretanto está a decorrer o resgate. E, interferir sem pejo na condução dos assuntos nacionais, impondo, com a arrogância dos credores, os sacrifícios que PS, PSD e CDS-PP nunca conseguiram impor.

Isto não é ajuda!

Isto é saque puro e duro!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É cassette! Baixem o capital.

O Orador: Nos Açores também se dança – e bem – até porque a mórbida melodia da crise também se faz ouvir. E ouvimo-la amplificada pelos problemas estruturais que subsistem e continuam a estrangular o desenvolvimento regional.

PS, PSD e CDS-PP também por cá se dispõem a entregar a Região ao “incontornável” ditame dos seus líderes nacionais.

Um exemplo é o continuado e permanente ataque aos meios financeiros da Região, de uma forma ou de outra, por eles subscrito e apoiado.

Deputado Francisco César (PS): O que é que isso quer dizer, Sr. Deputado?

O Orador: A sistemática adulteração da Lei das Finanças Locais e da Lei das Finanças Regionais, nomeadamente por via do Orçamento de Estado, em que o Governo da República dá e tira a seu bel-prazer o dinheiro que pertence aos Municípios e à Região é um dos mais graves ataques à Autonomia. Mas a resposta é o silêncio ou que, “enfim... são só 20 milhões...”.

Deputado Francisco César (PS): Já estamos esclarecidos!

O Orador: A acção política do PCP rege-se por princípios, para nós, é inaceitável que a Lei de Finanças Locais e a Lei das Finanças Regionais não sejam cumpridas, quer se retirem aos açorianos 20 milhões ou 20 cêntimos!

É esta actuação, centralista, que os senhores e os vossos líderes nacionais agora apoiam.

É deste princípio básico da Autonomia que os senhores agora pretendem abrir mão, preparando-se para negar o que recentemente aqui aprovaram por unanimidade.

O Presidente do PS Açores, ora é contra o PEC, ora lamenta o seu chumbo, ora vai dizendo que, afinal, não era muito o dinheiro que Sócrates planeava tirar aos açorianos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sempre para baixo!

O Orador: ...do Presidente do Governo Regional exigir-se-ia, agora mais que nunca, uma posição de defesa intransigente do interesse dos Açores. Mas não, a obediência ao chefe de Lisboa fala mais alto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: A líder do PSD Açores, diz que não quer falar de culpados da actual situação do país – e entende-se. Não vá alguém lembrar-se das responsabilidades do PSD ou, no caso concreto de como Cavaco Silva se recusou, durante anos a fio, a criar uma Lei de Finanças Regionais, que trouxesse regras claras e justas de financiamento às Autonomias.

E, de facto, Berta Cabral não pode fazer grandes alardes depois do que tem sido o programa e as medidas anunciadas por Passos Coelho, no que diz respeito a novos sacrifícios para os portugueses, designadamente para os açorianos que terão de suportar ainda de forma mais penalizadora esses sacrifícios.

O Presidente do CDS/PP, vai falando baixinho, pois o seu líder nacional, está comprometido com o Presidente da República e com as suas declarações sobre a “repartição de sacrifícios”, sobre os mesmos sacrificados de sempre, é claro.

Neste barco de imposição de mais sacrifícios, de cortes nos salários, de aumentos nos impostos, de reduções nas prestações de quem mais precisa, de reduções ainda mais gravosas no já depauperado investimento público, em nome de metas e medidas absurdas, enquanto se aponta para a atribuição de maiores apoios à banca e sector financeiro mas, como dizia é neste barco capitaniado por Cavaco Silva e tendo ao leme o FMI que os líderes regionais e nacionais do PS, do PSD e do CDS/PP navegam, sem rumo.

Sem rumo para os Açores!

Sem rumo para Portugal!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como disse no início desta intervenção, esta crise traz consigo, apesar de tudo, importantes clarificações.

E se ficaram claros os resultados da política de PS, PSD e CDS-PP e a sua teimosia em tentar continuar a aplicar de forma agravada as mesmas receitas, ficou também à luz do dia a oportunidade que se oferece a Portugal.

E falo de oportunidade porque cada vez mais portugueses entendem que aquilo que lhes querem vender como uma inevitabilidade, não passa da continuação da mesma política para servir os mesmos de sempre.

Porque, por mais que as escondam ou ignorem as soluções existem. As soluções existem e estão ao alcance dos portugueses, estão ao alcance de Portugal.

A verdade é que as mudanças que Portugal precisa não virão nem podiam vir de qualquer um destes três partidos.

E por isso, senhoras e senhores deputados, a clarificação maior, a que mais importa, virá, como deve, da voz do nosso Povo. E essa pode ser a grande oportunidade para exigir a necessária e indispensável ruptura com o rumo de declínio, injustiça e empobrecimento do país.

E não resisto a terminar com as palavras de José Saramago:

*“Mas quando nos julgarem bem seguros,
cercados de bastões e fortalezas,
hã-de ruir em estrondo os altos muros
e chegará o dia das surpresas.”*

Disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, as regras são por demais conhecidas. Aceitam-se inscrições. O PCP já esgotou o seu tempo, ficou exactamente nos 10 minutos.

Repito! Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

***Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por cumprimentar o Sr. Deputado Aníbal Pires e referir apenas que se houvesse a possibilidade de ceder tempo ao Sr. Deputado para poder responder, nós com bom grado o faríamos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vou arranjar, não se preocupe! Aliás, o senhor vai ajudar-me a arranjar tempo!

O Orador: Todos sabemos que esta crise bateu-nos à porta e instalou-se no nosso país aprofundando fragilidades da nossa economia e do nosso tecido produtivo, que ainda não estavam devidamente resolvidas. Havia muito trabalho a fazer no nosso país.

Esta crise internacional que nos afecta, revelou problemas estruturais, não só no nosso país, como em todos os países da União Europeia, exactamente da mesma forma.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando é que começou?

O Orador: Nós, nesta altura, agimos. E agimos de acordo com todas as recomendações das instâncias internacionais. Agimos prontamente. Intervimos no sistema financeiro, aumentámos o investimento público, aumentámos o apoio às exportações, aumentámos e melhorámos o apoio às empresas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não foi nada inédito, foi tudo aquilo que foi seguido por todos os países do mundo ocidental.

Nós agimos desta forma e provavelmente isto foi um erro...

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE): Ah!

O Orador: ...porque sempre acreditámos que esta era a melhor forma de intervir. Se foi um erro, nós fizemo-lo porque acreditávamos que esta era a melhor forma de intervir para salvar a economia portuguesa. Mas se agimos desta forma, será que estivemos sozinhos? Será que fomos os únicos partidos que reclamaram por estas premissas?

Vejamos o que é que os partidos que estão aqui representados pediram na Assembleia da República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais? Quem? Diga lá!

O Orador: O que é que os senhores fizeram?

Quando nós aumentámos o investimento público, a maior parte dos partidos que aqui estão, pediram o reforço do PIDDAC; quando nós fizemos aumentar as reformas, os senhores pediram o reforço das reformas e das pensões; ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E continuamos a pedir.

O Orador: ...quando nós tentámos instalar avaliações de desempenho na função pública, o que é que os senhores fizeram? Os senhores foram contra estas avaliações de desempenho, dizendo que nunca eram suficientes ou nunca eram correctas. Populismo, Srs. Deputados!

Quando nós quisemos aumentar a receita, a maior parte dos partidos aqui representados foram contra o aumento da receita.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que sempre se viu nesta oposição é que os senhores estiveram sempre ao lado da despesa e sempre contra a receita.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, nós tivemos grandes problemas fruto desta escolha e daí o mundo mudou e fruto da falta de governo político e de regulação do sistema financeiro, fomos obrigados a conter o desequilíbrio que esta posição e que estas opções revelaram nas nossas finanças públicas.

Tivemos que intervir e fizemo-lo com sucessivos PEC's, uns aprovados pelo PSD, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

O Orador: ...e muitos deles alterados pelo próprio PSD contra aquilo que eram as políticas do nosso Governo. A situação agudizou-se e após negociações muito duras com a União Europeia, com os parceiros sociais, com o Banco Central Europeu, conseguimos chegar àquilo que seria um acordo histórico para Portugal e para a Europa no sentido de resolver o problema do financiamento da economia portuguesa. O que é que esta oposição fez?

Esta oposição tirou o tapete ao país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Esta oposição tirou irresponsavelmente o tapete ao país.

Deputado Rui Ramos (PSD): Irresponsável foi quem se foi embora!

O Orador: Porquê? E é isto que os açorianos e as açorianas têm de saber. Porquê? Por ser muito austero, por penalizar muitas famílias?

Sras. e Srs. Deputados, os Srs. Deputados que na Assembleia vieram dizer que este Programa de Estabilidade e Crescimento era muito austero, em primeiro lugar, não apresentaram alternativas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PSD!

O Orador: O PSD não apresentou alternativas ao Programa de Estabilidade e Crescimento que chumbou.

Curiosamente, o PSD reclamou que era um pacote de austeridade muito austero, mas quando foi para o exterior a primeira coisa que foi dizer foi que – vejam lá – este pacote de austeridade não ia o suficientemente longe.

Deputado José San-Bento (PS): E em inglês!

O Orador: Não era austero o suficiente. Tenham vergonha, Srs. Deputados! Tenham vergonha dessa vossa posição!

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi isso que foi dito.

O Orador: Os senhores que sempre disseram que nunca aumentariam os impostos sobre o consumo por estes serem discriminatórios sobre aqueles que ganham menos, porque todos têm de consumir, sempre privilegiando os impostos sobre o rendimento, à saída de uma reunião com a Sra. Merkel, depois de levarem um puxão de orelhas, a primeira coisa que vêm dizer é que vão aumentar os impostos sobre o consumo. Tenham vergonha, Srs. Deputados, não é esta a opção.

Sras. e Srs. Deputados, o futuro não vai ser fácil.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Deputado António Marinho (PSD): Já não é!

O Orador: A base da negociação com o FMI vai ser com base no PEC 4, que os senhores não queriam. O futuro não vai ser fácil. Vamos ter um possível aumento de impostos; um congelamento provável das pensões e dos salários; um pagamento de Subsídio de Férias e de Natal provavelmente em dívida pública, ou mesmo não pagamento; ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas quem nos levou a este estado?

Deputado João Costa (PSD): O seu ar de satisfação a dizer isso é que é vergonhoso!

O Orador: ...um aumento das taxas por utilização da saúde e provavelmente dos transportes; mais cortes nos ordenados; mais recessão económica, por causa dos Srs. Deputados e da vontade que tinham de chegar ao poder.

Mas há uma coisa que os açorianos, as açorianas e os portugueses reconhecem a este Governo: tudo fizemos para que o FMI não chegasse a Portugal.

Deputado João Costa (PSD): Pode começar a bater com a mão no peito. Fracassaram!

O Orador: E aquilo que nós nos comprometemos perante esta sala, perante todos os açorianos e açorianas é que tudo faremos para defender Portugal do estado e da responsabilidade que os senhores fizeram e que levaram a que a economia estivesse em risco.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, começaria por dizer o seguinte. Se a voz do povo é o PCP, então há muito pouco povo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Paciência, Sr. Deputado!

O Orador: É a conclusão que podemos tirar dessa sua intervenção.

Eu percebo que ninguém queira dançar com um dinossauro como é o PCP. Portanto, não arranja parceiro para a dança.

Parece que houve uma paixão arqueológica do Bloco que naturalmente é capaz de dançar talvez uma marcha estalinista ou leninista, que hão-de ensaiar os dois terreiro do “passa fora”, portanto, pelo menos consiga essa coisa.

Depois, Sr. Deputado Aníbal Pires, gostaria que esclarecesse aqui a Câmara e os açorianos quem é que trouxe pela primeira vez o FMI a Portugal? Porquê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PS e o CDS/PP em 70. Não vou ter tempo, por isso leva já em aparte!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires vai explicar aos açorianos com um sotaque açoriano – escolha o que quiser, há vários, há uma paleta de sotaques, para ver se eles percebem –, dentro dos sotaques disponíveis, quem é que deu cabo de Portugal entre 75 e 78. Quem é que esteve no governo de Portugal? Quem é que assaltou, quem é que despediu, quem é que violentou, quem é que perseguiu e quem é que levou Portugal à falência pela primeira vez neste século passado, Sr. Deputado Aníbal Pires?

O senhor não vem aqui branquear a acção do PCP, Sr. Deputado Aníbal Pires, em que o primeiro responsável pelo desastre das finanças públicas é o Partido Comunista Português. Curiosamente, o partido dos trabalhadores que tem o maior património de Portugal. Isso é que o senhor também tem de explicar aos açorianos onde é que foram buscar esse património imenso que os senhores têm embrulhado, Sr. Deputado Aníbal Pires. É que ser do povo e ter fortunas ocultas é que não pega perante o mesmo povo, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Francisco César (PS): Tem direitos de autor incluídos!

O Orador: E Sr. Deputado Aníbal Pires, efectivamente o CDS Açores articula-se com o CDS nacional, como todos os partidos democráticos se articulam com os seus partidos nacionais, agora vou-lhe dizer uma coisa, nós não estamos dependentes de um decrépito comité central e muito menos de um controlador regional.

De resto, o senhor não é credível, não tem credibilidade para vir para aqui dizer o que disse e muito menos apontar o dedo a alguém e os portugueses e os açorianos, que falam açoriano, já deram bem por isso, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, com certeza com muito gosto, uma réplica a vossa excelência e dizer-lhe o seguinte. Registei a palavra aumento que vossa excelência referiu na sua intervenção. Aumento dos impostos, aumento do IVA, aumento do IRS...

Deputado Francisco César (PS): Não disse isso! Eu disse isso?

O Orador: ... aumento da pobreza. Foram os aumentos que os senhores fizeram.

Aumento do IRS, aumento do IRC, aumento da pobreza, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado João Costa (PSD): Aumentos sucessivos!

O Orador: Aumento da luz, da água, do gás, do pão, etc., Sr. Deputado Francisco César.

Esses foram os aumentos que os senhores conseguiram.

O senhor usou aí outra palavra que também registei: tapete. Curiosa palavra!

Deputado Rogério Veiros (PS): Tiraram o tapete ao país.

O Orador: Todos nós temos a experiência de quando contratamos uma empregada doméstica, ela nos primeiros meses...

Deputado Francisco César (PS): Todos os açorianos têm essa experiência! Todos têm empregada de limpeza em casa! É a visão do CDS!

O Orador: ...é uma maravilha. Chegamos a casa, a casa está limpinha, não há pó, está tudo muito limpinho. A vassoura varre muito bem, uma empregada efficientíssima, não há pó, não há nada. É uma maravilha! Ao fim de uns meses descobrimos que a empregada em vez de limpar, punha o pó debaixo do tapete.

É isso que o governo de José Sócrates fez durante estes anos. O governo de José Sócrates pôs o lixo debaixo do tapete. Portanto, essa situação que o senhor diz que é de agora, foi em 3 meses, o PEC 4. Isso é tudo falso.

Deputado Francisco César (PS): Porque os senhores não viabilizaram o PEC 4, mas agora vamos ver. Já estão em São Bento hoje.

O Orador: Redondamente falso! E é falso pelo seguinte: um cidadão português que falhe por um dia o pagamento à Segurança Social, leva uma multa; um cidadão português que falhe por um dia o pagamento do IRS, leva uma castanha; mas o Ministério da Administração Interna reteve as verbas de IRS, reteve as verbas da Segurança Social e não as entregou ao Estado e ao Ministério das Finanças. Descontou aos seus trabalhadores, retirou do ordenado dos seus trabalhadores e não pagou ao Ministério das Finanças, Sr. Deputado.

Onde é que andaram a torrar o dinheiro? Onde é que se andou a torrar esse dinheiro, Sr. Deputado, ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

...que retiraram do bolso dos contribuintes?

Agora chega-se ao cúmulo do Ministério das Finanças ir fazer um acordo com o Ministério da Administração Interna para deferirem os pagamentos da incompetência e da desonestidade absoluta com que os senhores gerem o dinheiro dos trabalhadores portugueses.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não vai sair daí com esse discurso!

Deputado Francisco César (PS): Tinha tanta esperança em si, Sr. Deputado!

O Orador: E mais Sr. Deputado, termino só com mais um aumento que não podia de deixar de lhe dizer, que é preocupante: é o aumento das refeições nas cantinas das escolas durante as férias, ...

Deputado José San-Bento (PS): O aumento da demagogia, isso é que é!

O Orador: ...porque as famílias já não têm dinheiro para dar comida aos seus filhos. O que não acontecia há anos, as cantinas escolares vão estar abertas nas férias para dar de comer às crianças, Sr. Deputado.

É o tal estado que os senhores tanto negavam e a que os senhores voltaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Está tudo em risco por causa da vossa irresponsabilidade.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para um protesto. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não tem motivos para isso.

O Orador: Neste protesto a resposta também a uma pergunta que o Sr. Deputado...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Vai protestar contra quê?

É um protesto, mas eu quero responder, o senhor não quer a resposta? A resposta é esta: quem chamou pela primeira vez o FMI a Portugal foi o PS e o CDS/PP. Portanto, está respondido.

O protesto fundamenta-se no seguinte. O Sr. Deputado Artur Lima na sua intervenção teceu várias considerações sobre o PCP que importa desmontar. A questão é esta: o CDS/PP, o PSD, o PS têm todos o mesmo programa e o programa é o de submissão aos interesses dos especuladores financeiros.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor nunca fala do Bloco de Esquerda?

O Orador: O PCP apresentou um conjunto de medidas que visavam nomeadamente diminuir a despesa, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: Mais! O PCP tem um conjunto de medidas imediatas que propôs oportunamente, que vão desde a renegociação da dívida em conjunto com os outros países de alterar o regulamento do Banco Central Europeu.

Oh, Srs. Deputados! Eu sei que vos custa, agora não podem é branquear.

Deputado José San-Bento (*PS*): Nem o senhor pode distorcer o Regimento da Assembleia!

O Orador: Os senhores têm todos há 35 anos a mesma política. O PCP tem um conjunto de propostas que põem os portugueses de Portugal em primeiro lugar e os senhores aquilo que põem em primeiro lugar é a especulação financeira.

Não se esqueçam que a Irlanda está a pagar 12% de juros. A Grécia a mesma coisa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima para um contra-protesto, tem 3 minutos.

***Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu percebo que numa perspectiva cristã, que se dê esta abrangência ao Sr. Deputado do PCP.

Agora, o Sr. Deputado do PCP que inscreveu-se para protestar contra aquilo que eu tinha dito, passou metade do seu protesto a dirigir-se ao Partido Socialista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado do PCP abusou do Regimento e isso é lamentável Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Presidente, eu nem sequer devia estar a fazer um contra-protesto. Eu deveria estar a fazer um protesto, mas como não quero alimentar querelas e o Sr. Deputado há-de ir aprendendo com o tempo o que é que há-de fazer. O Sr. Deputado ainda antes de eu acabar já estava a dizer que ia fazer um protesto, daí se vê a seriedade com que o Sr. Deputado Aníbal Pires encara o debate parlamentar. Efectivamente, no meu contra-protesto, só tenho que lamentar a postura e a atitude do Deputado Aníbal Pires, que tenta mais uma vez desfocar o debate do essencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa tem tentado usar o critério, um pouco lato, que sempre usa nestas circunstâncias. Agora, é bom que dentro daquilo que é o debate, todos mantenham uma postura de serenidade e de elevação.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para? Defesa da honra? Tem a palavra, Sr. Deputado.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu tenho muito respeito por vossa excelência, mas não lhe admito, nem ao senhor, nem a nenhum outro Deputado ou Deputada desta casa, que diga ou que ponha em causa a minha seriedade, quer pessoal, quer política.

Portanto, não lhe admito esse juízo. Aliás, Sr. Deputado, normalmente é useiro e vezeiro em nas suas intervenções, depois de se ter falado de alhos, o senhor falar de bugalhos.

Não lhe admito, nem lhe reconheço nenhum tipo de autoridade para fazer o que fez.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, não sei se quer usar do seu direito.

***Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez só para dizer que lamento profundamente o que aqui se está a passar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos retomar as nossas inscrições. Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado veio à liça!

***Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por acaso estava presente na Assembleia da República na discussão do dia 10 de Março passado, onde foi discutida a moção de censura apresentada pelo Bloco de Esquerda, e nas intervenções que tive a oportunidade de assistir, fiquei absolutamente convicto de que tudo estava bem.

A execução orçamental estava a decorrer bem, não havia problemas.

Deputado Francisco César (PS): Até ao dia em que chumbaram o PEC!

O Orador: Inclusivamente, os juros que desde Outubro do ano passado estavam acima daquilo que o Ministro das Finanças tinha colocado como fasquia para chamar o FMI, nem isso parecia levantar problemas. Desde Outubro de 2010 que estávamos com os juros acima dos 7% e mesmo assim, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já aumentou 10 vezes o *rating* e não se ouviu o Pedro Passos Coelho.

O Orador: ...apesar disso, o Governo garantiu que estava a correr bem, não havia problemas de execução orçamental, estávamos a aguentar essa alta de juros acima da tal fasquia, que importava a vinda do FMI. Qual não foi o meu espanto – penso de todos os portugueses – visto que neste país estava tudo bem controlado e governado, a 12 já necessitava de mais um PEC, porque afinal havia muitas coisas que estavam mal.

Deputado Berto Messias (PS): Medidas é mentira!

O Orador: Dois dias antes, tudo bem; dois dias depois, muitas coisas estavam mal, precisávamos de mais medidas de austeridade.

Que credibilidade é que se pode dar a um Governo que num momento nobre e solene na Assembleia da República garante que está tudo bem e dois dias depois afinal não estava, quando acabou por se saber que já nesse mesmo momento, em que diziam que estava tudo bem na Assembleia da República, estavam já a preparar e a negociar as medidas do PEC 4?

Deputado Francisco César (PS): É obrigatório! A renegociação do PEC é obrigatória!

O Orador: Que credibilidade é que isto traz aos políticos e que dignificação é que dá ao órgão máximo da democracia portuguesa que é a Assembleia da República? Agora, o que estamos a assistir - desde ontem que o FMI chegou a Portugal - é que já nos falam que o défice para 2011 poderá ser 5,6% e não 4,6% se não forem tomadas mais medidas.

Deputado Francisco César (PS): Não leu os jornais de hoje?

O Orador: Já começamos a ouvir, já sabemos que o défice de 2010 não foi de 7,3%, mas de 8,6%, e se não fosse considerada a medida extraordinária que foi a junção do fundo de pensões da PT, podia ultrapassar os 10%.

Já sabemos também que as previsões dizem que Portugal vai ser o único país do mundo em recessão em 2012.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Da Europa!

O Orador: Portanto, nestas matérias estamos todos conversados. Sabemos qual é a teoria do Partido Socialista. Antes, até ao dia 10 de Março, estávamos no país das maravilhas; a partir de 23 de Março estamos nas trevas, tudo por culpa de toda a gente, menos dos principais responsáveis.

Os senhores estão no Governo há 6 anos consecutivamente e estão há 16 anos com um ligeiro *intermezzo* dum governo PSD/PP.

Ganharam as eleições. A democracia é assim mesmo. Mas porque ganharam eleições...

Deputado José San-Bento (PS): E os senhores perderam.

O Orador: Exactamente! O senhor está dizendo tudo, Sr. Deputado José San-Bento. O PS ganhou as eleições para governar em 2005 e ganhou as eleições para governar em 2009 e portanto, não pode alijar as suas responsabilidades.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor ignora a crise financeira. Isso é intelectualmente desonesto.

O Orador: A sua verdade, Sr. Deputado José San-Bento, é que o mata. Os senhores ganharam eleições e estão a governar. Esta é a verdade.

A verdade também é que a 10 de Março não havia problemas, ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é meia verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é com demagogia, é com propostas.

O Orador: ...estava tudo a correr bem. Toda a gente assistiu, nem que fosse pela televisão, à discussão que se passou na Assembleia da República, no seguimento da moção de censura do Bloco de Esquerda.

Portanto, é extraordinária esta tentativa de branquear tudo isto que se passou nos últimos anos, inclusivamente no último mês.

Portanto, em relação a esta matéria, acho que não valerá a pena adiantar muito mais.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Há algo que concordo e há algo que discordo. Vou deixar a parte que concordo para o fim e vou dizer com o que discordo.

Acho que é injusto o Partido Comunista culpar todos os outros partidos ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Menos o Bloco de Esquerda!

O Orador: ...por não tomarem as medidas que o PCP tem na sua cartilha.

A verdade é que além dos eleitores terem vindo sucessivamente a responder a essa questão, há uma coisa que se impõe: responsabilidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A mesma solução!

O Orador: Independentemente de concordarmos com o Partido Socialista, independentemente de concordarmos com o Partido Popular, uma coisa é verdade: estes partidos, com diferentes soluções, com posições antagónicas em muitas matérias, demonstraram, e têm vindo a demonstrar, responsabilidade. Não é com

demagogia, não é com populismo que Portugal vai avançar. Não é com demagogia, não é com populismo que Portugal vai sair deste problema. É com responsabilidade.

O Partido Socialista pode ir mais por uma via de sacar dinheiro aos contribuintes;

...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o Partido Social Democrata pode ir por uma via de tentar controlar a despesa pública.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Há várias opções, há várias abordagens.

Deputado Francisco César (PS): Os Srs. Deputados defendem os aumentos dos impostos.

O Orador: Agora, a verdade é que todos nós sabemos que não se pode distribuir aquilo que não se cria e este é o grande problema.

Temos que criar primeiro, para distribuir depois...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa é uma proposta do PCP!

O Orador: ...e isso impõe uma responsabilidade que é incontornável aos partidos do arco governativo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só para terminar. Há algo em que concordo consigo, Sr. Deputado Aníbal Pires. Tocou num ponto que é importante e é importante aqui nesta casa, nos Açores, que é a questão do cumprimento, ou não, das transferências do Orçamento de Estado.

É verdade, já foi denunciado e está comprovado...

Deputado Francisco César (PS): Já está esclarecido!

Deputado Berto Messias (PS): Foi desmentido e esclarecido.

O Orador: ...que o Governo da República reteve ou pediu a devolução das verbas correspondentes aos 5% que deviam ser para as autarquias e que vieram para o Orçamento Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Foi desmentido e esclarecido.

Deputado António Marinho (PSD): Foi mentido!

O Orador: A verdade é esta. Na Madeira isto já foi assumido e passou-se exactamente o mesmo em relação aos Açores.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado.

O Orador: Os senhores não podem iludir esta situação. Nós temos um requerimento para comprovar.

Atenção a uma coisa...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...podem tentar iludir agora – todos nós e os açorianos já perceberam – mas o preto no branco, mesmo que os senhores queiram iludir agora, a partir de 5 de Junho vai vir ao de cima.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para participar neste debate, em primeiro lugar com alguma dificuldade em relação à declaração política do Sr. Deputado Aníbal Pires, porque a mim pareceu-me um arrazoado de crítica fácil, de distribuição de fruta – se me permitem a ligeireza da linguagem – por todos, menos pelo Bloco de Esquerda, o que até me pareceu a parte mais interessante da sua declaração política, o facto de ter poupado o Bloco de Esquerda, coisa que não era muito comum no PCP em tempos que lá vão.

Deputado José San-Bento (PS): Aqui há gato!

O Orador: Eu sei que agora têm reuniões e juntam-se muito, mas achei curioso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só porque não ataquei o Bloco de Esquerda na minha intervenção!

O Orador: E também achei curioso o senhor ter dito da governação do PS o que Estaline nunca disse de Lenine, ou que Lenine nunca disse de Trotsky, mas daí não resultou de certeza – e essa é que é a parte preocupante – nenhuma ideia, nenhuma solução, nenhuma proposta para resolver os problemas de Portugal. Essa é que é a parte grave, Sr. Deputado. É que o senhor gasta 10 minutos do seu tempo - eu não digo do nosso tempo – para fazer um apanhado de críticas, distribuí-las

por todos os partidos e não dá uma solução, uma ideia, uma proposta para Portugal, para o estado em que Portugal se encontra, para o futuro da Região e para o futuro do país. Isso é sintomático da sua maneira...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Posso esclarecer e garanto que são muito melhores que as vossas!

O Orador: ...de fazer política e portanto, julgo que se esclarece por si próprio. Mas eu pedi a palavra sobretudo para esclarecer também duas questões aqui levantadas, que dizem respeito ao Governo Regional e que me parece que os açorianos precisam de saber com exactidão o que se passou, ou o que se passa, e não ficar com a ideia de que aquilo que foi dito aqui tem algum fundamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem todo o cabimento.

O Orador: Em primeiro lugar disse o Sr. Deputado Aníbal Pires que o Governo Regional e o seu Presidente estariam capitulados na defesa da Região no que diz respeito à Lei das Finanças Regionais.

Ora isso é uma inverdade histórica! Diria mesmo, é uma mentira histórica!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é mentira!

O Orador: Se há alguém nesta casa e na realidade política açoriana que tem um passado, um capital na defesa da Lei das Finanças Regionais, Sr. Deputado, é esta bancada e em concreto o Sr. Presidente do Governo Regional, Carlos César.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O problema é que está a ficar descredibilizado!

Deputado João Costa (PSD): Por isso estava do lado do PEC 4!

O Orador: E o senhor sabe em debates havidos, inclusivamente aqui nesta casa,...

Deputado João Costa (PSD): Por isso aplaudiu o PEC 4!

O Orador: ...que do lado da Lei das Finanças Regionais estavam o Governo e o PS e do lado daqueles que queriam revê-la, prejudicando a Região, estava o Sr. Deputado e o seu partido e isso não foi há muito tempo, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado e o seu partido, que foram à Madeira - porque nós temos memória, estas coisas estão registadas —...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois têm! Escusa de estar com essa retórica que não vai a lado nenhum.

O Orador: ...dizer que a Lei das Finanças Regionais era uma injustiça para com os madeirenses e aqui diziam que eram defensores do critério de diferenciação.

Os senhores sobre Lei de Finanças Regionais, o Sr. Deputado, não tem boca de abrir, nem se podem sequer querer comparar com esta bancada e com a bancada do Governo e com a actuação em defesa dos açorianos do Presidente do Governo Regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vossa excelência está enganado quanto a isso!

O Orador: Segunda questão a esclarecer. O Sr. Deputado Duarte Freitas diz que está provado, que é fácil de saber que as transferências do Estado para a Região não estão a ser cumpridas e que toda a gente sabe.

O Sr. Deputado não sabe. Se o Sr. Deputado sabe, está mal informado, e a sua certeza não tem fundamento, porque o que é preciso que fique aqui claro é que no âmbito do Orçamento de Estado para 2011, a Região tem recebido de forma atempada a totalidade das verbas previstas por via do Orçamento e da Lei das Finanças Regionais.

Deputado António Marinho (PSD): Quem lhe disse isso foi o Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Tem recebido de forma atempada a totalidade das verbas previstas. Já recebeu as verbas relativas ao primeiro semestre e portanto, nesse ponto de vista, está tudo regularizado, tudo normalizado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): 40% foram descontados o ano passado e 60% este ano. Até sabemos a percentagem! Já deviam ter percebido que não podiam acreditar nele.

O Orador: Mais! Se quiser até posso ser um bocadinho mais específico. Em relação às verbas ...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Assim é difícil fazer um debate, porque os senhores perguntam e depois não querem ouvir a resposta. Portanto, é um bocadinho difícil, mas vou prosseguir.

Deputado João Costa (PSD): Vai ficar registado!

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Até posso ser um bocadinho mais específico em relação às transferências que dizem respeito ao IRS que são a preocupação maior do Sr. Deputado.

Em relação a essa matéria até recebemos uma verba superior àquilo que tínhamos efectivamente previsto receber. Portanto, não há nenhum atraso. Temos recebido de forma atempada, temos uma verba inclusivamente superior que resulta de um acerto.

Escusa de estar a fazer essa cara de surpresa, Sr. Deputado. Isto tem a ver com acertos que estavam previstos e portanto, os açorianos podem estar descansados que as verbas que estavam previstas transferir foram transferidas, têm sido transferidas e não tem havido, desse ponto de vista, nenhuma falha na solidariedade da República.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): 40% foi descontado em Dezembro e 60% este ano. Temos os dados. Só perguntamos a data!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados continuam abertas as inscrições. Creio não haver mais inscrições. O Sr. Deputado Aníbal Pires não pode encerrar.

(Vozes de protesto entre as bancadas)

Presidente: Querem continuar o debate Srs. Deputados, eu gostava mas não vos posso deixar.

(Aparte inaudível de um Deputado)

Presidente: Exactamente! Vou seguir a sugestão de um Deputado veterano desta casa. Vamos fazer um intervalo de meia hora, retomamos às 11 horas e 45 minutos.

(Eram 11 horas e 14 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 52 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, conforme o estabelecido em Conferência de Líderes, com uma declaração política do Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer, antes de iniciar o discurso, que tive a oportunidade de falar com o Sr. Deputado San-Bento, no sentido de lhe assegurar que a referência que aqui lhe faço não tem qualquer tipo de carácter ofensivo.

Deputado Berto Messias (PS): Para o senhor dizer isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Veremos!

O Orador: Começo por vos contar uma história que tem por finalidade ilustrar o que vou dizer a seguir. No dia 2 de Abril, por volta das 18 horas, tocou o telefone na minha casa da Ilha do Corvo. Quem era? A empresa de sondagens Eurosondagem que o PS contratou para tentar perceber quem é o candidato socialista a Presidente do Governo Regional que perde por menos nas eleições de 2012.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então o voto que o senhor vai ter é o seu.

Deputado José San-Bento (PS): Lá está o senhor a inventar!

O Orador: Asseguro-vos que esta ocorrência é real e que os factos são verídicos.

A entrevistadora deu-me três nomes, três possibilidades, para substituir o actual Presidente do Governo Regional: o Dr. Vasco Cordeiro, o Dr. José Contente e o Dr. Sérgio Ávila.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o Dr. André Bradford?

Deputado Rui Ramos (PSD): Deve se ter esquecido!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ela disse, mas ele esqueceu-se!

O Orador: Respondi que escolhia o Dr. André Bradford.

Amavelmente, a entrevistadora respondeu-me que não era possível escolher outro nome senão um dos três que me tinha referenciado. Retorqui que seria muito mais esclarecedor e cómodo para o entrevistado se fosse possível alargar o âmbito da escolha.

Aliás, eu próprio tinha mais três nomes para lhe sugerir: o Sr. Berto Messias, o Sr. Francisco César – um nome que não posso deixar de referenciar devido à minha condição de monárquico – e mais um. Ou seja 6 candidatos, mais um. Esse um deveria ser um judeu: o deputado José San-Bento.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Ao que isto chegou!

Deputado Berto Messias (PS): É uma declaração política!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e BE)

O Orador: A Sr.^a entrevistadora disse-me que, de facto, a escolha se resumia aos três que me tinha referenciado logo no início. Nesse momento da entrevista fiz um último esforço para alargar o leque de candidatos, argumentando que, restringidas assim as coisas, só nos era fornecida uma única hipótese real: o Dr. Sérgio Ávila. Confesso que, nesse preciso momento, a Sr.^a entrevistadora começou a perder a paciência comigo...

Deputado Berto Messias (PS): Compreende-se!

O Orador: ...e que me lançou um derradeiro ultimato para escolher finalmente um nome. Mantendo a minha coerência, escolhi o Dr. Sérgio Ávila. Dadas as circunstâncias é o meu preferido e o de toda a oposição açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação que descrevi anteriormente, enriquecida apenas com um toque alegórico aqui e ali, ilustra bem um facto indesmentível. O PS já se está a preparar para a sucessão do actual Presidente do Governo Regional.

Ou seja, meus senhores, estamos à beira de dar a oportunidade aos jovens, hoje com dezasseis anos, de conhecerem outro Governo, outras políticas, outros projectos e outras oportunidades. No fundo, abre-se agora uma janela de oportunidade para todos os que acreditam no pluralismo democrático...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Pluralismo é o senhor estar aí! Um sistema que permite que uma pessoa com 74 votos esteja aí é plural.

O Orador: ...e na eficácia do refrescamento das pessoas, das ideias e dos projectos políticos.

A oportunidade para a mudança começa agora. Repito: a oportunidade para a mudança começa agora, nestas eleições de 5 de Junho, que são uma espécie de introdução para as regionais de 2012.

Esta é a oportunidade de mudança! Este é o momento de fazer escolhas para o futuro e derrotar tudo o que o PS representa: deficit das contas públicas, desperdício, desemprego, destruição do aparelho produtivo e asfixia da vida política e cívica.

Nestas eleições podem, finalmente, os açorianos começar a desenhar o futuro. Um futuro próximo – muito próximo – com o Eng.º Sócrates fora do Governo deste país e um futuro radiante de alternância democrática nos nossos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino a minha intervenção focalizado nas eventuais consequências que o pedido de intervenção externa terá nos Açores. É possível perspectivar uma diminuição das Transferências do Orçamento de Estado para a Região.

Dada a nossa grande dependência externa não é possível não ficar preocupado – muito preocupado – com essa eventualidade. As consequências serão muito

significativas para o dia-a-dia dos açorianos. Proponho um pacto autonómico entre todas as forças políticas açorianas.

Vamos todos, sem excepção, juntar esforços para impedir que a Região venha ser muito penalizada. Falo de política pura e dura. Falo da capacidade de influenciar o Parlamento Nacional e as direcções dos grandes partidos políticos nacionais. Falo de lhes dizer e demonstrar que o processo autonómico e o processo de convergência económica não pode e não deve ser interrompido nos Açores.

Não é de egoísmo autonómico que falo. O ponto é que os Açores representam a grande oportunidade de futuro para este país. Representam 60% da área de soberania portuguesa. Representam o acesso de Portugal a um potencial de riqueza marítima absolutamente espantoso. Por isso, Portugal tem de ser forte, interventivo, dinâmico e afirmativo no Atlântico. E isso só é possível preservando uma Autonomia Patriótica nos Açores.

Queremos ser fortes para que Portugal também o seja. É isto que temos de dizer aos provincianos políticos de Lisboa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tenho tempo para referenciar muitos outros desafios, por isso deixo uma alusão final ao potencial da nossa diáspora: cerca de três milhões de açorianos e descendentes a residir no exterior.

Trata-se de um factor e de uma circunstância histórica que representa um enorme potencial para os Açores. Proponho que se mobilize a nossa Comunidade no exterior no sentido de lhes pedir a sua solidariedade nestas circunstâncias tão difíceis que vivemos. Que comprem produtos açorianos e que aqui desenvolvem parte dos seus negócios e investimentos.

Precisamos de todos, e eu sei, confio e acredito que podemos contar com um forte apoio da nossa extraordinária diáspora.

Disse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, na sequência de e quando o telefona toca estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

***Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor não me leu o que iria dizer de mim, mas nós no PS não condicionamos os nossos adversários, digam eles o que entenderem dizer, porque esta é a casa da democracia e do debate livre de ideias.

Confiamos que todos os Deputados devem ter a noção do sítio em que estão e saber ocupar condignamente as suas cadeiras.

Só tenho que lhe dizer o seguinte dessa sua intervenção, que foi uma mistura de não sei do quê, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ou é, ou não é!

O Orador: ...com campanha eleitoral, para lhe dizer só isso, Sr. Deputado: se o ridículo mata, a falta de consciência do ridículo mata duas vezes.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para encerrar.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é esta. Fiz uma introdução a uma alusão, a um telefonema real. O ridículo não é o meu, é de quem fez o telefonema.

Telefonam para um dos líderes da oposição a perguntar-me quem é que eu escolho para Presidente do Governo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É aleatório, Sr. Deputado.

O Orador: Quem é que eu escolho? Fazem-me uma pergunta e eu acho que o ridículo é do Partido Socialista que anda a fazer estas perguntas. Um partido que não quer ser ridículo pergunta aos seus militantes quem é que acham que deve ser. Não o perguntam a uma empresa de sondagens. Onde está o ridículo? É a quem não pergunta aos seus congressistas, aos seus militantes: “Olhem, por quem é que acham que se deve substituir o Presidente do Governo Regional?”. Isto não era ridículo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Esse método foi utilizado no PPM e não funcionou.

O Orador: Agora, ridículo é perguntarem-me a mim quem é que eu escolho para substituir o Presidente do Governo Regional. É evidente que a minha resposta foi no sentido de achar que o leque de candidatos estava incompleto e fundamentalmente o Sr. Secretário da Presidência não estava lá, era uma grande desilusão. Nesse sentido referenciei o seu nome, como referenciei os outros.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, meta-se na sua vida!

O Orador: Agora, o que eu acho grave é que um partido – e acho ridículo, devolvo-lhe a afirmação – ... então quem é que deve responder a essa pergunta de quem será o líder do PS? Não são os vossos militantes, os vossos congressistas? Quem é que vai decidir quem é o próximo líder do Partido Socialista? É a Eurosondagem. A Eurosondagem é que vai dizer: “Não, não. Quem é o próximo candidato a Presidente do Governo Regional do Partido Socialista é fulano tal, porque nós fizemos uma sondagem e o senhor tem outras condições: é mais simpático, o *marketing* é muito bom. Portanto, este é que é. Este é que é o nosso candidato.”

Isto é que é ridículo, Srs. Deputados.

Deputado Francisco César (PS): Ridícula é a sua intervenção!

O Orador: Portanto, perante uma situação destas, os senhores queriam que eu conseguisse referenciar essa situação, que é uma situação real, que os senhores não vão desmentir que não estão a fazer essa sondagem e que o PS não está a colocar esses 3 nomes na liça, queriam que eu fizesse o quê?

Que eu falasse disto sem me rir? Não consigo. Portanto, a única forma de referenciar isto, que é um facto importante, porque politicamente indica uma coisa, é que o PS, de facto, já está a procurar o seu sucessor, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas como é que sabe disso?

O Orador: ...mas não é debatendo ideias, não é debatendo projectos. É debatendo quem é que fica melhor na televisão. A escolha do Partido Socialista vai ser feita através da análise de quem é que fica melhor na televisão.

Onde é que está o ridículo, Srs. Deputados? Eu penso que o ridículo é nesta atitude.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ridículo é quem está a falar.

O Orador: É nesta sondagem, que eu achei uma sondagem absolutamente espantosa. Depois o Sr. Deputado San-Bento não ficou ofendido com esta questão. Ainda bem, porque a minha perspectiva foi esta: foi aligeirar a incoerência desta questão.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente termino já, fazendo referência a duas coisas que eram fundamentais.

Este discurso tinha 3 questões. Termino, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eram duas, já vai na terceira!

O Orador: Primeira questão: a alternância política. Eu defendo que devem ser os açorianos a escolher. Os senhores defendem que deve ser a Eurosondagem a escolher. Uma diferença muito importante.

Segundo ponto: propus uma coisa que é bastante importante, que os senhores não responderam, um pacto regime. Vamos defender os Açores unidos, vamos sair daqui unidos para defender os Açores perante as circunstâncias internacionais em que estamos. Alternância política sim, mas também em circunstâncias difíceis em que vivemos, eu pedi uma convergência dos partidos todos. Isto é ridículo, Sr. Deputado. Isto é ter o tal patriotismo autonómico de que eu lhe falei e de que já dei provas. O Sr. Deputado não é capaz de dizer que não fui congruente com isto.

Sempre que me foi pedido para estar ao lado da autonomia, disse sempre sim. É verdade, ou é mentira?

Os senhores sabem que é verdade. Este foi o segundo ponto.

Termino, para não abusar da paciência do Sr. Presidente, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já está a abusar!

O Orador: ...com o terceiro ponto, para vos dizer também outra ideia que acho que é fundamental: o apoio da nossa diáspora de 3 milhões de pessoas na América do Norte, de açorianos e dos seus descendentes, que podem dar um fortíssimo contributo aos Açores nestas circunstâncias em que vivemos, comprando os nossos produtos, investindo, pedindo auxílio, colaborando, integrando mercados. Digo-vos que não estamos a fazer tudo o que podíamos fazer nesse sentido.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E o senhor descobriu isso agora!

O Orador: São três ideias muito ligadas, muito coerentes. O ridículo, Sr. Deputado San-Bento, é vosso, que escolhem o vosso líder através de uma empresa de sondagens. Esse é que é o vosso ridículo!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nos reis não é assim, os filhos é que são os sucessores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o período das Declarações Políticas. Vamos entrar nas Declarações Políticas de Interesse Relevante. De acordo com a lista de inscrições que me chegou, dou a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que os sectores da agricultura e das pescas, são sectores de primordial importância para os Açores, dizer que têm um peso significativo para a sua economia, que representam um importante factor de estabilidade social, que contribuem de forma decisiva para a balança de transacção comercial, é já um lugar comum, dada a evidência destas afirmações.

Para o PS e para os Governos do PS, a importância destes sectores não foi descoberta recente, não é de agora que se tem agido em prol do desenvolvimento

destes dois sectores económicos, por sinal sectores produtivos que fomentam as exportações e que suportam toda uma outra actividade que dela depende, criando riqueza e postos de trabalho.

Para o PS a importância do sector primário não se comprova pelas palavras ou pelo número de entrevistas à comunicação social. Não!

O que diferencia o PS de outros partidos são as nossas acções, as obras, as iniciativas, os apoios, as medidas, que se traduzem numa evolução e modernização do sector, obras que desde 1996 não deixaram de se fazer, e que obrigaram a um avultado investimento, tal era o caos que recebemos como herança.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Muito foi o trabalho realizado, trabalho que está à vista de todos os que querem ver, trabalho que levou a que hoje consigamos ser competitivos, com cada vez mais e melhores produtos, num mundo cada vez mais competitivo e num mundo em crise económica e financeira.

Foi precisamente para debater estes temas, para se efectuar um balanço, para se ouvirem os parceiros, para se redefinir estratégias, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista levou a efeito mais umas jornadas parlamentares, nos dias 4 e 5 de Abril passados, estas exclusivamente dedicadas à agricultura, e às pescas.

E o que se pôde concluir? O que se pôde concluir, é que muitas foram as obras e as medidas! E que muitas são ainda as obras e as medidas, que de forma continuada se têm vindo a concretizar e que irão continuar a se realizar em conjunto com os agricultores e as suas organizações e os demais intervenientes das fileiras.

No sector Agrícola, muitos foram os Kms de caminhos rurais beneficiados, melhorando as acessibilidades de milhares de explorações por todas as ilhas. Mas sabemos que são ainda necessários mais e melhores acessibilidades. Pois mais caminhos serão melhorados, asfaltados, e beneficiados pela mão do PS;

Muitos foram os Kms de condutas de água que foram instaladas, muitos foram os reservatórios de água construídos, muitos foram as captações efectuadas, levando água a milhares de explorações, mas ainda são necessários mais condutas, mais

reservatórios mais captações, pois mais serão construídos, instalados e captados também pela mão do PS e do Governo;

Forneceu-se energia eléctrica a muitas explorações, beneficiando as ordenhas e a qualidade do leite, sendo ainda necessário levar energia eléctrica a mais explorações. Pois é isso mesmo que irá continuar a ser realizado por este Partido Socialista.

Ao nível da reestruturação das explorações, apostou-se em políticas de rejuvenescimento. Os Açores são hoje a Região com os mais jovens agricultores do País, com um nível de formação crescente, com uma melhoria significativa ao nível da instrução da população agrícola familiar.

Deputado Costa Pereira (PSD): É o Governo ou é o Partido Socialista?

O Orador: Derivado das políticas levadas a efeito pelos governos do Partido Socialista, o número de explorações diminuiu, a área média das explorações aumentou, o número de blocos por exploração reduziu-se, a produção média das explorações leiteiras aumentou de forma significativa, aumentou a eficiência produtiva e a qualidade do leite. Medidas como as reformas antecipadas ou o resgate, entre outras, foram fundamentais nesta reestruturação que tornou as nossas explorações mais competitivas.

O sector leiteiro Regional não compete apenas dentro de portas. O sector leiteiro dos Açores tem de estar preparado para competir com o mercado europeu e mundial e, para se estar neste mercado, são necessárias explorações eficientes na produção e eficazes na utilização dos recursos, e ao contrário de alguns partidos, continuamos a apostar na melhoria desta eficácia e eficiência, da competitividade das explorações e da qualidade dos produtos regionais.

Aliás, não se compreende como se pode defender o contrário, como se pode estar contra as reformas antecipadas, ou contra os resgates leiteiros, ferramentas que permitem dar condições dignas a quem por este ou aquele motivo, tem de sair do sector, e permite a modernização, a reorientação, o redimensionamento das explorações e por esta via a melhoria da sua competitividade.

Foram as políticas dos Governos do Partido Socialista, com um elevado apoio ao investimento na reestruturação das explorações, que possibilitou que hoje os

nossos agricultores tenham uma melhor qualidade de trabalho e de vida, e fundamentalmente, estão melhor preparados para os desafios que aí vem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas as medidas levadas a efeito não foram apenas ao nível das explorações e dos agricultores, houve que efectuar um grande trabalho para apoio à reestruturação e modernização da indústria. De uma indústria mal preparada, em muitos casos obsoleta, com um nível de diversificação de produtos reduzido ou inexistente, passou-se para uma indústria que está preparada para competir neste novo mercado, quer em qualidade quer na diversidade de produtos.

Mas nesta como em outras áreas, a actualização e o ritmo de modernização tem de ser constante, permanente, pelo que se continuará a dar apoio à modernização, em particular a investimentos que tragam consigo a inovação a diversificação de produtos, que tragam uma mais-valia à fileira do leite.

Apostou-se no sector da carne, criou-se uma rede Regional de abate, inexistente à data, incomodativa para alguns partidos, de 1996. Este investimento começa já a ter os seus efeitos, alterando o paradigma da comercialização de bovinos, passando-se da exportação em vida para a exportação de carne, ficando as mais-valias nos Açores, mais rendimento nos agricultores.

E refira-se, a este propósito, no que respeita ao processo negocial entre a União Europeia e a MERCOSUL, que o Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo, por proposta do eurodeputado Luís Paulo Alves, em sintonia com o Governo Regional dos Açores, ...

Deputado António Ventura (PSD): Esta é para rir!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Risos dos Deputados António Ventura e João Costa)

O Orador: ...uma proposta que recomenda à Comissão Europeia para ter em conta as especificidades das Regiões ultraperiféricas, como os Açores, no estabelecimento de acordos internacionais de forma a não comprometer o seu desenvolvimento.

O Parlamento recomendou ainda à Comissão Europeia, por aprovação de proposta do mesmo deputado, que sejam revistas as concessões feitas na preparação de um eventual acordo com a Mercosul de modo a proteger os interesses dos nossos agricultores.

Se há aqui a quem recriminar é à própria Comissão Europeia, para que não faça orelhas moucas às resoluções do Parlamento Europeu e às vozes dos agricultores entre os quais os Açorianos.

Também na área da diversificação os avanços são evidentes, e basta ver os projectos inovadores em áreas como a hidroponia, a horticultura, a floricultura a vinha ou a apicultura, em que estes produtos começam a aparecer cada vez mais nas prateleiras dos supermercados e não só na Região, chegando já ao Continente Português, ainda em pequena escala, é certo, mas que traduz a sua evolução positiva.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi ao congresso de Matosinhos? Veio com a cartilha bem estudada!

O Orador: Ao nível das pescas a aposta não tem sido menor, nos últimos anos foram investido no sector cerca de 250 milhões de euros em infra-estruturas e na renovação da frota, investimentos fundamentais para a melhoria das condições de trabalho, segurança da faina, qualidade do pescado e rendimento dos pescadores.

Fruto do trabalho e do investimento dos governos do Partido Socialista, existem actualmente dezoito regimes de apoio ao sector das pescas, desde os apoios aos combustíveis, passando por seguros dos profissionais da pesca, os programas PROPESCAS e o FUNDOPESCA.

Em 2010 o volume de pesca ultrapassou os 40 milhões de euros, um aumento de 30% em relação a 2009, passando de 24 para 40 milhões entre 1998 e 2010.

As pescas contribuem, também elas, para o volume de exportações dos Açores, sendo um sector fundamental, que há que continuar a apoiar e a criar as condições para o aumento do valor do pescado de inegável qualidade que o mar dos Açores nos oferece.

Mas se o trabalho realizado até agora nos deixa orgulhosos, também é verdade que é com os olhos no presente e no futuro que o PS está a trabalhar.

Os desafios que se nos deparam, sendo difíceis, constituem um tónico para se continuar a trilhar este caminho. Os Açorianos e em particular os agricultores e os pescadores, sabem que podem confiar no Partido Socialista e no Governo.

Hoje o desafio da nossa agricultura joga-se no tabuleiro europeu. Neste sentido o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a desenvolver uma actividade que pretende defender as posições dos Açores que é como quem diz dos agricultores.

Foi por esse motivo que concretizamos um relatório de matéria de interesse Regional, que mais não é do que um apurado trabalho de auscultação e tradução das propostas e desafios dos produtores e suas organizações.

Como consequência, foi apresentado pelo Partido Socialista e aprovado nesta Assembleia um projecto de resolução com posições muito claras e que foram renovadas nestas jornadas parlamentares.

Continuamos a defender a criação de mecanismos de regulação do mercado, preferencialmente a manutenção do sistema de quotas leiteiras, como o sistema que melhor defende a fileira do leite nos Açores, mas também na Europa, ou, em último caso, que os agricultores Açorianos sejam compensados pelo fim das quotas.

Defendemos a criação de medidas Europeias, que vão ao encontro da transparência de toda a fileira do leite e as relações entre a distribuição e a indústria.

Defendemos a criação de incentivos ao associativismo dos produtores como forma de ganharem maior peso negocial e capacidade de intervenção nos mercados.

Defendemos o programa POSEI, como uma ferramenta fundamental para as produções Regionais e para o contínuo desenvolvimento e crescimento da agricultura Regional.

Estas jornadas parlamentares foram assim a sequência lógica das iniciativas que têm vindo a ser concretizadas por este grupo parlamentar, iniciativas que ao invés de outros são consequentes, traduzindo-se pela apresentação de propostas concretas.

Propostas como o lançamento de um sistema de notoriedade dos produtos dos Açores, utilizando um mesmo chapéu para os produtos Regionais, aliados a uma mesma imagem do nosso turismo, com a designação de “Orgulho do que é nosso”;

Propostas como a criação do “ninho de empresas agrícolas” criando as condições necessárias ao empreendedorismo de jovens com as necessárias competências para o sector e que apresentem projectos inovadores e vocacionados para o mercado;

Propostas como a anunciada pelo Presidente do Partido Socialista e Presidente do Governo de investir (e passo a citar) “na melhoria dos recursos humanos e na qualidade de gestão da economia do sector, pelo que o Governo Regional vai avançar com um programa destinado a melhorar a qualificação e a gestão no sector cooperativo agrícola. Vai assim ser possível colocar técnicos recém-formados nas cooperativas de menor dimensão, com viabilidade comprovada, através da concessão de um apoio financeiro que irá diminuindo com o tempo e que ajudará à fixação de um corpo técnico qualificado, para profissionalizar a gestão”. (fim de citação)

Também nas pescas foram anunciadas novas propostas, como a abertura do capital da empresa Espada Pescas às associações do sector;

Ainda neste sector das pescas será também tomada uma iniciativa legislativa para se reforçar a pequena pesca artesanal em todas as ilhas, numa zona marítima que irá até às seis milhas;

Na oportunidade foi ainda anunciado pelo Presidente do Partido Socialista e Presidente do Governo, que será lançado pelo Governo o programa “reconverter pescas” destinado aos profissionais da pesca...

Deputado Rui Ramos (PSD): Essa cassete está gasta. É sempre a mesma coisa!

O Orador: ...com idade superior a 18 anos e que não possuam a qualificação suficiente e adequada, particularmente, em comunidades que registam uma maior pressão de mão-de-obra no sector, como Rabo de Peixe, São Mateus ou Ribeira Quente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É pois pela acção que se diferenciam as políticas e os partidos. O PS não tem qualquer receio de comparações, ao contrário de outros, que se atormentam só de

ouvir falar no ano de 1996. O PS tem obra feita e bem-feita e vai continuar a fazela.

Porque há ainda muito caminho a percorrer, porque não estamos nunca, satisfeitos com o que foi já realizado, porque queremos sempre mais e melhor para os nossos agricultores e pescadores, porque é necessário continuar a reforçar os seus rendimentos e protecção social para épocas de maiores dificuldades, continuaremos a apostar na formação profissional, a desenvolver capacidades técnicas ligadas ao *marketing* e comercialização, na qualidade dos nossos produtos, na sua diversificação e diferenciação, na distinção da marca Açores, na redução de custos de produção, no fortalecimento do emparcelamento e das infraestruturas, melhorar a capacidade logística da distribuição.

Às críticas, ao deita abaixo, à política da terra queimada, à tentativa de descredibilização constante que é efectuada por alguns, talvez para encobrir a falta de estratégia e de propostas com efeitos práticos, nós respondemos sempre, mas sempre, com acções concretas, com trabalho, com inovação, sempre em benefício dos agricultores e pescadores dos Açores.

Estes sabem que podem contar com o Partido Socialista e com Governo.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, sabem as regras. Devem inscrever-se agora, com excepção dos líderes parlamentares e do Secretário Regional da Presidência. Não sei se há mais inscrições. Tenho aqui inscritos os Srs. Deputados João Bruto da Costa, António Ventura, o Sr. Deputado José Cascalho, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

O Sr. Deputado Pedro Gomes também se quer inscrever? Não o vou inscrever.

Vamos começar. Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra. Três minutos.

***Deputado João Costa (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou precisar dos três minutos, porque é apenas uma pergunta muito breve ao Sr. Deputado Duarte Moreira que falou em obras e em obras no sector das pescas. Vou ler-lhe aqui o cabeçalho de um título de uma notícia, da RTP que dizia: “O novo edifício da lota no porto de pescas da Praia, na ilha Graciosa, deverá estar concluído no próximo mês de Agosto.”

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Continuam a trabalhar com base em notícias.

O Orador: Esta notícia não teria nada de espectacular, a não ser de ser do ano passado, de 7 de Abril do ano passado.

Portanto, o mês de Agosto do ano passado já lá vai a algum tempo e aquilo que se sabe é que já estão outra vez hoje a partir grande parte do interior do edifício da lota da Praia da Graciosa.

Gostava que o Sr. Deputado me pudesse esclarecer, se souber, o que é que se passa com aquele edifício, pois parece que a obra não tem fim e já passou mais de um ano da data prevista da sua inauguração.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Faça um requerimento.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

***Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começamos por encontrar uma grande contradição entre aquilo que foi dito e aquilo que dizem os agricultores.

Deputado Berto Messias (PS): Alguns agricultores!

O Orador: A grande questão é de facto saber porque é que o que foi dito aqui entra em contradição com os agricultores. Por que é que se queixam tanto os agricultores? Essa é grande questão, se está tudo tão bem no sector da agricultura.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): São sempre os mesmos três.

O Orador: Vamos por partes e vamos perceber os indicadores. Vamos perceber o que é que são obras e estratégia, vamos perceber o que é fácil fazer e o que é difícil fazer.

Por exemplo, é fácil fazer obras com tanto dinheiro comunitário que tem entrado nos Açores. É difícil estabelecer uma estratégia. Essa tem sido a grande dificuldade do PS. Aliás, as obras tornam-se eternamente inacabadas se a elas não estiver associada uma estratégia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso não é verdade!

O Orador: Por exemplo, os seguros agrícolas prometidos desde 2004. Não existem, não é obra. Por exemplo, o centro de leite e lacticínios desde 2004. Não é obra. Por exemplo, a vulgarização rural prometida desde 2004. Não é obra. Por exemplo, aumentar as exportações dos lácteos. Não é obra, prometido desde 2004. Nada disso está feito.

O mais fácil de fazer é por exemplo diminuir o número de vozes incómodas na agricultura, é retirar os agricultores.

Nos últimos 10 anos, 40% das explorações agrícolas desapareceram. Isto é o fácil! Isto é fácil, porque ao fazer-se isto, está a reduzir-se o número de vozes incómodas, mas está a levantar-se um grande problema. Está a contribuir para o despovoamento,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso fica registado!

O Orador: ...está a contribuir para o desemprego, está a contribuir para as dificuldades da existência de outros níveis económicos nas ilhas, porque qualquer litro de leite produzido, ou quilo de carne produzida...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor sabe que o que está a dizer não é verdade. Está a dizer uma mentira grave!

O Orador: ...em pelo menos sete ilhas dos Açores tem um efeito multiplicativo em toda a Região.

Mas por exemplo, vamos aos matadouros. Efectivamente, há estruturas de abate feitas. Na prática aumentou-se os abates, mas o peso médio de carcaça tem vindo a diminuir. Ou seja, isto significa que os agricultores estão mais pobres. Mais um grande indicador.

O valor acrescentado bruto na agricultura, entre 1996 e 2008, diminuiu 49,7%, ou seja, isso significa que a Região está mais pobre. Por exemplo, no que seja a auto-

sustentabilidade alimentar. Nós importamos cada vez mais alimentos para produzir os nossos bens.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sempre a mesma conversa. Sabe que a economia dos Açores não funciona assim.

O Orador: Tomemos como referência a nossa principal produção, a produção de leite.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Aumenta as matérias-primas para produzir este leite, isso significa que estamos mais prisioneiros do exterior.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não somos só nós. Em todo o mundo é assim.

O Orador: Perante essa situação, os senhores trazem aqui um discurso virtual, um discurso que não coincide com a realidade e ao não resolverem esses problemas, mas a aumentar de forma encapotada os problemas, os senhores, efectivamente, não estão a conseguir resolver os problemas dos agricultores e por isso tornaram-se em mais um problema para resolver, que naturalmente será resolvido para o ano.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

***Deputado José Cascalho** (*BE*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para referir esta oportunidade perdida, na minha opinião, por parte do Deputado Duarte Moreira e vou referir-me só à questão das pescas.

Nós sabemos – com notícias recentes – que há de facto dificuldades relativamente à questão das pescas, à falta de peixe, sobretudo dos demersais e daquelas espécies que têm maior rendimento para a Região e para os pescadores da Região.

Portanto, há aqui uma falta de oportunidade de poder falar abertamente destas questões e de como é que o Partido Socialista encara o futuro relativamente a esta questão, que é uma questão muito importante para a Região e perceber quais são,

digamos assim, os próximos passos que o PS pretende tomar relativamente a este problema.

Noto que se falou aqui da questão da renovação da frota – muito bem! Com a renovação da frota, que trouxe melhores condições de facto aos pescadores, também houve o aumento do esforço de pesca e esta era uma questão que efectivamente qualquer pessoa que fizesse uma análise do que é que iria suceder no futuro, iria concluir isso.

Há de facto o aumento do esforço da pesca, há uma redução dos recursos que estão disponíveis para a pesca e há aqui um problema grave que é preciso ser resolvido e que me parece que o Partido Socialista, e todos os outros partidos, têm de reflectir com consciência sobre o que se está a passar e qual é que é o futuro. Houve de facto um momento perdido relativamente a esta questão que deveria ter sido debatida e que deveriam ter sido postas, claramente, nesta Assembleia algumas soluções para esse problema.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

***Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Venho a este debate apenas para deixar duas notas sobre a intervenção do Deputado Duarte Moreira.

A primeira, relativamente à oportunidade da sua intervenção...

Deputado João Costa (PSD): Primeiro, foi obrigado!

Deputado António Ventura (PSD): Desconhecia a intervenção! Foi apanhado de surpresa!

O Orador: ... e da intervenção dos parlamentares do Partido Socialista, para colocar a agricultura e o sector das pescas mais uma vez no centro da agenda política da Região. Por outro lado, deixar duas notas relativamente a algumas reacções que a intervenção do Sr. Deputado aqui deu origem.

A obra que nós temos desenvolvido nos Açores, desde 96, e esta data creio que pode ser lembrada porque é uma boa data para a agricultura...

Deputado Mark Marques (PSD): Não pode!

O Orador: ...porque foi a partir desta data que o sector foi depositário, destinatário, de uma estratégia e de muito investimento modernizador das suas explorações, das infra-estruturas, ...

Deputado António Ventura (PSD): Gostava de saber onde é que está! Mais resgates financeiros todos os anos.

O Orador: ...das agro-indústrias e também da fase da distribuição e comercialização. É bom que não se esqueçam que em 96 nós estávamos de pantanas na agricultura!

Gostaria de dizer que a estratégia que então se desenvolveu no investimento destinado à agricultura visou dotar a mesma das infra-estruturas necessárias, quer do ponto de vista do ordenamento agrário, das obras que são necessárias, das acessibilidades às explorações, das obras que são necessárias para a captação, distribuição e armazenagem de água, das obras que são necessárias, agora com maior intensidade, na área da electrificação das explorações agrícolas leiteiras, ...

Deputado António Ventura (PSD): E o rendimento dos agricultores aumentou? Olhe, o emparcelamento não existe.

O Orador: ...porque isso induz o emparcelamento, induz o redimensionamento das explorações e induz e melhora o rendimento dos produtores. Essas obras são fundamentais para reduzir custos e melhorar o rendimento dos produtores.

É bom também que não se esqueçam que se compararmos um outro elemento que é interessante de comparar, relativamente à produtividade por animal, por exemplo de leite, ...

Deputado António Ventura (PSD): É uma produtividade virtual. Diga lá qual é a nossa verdadeira produção de leite na Região?

O Orador: ...que existia em 96 e aquele que existe hoje, nós temos uma diferença abissal. As explorações melhoraram muito a produtividade, ...

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a nossa cota? Diga lá! Isso é virtual. Importamos e exportamos.

O Orador: ...melhoraram muito a razão do investimento dos agricultores, - parte desse investimento apoiado por fundos públicos - melhoraram muito porque também houve muito investimento do ordenamento agrário nas infra-estruturas e

melhoraram muito porque também houve muito investimento para a melhoria da sanidade animal.

Gostaria também de vos dizer que o que se verifica na produção de carne da Região é de facto paradigmático, porque nós hoje temos na Região infra-estruturas que não possuíamos há data de 96; temos hoje mais produtores a receberem mais apoios ao rendimento da produção de carne e temos uma contradição também naquilo que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado do PSD, António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Diga lá!

O Orador: Os abates aumentaram, o mercado pede carcaças com menos peso, a circulação de animais numa exploração é muito superior e o senhor sabe disso, porque também recebe subsídios, a rotação é muito maior, portanto é um rendimento acrescido nas mãos dos produtores de carne.

Deputado António Ventura (PSD): Há menos peso? Desde quando? É dos rendimentos! As carcaças mais magras são rendimento.

O Orador: Aliás, os direitos das vacas aleitantes, pelos produtores agrícolas da Região, teve de facto um crescimento espantoso nos últimos anos.

Deputado António Ventura (PSD): Isso significa a montante uma política que não existe.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Sr. Presidente, agradeço a sua benevolência.

Gostaria, finalmente, só mais uma vez de relevar um aspecto que é importantíssimo.

O Sr. Deputado António Ventura, mais uma vez, ...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor tem de descer à terra.

O Orador: ...critica o facto de haver menos agricultores na Região, mas ao mesmo tempo critica o Governo por não fazer mais redimensionamento agrícola e mais emparcelamento. Isto é uma contradição do arco-da-velha,...

Deputado António Ventura (PSD): Mas como é que é uma contradição?

O Orador: ...que ninguém pode admitir como sendo uma coisa razoável no discurso político de quem quer um dia vir a ter responsabilidades na agricultura. Isto não pode passar em branco.

Deputado António Ventura (PSD): O que não pode passar em branco é a falta de estratégia definida para o sector. O senhor desça à terra.

O Orador: Isto é uma contradição, é uma grande ignorância do que é o redimensionamento de uma exploração e a reestruturação da agricultura açoriana. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

***Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, tivemos a oportunidade de ouvir aqui o Sr. Deputado Duarte Moreira falar da agricultura e das pescas na Região e até parecia que estávamos na melhor das maravilhas na agricultura e na pesca açoriana.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não ouviu bem!

O Orador: O senhor afirmou uma frase que diz tudo e diz a forma de pensar do Governo e do Partido Socialista. O senhor disse: “O trabalho até agora deixa-nos orgulhosos”. Foi isso que o senhor disse.

Eu queria que o Sr. Deputado e o Governo Regional, nomeadamente o Sr. Secretário, nos dissessem se São Jorge, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o coelho?

O Orador: ...que continua há anos consecutivos a aguardar a prometida sala de desmancha do matadouro para valorizar a carne dos produtores da ilha, que até hoje não passou de uma ilusão, e que nós continuamos a aguardá-la, se isso é motivo de orgulho para o Partido Socialista e para o Governo.

Deputado João Costa (PSD): Pode incluir a Graciosa aí.

O Orador: Perguntamos sobre o combate à praga do coelho bravo (que o Sr. Secretário da Presidência ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já estava à espera.

O Orador: ... me estava a lembrar) que o PS e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, recentemente em visita à ilha de São Jorge, dizem que estão a tratar do assunto serenamente.

Deputado João Costa (PSD): Os coelhos não estão serenos.

O Orador: Pois os agricultores não se compadecem com tanta serenidade, não se compadecem porque eles estão aflitos. Eles estão aflitos de há dois anos a esta parte e de há dois anos a esta parte que nós chamamos a atenção para o assunto e os senhores vão a São Jorge a semana passada dizer que vão voltar lá, mas que serenamente estão a tratar do assunto. Os agricultores que vão aguardando. É isso que os senhores disseram.

Deputado Berto Messias (PS): Serenamente de forma séria. Foi o que disse.

O Orador: Em relação a compromissos e ao orgulho, lembrar os senhores que na altura em que o Sr. Secretário Ricardo Rodrigues, agora actual deputado na Assembleia da República, era Secretário da Agricultura, foi a São Jorge reunir com as direcções das antigas cooperativas, em Assembleia Geral, e foi lá dizer, a eles, e obrigá-los, a ir para a unificação que era aquilo que era o programa gizado pelo Partido Socialista e pelo Governo para o sector leiteiro e para a produção de queijo de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E que assumiam as dívidas dessas cooperativas das infra-estruturas novas que tinham construído e das obras que tinham realizado nas infra-estruturas existentes, para bem de irem para essa unificação.

Até hoje, as dívidas continuam e o que está a acontecer, passados estes anos todos, é que os ex-dirigentes dessas cooperativas estão a receber cartas em casa das entidades bancárias a ameaçá-los de penhora do seu património pessoal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Rogério Veiros acaba de acenar a cabeça, confirmando que tem conhecimento disto, porque já lhe foi transmitido diversas vezes esta situação.

É esse o compromisso do Partido Socialista e o orgulho do Partido Socialista e do Governo?

Agricultores, ex-dirigentes de cooperativas, a serem ameaçados pela banca com ofícios que vão ser penhorados os seus bens pelo compromisso do Partido Socialista e do Governo...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ...não cumprir com a sua palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Para finalizar esta intervenção, - o Sr. Secretário está muito admirado, não deve saber disto - ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não sabe.

O Orador: ...dizer-lhe outra coisa. O Sr. Secretário ontem respondeu-me a um requerimento sobre os atrasos dos pagamentos de leite. O Sr. Secretário respondeu o seguinte: “O Governo Regional dos Açores desconhece a existência de atrasos no pagamento de leite aos produtores da ilha de São Jorge. Por outro lado, todos os compromissos financeiros assumidos pelo Governo Regional, com o sector cooperativo de São Jorge, estão devidamente regularizados.”

Desculpe a frontalidade, Sr. Secretário, mas é mentira. Não é verdade. E acabei de afirmar a questão das dívidas das cooperativas.

Depois há uma grande desarticulação entre o Partido Socialista e o Governo com esse orgulho todo, porque quer fazer-se tanta publicidade enganosa que acabam por se baralhar todos.

Esta semana, ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

...esta foi a resposta ao meu requerimento. Mas a semana passada, o Partido Socialista, após a visita do seu líder do Grupo Parlamentar a São Jorge, escreve num comunicado o seguinte. Escreve dizendo que o atraso nos pagamentos de leite é uma realidade, mas que o Grupo Parlamentar está atento ao assunto, que é preciso resolvê-lo e que isso é só proveniente dos investimentos realizados, que estão a condicionar a tesouraria no pagamento do leite.

Oh, Sr. Secretário, afinal o senhor tem conhecimento ou não tem? Ou o Partido Socialista tem e o senhor não tem?

Deputados Artur Lima e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques.

***Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria subscrever o que foi aqui dito pelo Deputado Luís Silveira, porque efectivamente é a realidade que se passa em São Jorge.

Tanta é essa descoordenação, que em comunicado a 28 de Março sobre este assunto dos lacticínios relembrei, de facto, todo este processo e o Sr. Secretário limitou-se no GaCS a fazer uma nota ofensiva, a falar dos anos do PSD.

É preciso não esquecer que este Governo está a governar há 16 anos e os agricultores em São Jorge estão no sector cooperativo, neste caso apenas com 3 cooperativas, porque foi o Governo que assim indicou que fosse. Ou seja, os pagamentos do leite continuam atrasados, os agricultores continuam com dificuldades e o Sr. Secretário faz de conta que não é consigo.

Eu intitulava no comunicado que era um diálogo de surdos enquanto os agricultores sofrem as consequências e essa é a verdade.

Quem não se lembra do então Secretário Ricardo Rodrigues, que de facto reuniu com as cooperativas, uma reunião imposta, ou seja, ou os senhores vêm ou não têm apoios.

A prova está na cooperativa dos Rosais. Vamos tratar os bois pelos seus nomes!

A cooperativa dos Rosais tem um edifício que foi feito para a sua sede, sua fábrica, a unidade fabril e por conseguinte foi dito: ou os senhores vão para a união, ou não têm apoio.

Ou seja, hoje em dia, São Jorge não tem um sector cooperativo, tem um sistema que foi criado por este Governo que falhou. E falhou porque os agricultores não estão a receber atempadamente o pagamento do seu produto.

Nas três inaugurações que eu tive o prazer de estar presente em que em todas elas o Presidente do Governo, Carlos César, fez questão de falar mal do PSD, disse “agora vamos ficar como ouro sobre azul; agora sim vai correr; os anos maus e negros do PSD...”.

A verdade é que os senhores estão lá há 16 anos e hoje, nesta data em que aqui falamos, é uma situação que se vive: o pagamento do leite está em atraso.

Digo isto com tristeza. Não digo isto com alegria. Acho que o Governo tem, de facto, é de se chegar à frente.

O Sr. Secretário siga o exemplo do Sr. Presidente do Governo, que acho que no congresso de Matosinhos foi o único que não se escondeu atrás de um arbusto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vá lá! Pelo menos alguém dessa bancada que diz a verdade!

O Orador: ...e disse “nós também erramos”. Os senhores têm-se escondido muito atrás de arbustos. Acho que o Sr. Secretário devia sair detrás desse arbusto, vir cá fora e dizer “efectivamente nós assumimos, aquilo que era destinado para o sector cooperativo falhou”. Nós vamos ser compreensivos, porque nós os jorgenses somos compreensivos.

Sr. Secretário, saia detrás desse arbusto, porque de facto é ridículo o senhor ocupar – e eu fiquei muito gratificado pelo facto do meu nome estar no GaCS - uma página enorme de esclarecimento. Portanto, é sinal que provocou uma reacção. Depois, a direcção do Grupo Parlamentar do PS foi a São Jorge, com muito gosto, e devem ter sido muito bem recebidos...

Deputado Berto Messias (PS): Fomos, sim senhor.

O Orador: ...que é uma das coisas que lá se sabe fazer, mas no comunicado e como foi dito aqui há pouco pelo Deputado Luís Silveira, que eu também li esse comunicado, fiquei como a “maria corisca”, fiquei menente.

Portanto, o Sr. Secretário diz que não tem nada a dever, está tudo direitinho, e eles dizem “não, não, até porque foram os investimentos.”

De facto, tem sido um diálogo de surdos. Mais importante do que fazer política sobre esta matéria é que eu sou daqueles, que ao tempo que estou nesta casa, não tenho problema nenhum de reconhecer o que está bem feito e o dia em que isto estiver a funcionar, eu, Deputado Mark Marques, sou o primeiro a dizer “sim senhor, está a funcionar bem e os jorgenses estão bem.”

Neste momento, não estão e assim deixamos neste debate o nosso protesto.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os coelhos, não diz nada?

Deputado Mark Marques (PSD): Também há, mas só tenho três minutos.

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

***Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, Sr. Deputado Duarte Moreira, de começar por me congratular com o anúncio do alargamento do capital social do Espada Pescas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é o alargamento, é a cobertura!

O Orador: Ainda bem porque esta medida que foi apelidada de medida à Hugo Chávez, o Governo reconhece que de facto esteve mal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda bem, porque de facto estamos numa economia de mercado e devia-se respeitar tabus privados nesse aspecto.

Por outro lado, eu ouvi que várias medidas foram novamente apresentadas na reunião, no entanto, gostaria de saber daquelas 14 medidas de emergência que no ano passado foram aqui anunciadas se terão estas o mesmo caminho que aquelas que foram apresentadas, visto que muitas delas ainda estão por implementar.

De facto, não vale a pena estarmos a implementar medidas sobre medidas, deixando as outras de lado que são medidas de emergência que o sector precisa, porque vive uma crise muito grande...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é verdade!

O Orador: ...e é necessário olhar para o sector com a devida atenção.

Por outro lado, reconheço que tem-se feito muito no sector das pescas – isso reconheço - ...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ...no entanto, tem sido feito a conta gotas e não pode ser. Na situação em que estamos, temos de avançar com mais celeridade, porque são necessárias essas medidas.

Deixo aqui mais uma pergunta: o que é que é feito do armazém de frio de Ponta Delgada?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS já fez essa pergunta a algum tempo.

Deputado José Lima (PS): Está quase tratado.

O Orador: Anunciado, re-anunciado, vindo nos panfletos do Partido Socialista já há uns anos em todas as campanhas eleitorais e de facto não vejo que isso tenha sido concretizado.

Se está a ser tratado ainda bem, mas ainda não vi a realidade dele, ainda não vi o *timing* da sua concretização e ficarei muito contente e feliz se um dia o porto de Ponta Delgada puder ter, exactamente, esse armazém de frio, que é tão necessário.

Deputado José Lima (PS): Está quase resolvido e não é só aí.

O Orador: Agora essa polémica que está a ser criada. Os pescadores estão revoltados com aquilo que se está a passar com a safra de atum.

Deputado Lizuarte Machado (PS): O que é que se está a passar?

O Orador: Gostaria de perguntar, - e se alguém me souber responder, o Sr. Deputado Duarte Moreira não sei se estará dentro do assunto – de saber que medidas o Governo...

Deputado José Lima (PS): Vai comprar o atum!

O Orador: ...vai tomar para evitar que os pescadores que vão à pesca tenham a possibilidade de fazer as capturas e não haja depois problemas com a venda. Não é ir de um lado ao outro sem se saber onde é que se deve vender, onde é que se deve armazenar.

É preciso medidas concretas.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Estava a dizer que é dos privados. Vá perguntar aos privados.

O Orador: E os pescadores estão preocupados. Se os pescadores não estivessem preocupados a situação estaria normalizada, mas se eles estão a reclamar é porque algo tem de ser feito.

Gostaria de saber, exactamente, que medidas o Governo tem para resolver este problema.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

***Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, antes de mais, de começar esta intervenção por dizer que ao contrário daquilo que acusam o Partido Socialista, nós fizemos umas jornadas parlamentares onde discutimos o sector agrícola e o sector das pescas e onde nas nossas jornadas parlamentares, participaram os diferentes representantes do sector. Estiveram nas nossas jornadas o Presidente da Federação Agrícola dos Açores; o Presidente da ANIL; estiveram nas nossas jornadas, universitários especialistas na matéria; ...

Deputado António Ventura (PSD): Também já estiveram nas nossas!

O Orador: ...tivemos nas nossas jornadas o Presidente da Federação de Pescas dos Açores; tivemos nas nossas jornadas uma visita a explorações agrícolas onde falámos com os produtores e onde visitámos também o porto de pescas de Ponta Delgada...

Deputado Mark Marques (PSD): E o que é que isso quer dizer?

O Orador: ... e onde conversámos também com alguns pescadores.

Esta é a questão que distingue o PS dos restantes partidos. Nós fazemos jornadas abertas onde participam os diversos sectores ...

Deputado Mark Marques (PSD): Quem faz jornadas abertas somos nós.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

O Orador: ... e onde ouvimos aquilo que temos que ouvir e discutimos aquilo que temos de discutir.

A diferença está que do resultado das nossas jornadas nós apresentamos propostas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Não vimos aqui como os partidos da oposição, que nos fazem um chorrilho de críticas e de alaridos à volta destes diferentes problemas e não apresentam uma única solução para os problemas da agricultura e da pesca açoriana.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mais ainda!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Os Srs. Deputados do PSD têm um porta-voz para as questões da agricultura e para as questões da Câmara de Angra, que funciona quase como telecomando. Quando nós tocamos nesses assuntos começa naquele tom monocórdico *parapapa parapapa*, mas soluções zero.

Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que nós sabemos que nem tudo está feito, nem tudo está bem nestes diferentes sectores. Por isso é que fizemos estas jornadas, por isso é que debatemos internamente os diferentes problemas. Por isso é que apresentamos soluções e por isso é que os açorianos cada vez mais confiam no Governo do PS e nos socialistas para resolver os problemas deles, porque sabem que convosco não há soluções para nada.

Ainda relativamente a questões que aqui foram levantadas sobre a agricultura de São Jorge e de problemas que nós temos em São Jorge, efectivamente. É verdade, sim senhor, que nós temos problemas financeiros em algumas cooperativas. Isso é uma verdade. Também é verdade que este Governo Regional do Partido Socialista tem sido grande amigo dos agricultores jorgenses, tem ajudado bastante a agricultura de São Jorge, tem ajudado e incentivado o sector cooperativo na sua reorganização, nos seus investimentos e até amortizado, porque a verdade Sr. Deputado, é que nós injectámos dinheiro no sector cooperativo de São Jorge, salvámos o sector cooperativo de São Jorge...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade! Está na falência!

O Orador: ...da falência que estava em 1996 e continuamos ao lado dos agricultores de São Jorge.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E continua na falência!

O Orador: E vamos ajudar os agricultores de São Jorge a ultrapassar mais este problema, porque há uma coisa, Sr. Deputado, o sector cooperativo de São Jorge não está sozinho no mundo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: O sector produtivo de São Jorge está no mercado, que tem regras de mercado e que tem de responder a essas regras de mercado e, por isso, nós em

relação a essa matéria temos ainda trabalho para fazer, vamos fazê-lo e eu deixarei para uma segunda intervenção outras questões que estão aqui por responder.

Obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado António Ventura (*PSD*): Não respondeu a uma!

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

***Deputado António Parreira** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, acho que no fundo, lá bem no seu fundo, o senhor reconhece, e aliás reconheceu, o trabalho que o Governo Regional tem feito ao nível da agricultura: os caminhos, a electrificação, salas de desmancha, tudo isso. E como o senhor não tem argumentos em defesa disso, o senhor veio com uma coisa que sinceramente não compreendo. Ou seja, vem se queixar das carcaças com menos peso! O senhor deve estar bem mal informado, não tem os números, mas vou dar-lhe os números para o senhor perceber.

O senhor quando diz que as carcaças têm menos peso, o senhor deve saber perfeitamente bem que cada lavrador faz a carcaça que entende.

Deputado António Ventura (*PSD*): É o que resta! É a carcaça!

O Orador: O senhor sabe perfeitamente bem que quem quer fazer um vitelão com 12 meses, logo tem uma carcaça com menos peso, mas tem muito mais rentabilidade e não menos como o senhor diz.

Comparando os dados - sem comparar com 96, para não ir a 96 como os senhores sempre dizem, vamos comparar com 96 – no tempo do PS, e vamos comparar de 2006 para 2009, vamos ver a quantidade de gado vivo que era expedido, aqui e agora.

Em 2006 – e não quero falar em 96 que era bem pior – exportava-se cerca de 46 mil cabeças de gado e agora passou para 19 mil.

Deputado António Ventura (*PSD*): Ninguém está contra isso! Eu vou explicar, mais uma vez, muito devagarinho, tecnicamente como é que é.

O Orador: Então o senhor está contra quê? Então o senhor não sabe contra o que é que está? O senhor nem sabe o que é que diz. O senhor não tem muito para me explicar. Eu é que lhe vou explicar.

Os animais abatidos – o senhor ouça – em 2006 eram cerca de 33 mil cabeças, passou para 50. O senhor sabe o que é que isso quer dizer?

Quer dizer mais rentabilidade, mais emprego, mais-valias que nós temos na Região. E há outra coisa que o senhor não sabe: ...

Deputado João Costa (PSD): Agora é mais falência.

O Orador: qual é a percentagem do gado expedido e qual é a percentagem de gado para consumo local. Vou-lhe dizer que de 2007 para 2008, no gado expedido – o que é muito importante para nós, para a nossa Região – teve um aumento de 112%.

Deputado António Ventura (PSD): Gado expedito!

O Orador: Gado expedido para fora da Região, gado exportado. Teve um aumento de 2007 para 2008 de 112% e no ano seguinte, continua a subir ainda para mais de 14%. Neste ano, continua a subir. O senhor tem de ter em conta é entre o gado vivo e o gado em carcaça, para além das mais-valias que ficam na Região, de mais emprego que nós criamos, é a garantia da nossa carne (a carne dos Açores) fora da Região.

Deputado António Ventura (PSD): Oh, Sr. Deputado, não é nada disso.

O Orador: A questão do gado com menos peso, o senhor não está a dizer a verdade e acho que nem sabe o que é que diz. Não diz a verdade e nem sabe o que é que diz. Aliás, acho coisa normal.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Eu já lhe respondo!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

***Deputado António Ventura (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ora bem! Nas palavras dos Deputados do Partido Socialista o Governo muito tem governado, tem muitas medidas, mas se governa e tem muitas medidas então é porque o PSD tem muitas iniciativas.

Deputado Francisco César (PS): Uiiii!

O Orador: Senão repare-se! MERCOSUL: estamos todos agora preocupados com a MERCOSUL! Não há ninguém do PS que não esteja preocupado com a MERCOSUL, mas em Outubro de 2010 o Governo Regional respondia desta maneira a um requerimento do PSD: “O quê? O MERCOSUL? A questão é prematura.”

Agora já estão todos preocupados, que o PSD levantou a questão.

Deputado Mark Marques (PSD): *Copy/paste!*

O Orador: Centro de Leite e Lacticínios: “Ah, isto temos tempo. Nós não nos entendemos com os produtores e com os industriais.”

Deputado Mark Marques (PSD): *Copy/paste!*

O Orador: Observatório do Leite: “Vamos avançar! Vamos já avançar com isto. Não espera nem mais um minuto!”

Auto-aprovisionamento Alimentar, que trouxemos a esta casa; o consumo dos produtos locais; as mais-valias deste consumo: “Não, não! Isso já estamos a fazer há imenso tempo.”

Reposta ao requerimento: o que é que estão a pensar fazer? “Estamos a pensar fazer isto...”. Então não estavam a fazer nada!

(Risos do Deputado Artur Lima)

Mas que incrível! Que política é esta?

Agricultura biológica, PSD. Uma nova pujança política sobre a agricultura biológica. Vem o Sr. Secretário dizer: “Tem crescido muito, nós estamos a pensar fazer também umas políticas sobre isto.” Até que enfim!

Então, meus senhores, se o PS está a governar é porque o PSD tem iniciativa. Deixem-se de estar a reboque do PSD, meus senhores! Governem nesta Região!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Vamos continuar. Sra. Deputada Paula Bettencourt tem a palavra.

***Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, parece-me importante voltar a reiterar as palavras do meu colega Duarte Moreira, quando refere alguns indicadores da agricultura nos Açores, nomeadamente, quando refere que os Açores são hoje a Região do país com maior número de jovens agricultores e que cada vez mais temos agricultores qualificados.

Acho que é importante, nesta casa, reiterarmos aquilo que é positivo, ao invés de estarmos sempre a falar do negativo. Parece que isto é o apanágio de muitos partidos aqui representados.

Deputado João Costa (PSD): E a senhora é do tipo avestruz! Cabecinha na areia!

A Oradora: Gostaria de responder ao Sr. Deputado Luís Silveira, relativamente à questão do coelho bravo, até porque o Sr. Deputado Artur Lima não me deixaria esquecer-la.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, Sra. Deputada! Não deixaria nunca.

A Oradora: Foi a primeira coisa que referiu!

É verdade que o Grupo Parlamentar do PS está a trabalhar sobre a questão do coelho bravo. Não apenas serenamente, Sr. Deputado, mas conscientemente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o que está lá escrito!

A Oradora: É preciso resolver a questão do coelho bravo, mas não da forma como o CDS/PP pretendeu fazer aqui.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Então como é que é?

A Oradora: Se não me falha a memória, acho que no Plenário de Janeiro, com medidas, que como eu referi na altura, não resolviam a questão, ou já estavam a ser tomadas pelo Governo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso vai ficar gravado!

A Oradora: Volto a afirmar, mais uma vez, que não é com a vinda de caçadores externos à ilha, financiados pelo Governo Regional, que se resolve a questão. Podia referir também várias outras questões, mas vou-me cingir por isto.

Para lhe dizer, Sr. Deputado, que nós estamos a trabalhar, mas a nossa postura é uma postura de trabalho sem alarido, ou seja, talvez por termos essa postura de trabalhar primeiro e falar depois é que o Sr. Deputado Luís Silveira se sente tão surpreendido, ...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Vê-se pelo vosso comunicado, assinado por si a semana passada!

A Oradora: ...já que é realmente uma forma de trabalhar distinta de algumas forças partidárias aqui representadas.

Sr. Deputado Luís Silveira, penso que não ouviu o que eu disse.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Ouvi, ouvi!

A Oradora: É que realmente, Sr. Deputado, nós trabalhamos primeiro e depois é que anunciamos. Percebe, Sr. Deputado?

Mas isso deve-lhe causar alguma estranheza, mas mais estranheza lhe vai causar quando finalmente nós apresentarmos medidas que realmente vão resolver a situação...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Então diga o que é que vão fazer? Quando?

Deputado Rogério Veiros (PS): Nós é que decidimos.

A Oradora: Brevemente.

...que é aquilo que o Sr. Deputado ainda não conseguiu fazer nesta casa. Talvez é por essa razão que está com esse problema, e está com essa cara que agora aqui apresenta.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas mais uma pergunta relativamente também a obras, neste caso da agricultura. Tem a ver com o matadouro da Graciosa, que está prometido ser feito. Havia um princípio de acordo com a Câmara Municipal para ser feito na futura

zona industrial; o Governo empurra para a Câmara; a Câmara diz que pode dar os terrenos; ficamos sem saber afinal quem é que não quer avançar com a obra. Gostava que me pudesse esclarecer sobre isso, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): O FMI!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas tem a palavra.

***Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para esclarecer algumas questões, que na sequência deste debate têm sido colocadas a esta Câmara.

O matadouro da Graciosa – começo pelo Sr. Deputado Bruto da Costa – como é do seu conhecimento, porque estava lá no Conselho de Ilha quando isso foi decidido, nós tínhamos já o projecto pronto para a remodelação do actual matadouro da Graciosa e o Conselho de Ilha sugeriu que não se fizesse as obras de remodelação do matadouro, antes pelo contrário, se construísse um matadouro novo.

Deputado João Costa (PSD): Nada ao contrário do que eu disse.

O Orador: Tive oportunidade de dizer que isso atrasaria todo o processo. Nesse tempo sabia - e sabe o Sr. Deputado - quem é que eram os responsáveis pela Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Neste momento, estamos à espera que a Câmara Municipal da Graciosa, que está num processo de aquisição dos terrenos, que já adquiriu alguns terrenos...

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que o Presidente da Câmara disse.

O Orador: ...nos indique qual a área desses terrenos – disse-me que ainda não tinha os terrenos todos necessários – que será destinada para a execução do matadouro e a nossa declaração é de que logo que esta área nos seja indicada, trataremos de mandar uma equipa fazer o levantamento, preparar o projecto do matadouro, para depois vir a executá-lo.

Deputado João Costa (PSD): Então a culpa é da Câmara?

O Orador: No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Ventura. Peço-lhe o favor de me escutar, porque o que lhe vou dizer é simples e é talvez um

elogio à sua forma de estar na política. O Sr. Deputado acabou de fazer, na sua última intervenção, o melhor que eu já vi nesta Câmara relativamente a demagogia.

(Risos dos Deputados António Ventura e João Costa)

Deputado João Costa (PSD): Nisso o senhor é especialista!

Deputado António Ventura (PSD): São factos! Não é nada que esteja escrito.

O Orador: Fico-me por aqui.

Quanto às questões que o Sr. Deputado referiu vou apenas lhe dizer uma. É interessantíssimo, é mesmo muito interessante, que a Comissão Europeia, que é presidida aliás por um seu apaniguado, tenha tido a iniciativa de começar as negociações de MERCOSUL e na conferência de imprensa do PSD, o responsável é o Governo Regional e o Governo da República,...

Deputado António Ventura (PSD): Foi responsável porque disse que era prematuro. O ano passado, 10 países pronunciaram-se sobre isso e Portugal não disse nada.

O Orador: ... nada foi dito relativamente à Comissão Europeia e ao Comissário do Comércio Exterior da Comissão Europeia, que faz parte da equipa do Sr. Presidente da Comissão, Durão Barroso.

Gostaria também de dizer, para ver se passamos à parte edificante do nosso debate, Sr. Deputado Luís Silveira. O Sr. Deputado fala do orgulho que nós temos – e temos muito – na obra feita na agricultura. Repito: fala no orgulho que nós temos e eu digo-lhe que temos muito orgulho na obra que temos feito na agricultura.

Deputado João Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Não temos tido – e é verdade – toda a disponibilidade financeira para resolver só num mandato, só num dia, os problemas todos da agricultura.

Deputado João Costa (PSD): Só num mandato? Já lá vão quatro!

O Orador: Mas olhando para a nossa agricultura de hoje e comparando com aquilo que tem sido a sua evolução nos anos anteriores, nós temos feito um

percurso muito interessante, muito positivo, muito edificante nos Açores, muito edificante para os Açores como terra laboriosa e produtiva.

Gostaria também de lhe dizer, Sr. Deputado, que na questão dos coelhos bravos, nós estamos para apresentar em breve, em São Jorge, o trabalho que está ser feito nos censos do coelho bravo e verificará – com o trabalho que vai ser apresentado – se temos ou não temos algum impacto positivo das medidas que têm sido desenvolvidas.

Deputado João Costa (PSD): Os censos são de resposta obrigatória?

O Orador: Naturalmente necessitando de serem reforçadas muitas delas, mas vamos continuar a trabalhar nesse sector, mas serenamente como é nosso apanágio.

Gostaria também de dizer que relativamente às dívidas das cooperativas antigas, nós desenvolvemos em São Jorge...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: É rápido, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É mais rápido que o coelho!

O Orador: ...um processo que consistiu no saneamento financeiro das cooperativas e o Sr. Deputado lembrar-se-á qual foi o património que nos deixaram em termos de falência daquele sector cooperativo em São Jorge. Tivemos que fazer para além do saneamento financeiro, um desendividamento das cooperativas e resolver muitos processos de dívidas. Todos reconhecem que isso atrasou a solvabilidade das cooperativas para poderem apresentar os seus projectos de modernização. Foram depois feitos os projectos e apoiados esses investimentos de modernização; foi aumentada a capacidade de armazenagem do queijo de São Jorge; foi aumentado o apoio a todas as cooperativas para armazenagem de queijo; foi feita a integração comercial das cooperativas do queijo de São Jorge para proporcionar uma melhor valorização do queijo e foi, efectivamente, todo esse trabalho que tem sido desenvolvido e hoje assistimos a um sector cooperativo de São Jorge, que apesar de ter muitas dificuldades, não tem 18 meses de atraso de pagamento aos produtores e mesmo naquele caso único em que há um mês de atraso de pagamento aos produtores...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Um mês? Isso não é verdade, desculpe, Sr. Secretário! Cinco meses!

O Orador: ...deve-se ao investimento que foi feito e que está submetido – ouça Sr. Deputado – ao PRORURAL, um investimento de 3 milhões de euros, cuja generalidade dele já está executado. Portanto, estamos aqui é no âmbito da gestão autónoma que as cooperativas têm, da responsabilidade livre que têm pela gestão dos seus patrimónios e das suas actividades e é nesse princípio, e com essas entidades que nós continuamos a desenvolver toda a política de apoio ao sector cooperativo de São Jorge.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Relativamente só a uma outra questão é bom dizer, Sr. Deputado Mark Marques, que este Secretário e este Governo nunca se escondem atrás de coisa nenhuma. Dão sempre a cara pelas coisas, principalmente nos momentos de dificuldade.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, já ultrapassámos a nossa hora regimental. Temos ainda inscrições. Elas transitarão para amanhã se houver oportunidade. Retomamos os nossos trabalhos com a agenda às 15 horas. Bom almoço e até já.

(Eram 13 horas e 04 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 13 minutos)

Vamos voltar à Agenda e temos como ponto um da ordem de trabalhos a **Apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro (Parque Natural da Ilha de Santa Maria)”**, pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A protecção e a gestão integrada do ambiente são aspectos que têm merecido, ao longo dos anos, uma atenção especial por parte do Partido Socialista, constituindo um factor fundamental para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu entrada nos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um projecto de Decreto Legislativo Regional para alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro, que permitiu a criação do Parque Natural da ilha de Santa Maria e uniformizou as áreas classificadas da ilha, integrando todas as categorias de áreas protegidas e seguindo a classificação adoptada pela IUCN, segundo previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A.

Porque as questões do ambiente são essencialmente dinâmicas e não estáticas, decorridos três anos da sua implementação, a experiência e o conhecimento entretanto adquiridos recomendam a introdução de alterações ao respectivo instrumento jurídico.

Isto porque se verifica, efectivamente, a existência de normas que devem ser clarificadas, bem como a necessidade de introdução de aspectos não incluídos inicialmente no Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A e que a prática demonstrou necessidade de acautelar.

Para além da alteração de algumas normas, no projecto é incluída uma norma que visa responder à necessidade de incrementação das medidas que conduzam à reabilitação da paisagem da cultura da vinha das baías de São Lourenço e Maia, permitindo deste modo ao Governo Regional a criação de apoios para que possam ser reabilitados os quartéis de vinha existentes nesses locais já classificados como área de paisagem protegida.

São igualmente introduzidas normas de utilização e intervenção nas jazidas fósseis de Santa Maria, clarificando os procedimentos e as regras aplicáveis a todos os que pretendam intervir ou estudar essas áreas, como forma de valorização desse recurso tão importante para Santa Maria, como é o caso dos fósseis.

Considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a alteração do diploma que procede à criação do Parque Natural da Ilha de Santa Maria vem de encontro às pretensões dos marienses, promovendo a protecção dos recursos naturais em presença, sem esquecer que as pessoas fazem parte do meio ambiente e que tem o direito de usufruir de um modo sustentável.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver inscrições. Assim sendo, passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Apresentação e discussão do relatório final da Comissão Eventual para analisar a aplicação de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, na Região Autónoma dos Açores.**

De acordo com o estabelecido em Conferência de Líderes, será feita pela respectiva relatora a apresentação do relatório e depois cada um dos intervenientes, quer o Governo, quer os Grupos e as Representações Parlamentares, dispõem de 10 minutos que podem ser usados de uma só vez ou mais.

Começo por dar palavra ao Sr. Relator, peço desculpa, da Comissão Eventual.

Deputado Alexandre Pascoal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Num contexto de crise económica, marcado pelo aumento do custo de vida, a redução dos rendimentos e o crescimento do desemprego, as dificuldades das famílias agravam-se, particularmente das que vivem com baixos rendimentos.

E na medida em que o Rendimento Social de Inserção representa, para muitas famílias, uma fonte de mitigação da sua condição de pobreza, foi proposta por iniciativa do Partido Socialista, durante o plenário da Assembleia Legislativa Regional, do passado mês de Junho de 2010, a criação da Comissão Eventual para Analisar a Aplicação do RSI.

De acordo com o art.º 35 do Regimento desta Assembleia a composição das comissões deve corresponder às relações de voto dos partidos representados, não podendo ser constituídas por menos de 7 nem por mais de 13 deputados. No caso

desta Comissão o modelo adoptado corresponde à regra prevista para as comissões permanentes.

Todos os partidos, à excepção do CDS-PP, informaram o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da intenção de integrar a Comissão, incluindo o Partido Popular Monárquico e o BE – Bloco de Esquerda que não sendo membros efectivos, manifestaram interesse em participar nos trabalhos.

A Comissão iniciou a sua actividade a 21 de Setembro 2010, após a publicação em Jornal Oficial da Resolução n.º9/2010/A, de 8 de Julho que consagra a sua existência, por um prazo de 180 dias a contar da sua constituição.

A composição da Comissão contou com doze membros efectivos, com a seguinte distribuição:

- 7 deputados do Partido Socialista, com Piedade Lalanda como Presidente, Alexandre Pascoal como Relator e as deputadas Nélia Amaral, Paula Bettencourt e Vera Bettencourt e os deputados António Toste e José Gaspar.

- 4 Representantes do Partido Social Democrata, com Francisco Álvares como Secretário e os deputados António Gonçalves, João Costa e Mark Marques. E em representação do Partido Comunista Português, o deputado Aníbal Pires.

Como referido anteriormente, participaram ainda nos trabalhos 2 membros não efectivos. A representação parlamentar do Partido Popular Monárquico, na pessoa do deputado Paulo Estevão e o Deputado Mário Moniz do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Antes do final dos trabalhos a composição da Comissão sofreu uma alteração. O Deputado António Gonçalves foi substituído pelo Deputado Cláudio Almeida. E na representação do BE, o deputado Mário Moniz foi substituído pelo deputado José Cascalho.

Durante o seu período de vigência a Comissão tomou várias diligências e realizou as seguintes iniciativas, que passo a enumerar:

- Solicitou documentação estatística sobre o RSI na Região
- [Elaborou e enviou um inquérito a todos os Núcleos Locais de Inserção](#)

- Ouviu em audição a Secretária Regional do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, especialistas da Região e do País sobre o RSI
- E visitou e reuniu com técnicos e beneficiários, dos Núcleos Locais de Inserção da Ribeira Grande, Ponta Delgada e da ilha Graciosa

A última reunião da Comissão ocorreu a 30 Março de 2011 para análise final e aprovação da proposta de relatório.

O relatório aprovado, e que aqui se apresenta, está estruturado em quatro partes.

A primeira, aborda a constituição da comissão, o quadro legislativo em vigor e o plano de actividades e diligências concretizado no cumprimento dos objectivos definidos.

A segunda, regista o enquadramento estatístico em vigor onde se faz uma avaliação dos números referentes aos processos inscritos no RSI, desde 1998 até 2010.

Na terceira, resumem-se os trabalhos da comissão, ao nível das audições, reuniões e visitas efectuadas.

E, finalmente, na quarta parte, são apresentadas conclusões e propostas recomendações, com vista à melhoria da aplicação desta medida.

Deste modo, as recomendações, conclusões e sugestões propostas neste relatório resultam da reflexão e do trabalho desenvolvido pela comissão e foram estruturadas em três áreas, a saber:

- A) Como generalizar o “trabalho em rede” dos NLI;
- B) Como reforçar o acompanhamento e a fiscalização da aplicação do RSI;
- C) e as Alterações à legislação em vigor que podem contribuir para uma maior eficácia na aplicação de uma medida de protecção social que visa a autonomização dos indivíduos e famílias em situação de carência extrema.

Assim, e relativamente ao:

A. Trabalho em Rede a Comissão propõe um conjunto de 14 medidas, que passo a citar (de forma abreviada):

1. Criar uma base de dados que reúna informação de todos os beneficiários e famílias, para acompanhamento dos processos e trabalhos de investigação;
2. Criar um sistema de alerta e um diagnóstico precoce das famílias em risco de desestruturação social, de modo a intervir junto desses núcleos através de medidas preventivas que evitem a sua (re)admissão no RSI.
3. Disponibilizar acompanhamento pelas entidades competentes às famílias com processos cessados.
4. Divulgar periodicamente dados que permitam enquadrar e avaliar a evolução da medida nas diferentes ilhas dos Açores.
5. Sensibilizar os organismos públicos, representados no NLI, para a importância da sua participação.
6. Garantir a estabilidade das equipas para benefício da continuidade e eficácia do trabalho de campo.
7. Recomendar aos organismos representados no NLI que o trabalho desenvolvido pelos seus representantes seja contabilizado na avaliação de desempenho.
8. Promover campanhas de sensibilização para melhor informar a população sobre o trabalho desenvolvido pelas equipas na aplicação do RSI e desmistificar a imagem negativa do beneficiário e da medida.
9. Fomentar o debate público, procurando desconstruir o estereótipo do ‘malandro’.
10. Fomentar a descentralização do acompanhamento, nas ilhas e concelhos mais afastados das Agências de Qualificação e Emprego (AQE).
11. Responsabilizar os beneficiários que se inscrevem na AQE perante a necessidade de demonstrarem disponibilidade para trabalhar, adquirir competências e assumirem uma procura activa de emprego.
12. Agilizar a informação necessária dos diferentes parceiros do NLI para a elaboração dos acordos de inserção.
13. Articular respostas para os beneficiários que tenham filhos menores a seu cargo, que não tenham apoio à infância, nem tenham suporte da rede familiar.

14. Reforçar a necessidade de rastreio dos beneficiários em termos de competências e reencaminhamento para formação profissional ou profissionalizante.

No que toca ao trabalho de:

B) Acompanhamento e fiscalização das famílias a Comissão recomenda a adopção de 8 medidas, e que passam por:

1. Tornar obrigatória, no âmbito do acordo de inserção, a frequência de um núcleo de acções concretas e práticas que visem o empreendedorismo e a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais (Programa FIOS).
2. Estruturar os acordos de inserção, de forma sistemática e obrigatória, calendarizando etapas e definindo um ‘prazo de validade’.
3. Sensibilizar as equipas técnicas para a importância da personalização na definição das medidas do contrato de inserção.
4. Criar um modelo de incentivo à concretização dos objectivos do acordo de inserção dos beneficiários, pela discriminação positiva dos sucessos obtidos.
5. Denunciar à Inspeção Regional do Trabalho (IRT) os casos de beneficiários que não tenham a sua situação laboral legalizada, como forma de combate ao trabalho precário e ilegal.
6. Inserir no âmbito do Programa FIOS os beneficiários com baixa empregabilidade e/ou baixas competências pessoais e sociais ou que exigem um acompanhamento mais personalizado.
7. Criar projectos orientados para beneficiários com problemas associados às dependências.
8. Criar um guia de boas práticas, incluindo um registo diário da despesa corrente, que funcione, quer como suporte à gestão do orçamento familiar por parte dos beneficiários RSI, quer como instrumento pedagógico para o apoio técnico.

Ao nível das:

C) Propostas Legislativas a Comissão recomenda 7 iniciativas:

1. Propor à Assembleia da República a alteração do nº 2, do Artigo nº 81, do Decreto-lei 283/2003 que respeita às Regiões Autónomas e aos prazos processuais.
2. Propor como prioritário e obrigatório a frequência de programas de certificação de competências, escolarização ou formação profissionalizante dos beneficiários com escolaridade inferior ao 6º ano (Rede Valorizar).
3. Criar incentivos à empregabilidade de beneficiários que tenham sido abrangidos pelos programas de inserção laboral (PROSA, CTTS, AGIR).
4. Integrar os beneficiários do RSI no novo regime tarifário de descontos e condições do ‘Passe Social’.
5. Regulamentar o acesso dos promotores de projectos no âmbito do PROSA e CTTS, evitando situações de aproveitamento de mão-de-obra barata para necessidades permanentes de serviço.
6. Propor à Assembleia da República, no âmbito do Programa de Inserção no que concerne às acções no domínio da educação para além do critério assiduidade, a inserção da componente aprendizagem.
7. **E, finalmente,** propor ao Governo Regional dos Açores que delibere no âmbito dos acordos de inserção e no domínio da educação que, para além do critério assiduidade, prevejam também outros critérios, nomeadamente, a aquisição de competências e a comprovada melhoria do nível de aprendizagem.

Estas recomendações, elaboradas pela Comissão e contidas neste relatório, procuram concretizar os objectivos delineados a quando da sua constituição.

No final dos trabalhos foi consensual, entre os vários membros da Comissão, que a sua participação constituiu uma oportunidade para melhorar o seu conhecimento sobre a realidade do RSI e, ao mesmo tempo, contactar as equipas técnicas e alguns beneficiários e, por essa via, identificar muitas das dificuldades que adiam a sua autonomização.

Por outro lado, foi possível (re)confirmar a importância que a medida assume na vida de muitas famílias açorianas, nomeadamente, no acesso à escola, na criação de experiências de trabalho em instituições locais, na gestão doméstica, no

acesso à saúde e na necessidade de frequentarem acções de aquisição de competências pessoais e profissionais.

Em jeito de conclusão, a Comissão foi unânime em admitir que a inserção dos beneficiários não se faz tanto pela vertente pecuniária da medida, mas pelo aumento das suas competências, no sentido de se promover uma clara integração dos indivíduos, através da participação das entidades locais e da sociedade em geral, que infelizmente ainda julga sem conhecer e discrimina sem conceder oportunidades.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis de todos os partidos representados na Comissão Eventual para Analisar a Aplicação do Rendimento Social de Inserção, PS, PSD e PCP.

Disse.

(O texto integral referente ao relatório final encontra-se disponível para consulta no Diário N.º 93, de 12 de Abril, na listagem da correspondência)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por elogiar o trabalho e o esforço desenvolvido por esta Comissão e por todos os seus membros e aplaudir as outras bancadas, que como o PCP, demonstraram responsabilidade política de reconhecerem a enorme relevância deste assunto, a necessidade desta Comissão e a forma como nela se empenharam. Quero excluir claramente deste elogio a direita populista e radical que teimosamente se quedou isolada no seu ultrapassado preconceito ideológico e postura política de culpar os mais pobres, ...

Deputado José San-Bento (PS): Apoiado!

O Orador: ...os malandros dos beneficiários do RSI.

Parece que segundo esta direita radical, os beneficiários do RSI são os culpados de todos os males do país.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não são os beneficiários. É o Governo!

O Orador: Para esses, o deserto político onde se apertaram, é o lugar adequado para as suas concepções maniqueístas e demagógicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um relatório que vale a pena ler com atenção e que apresenta conclusões e recomendações importantes e das quais quero destacar alguns aspectos.

Desde logo, o mais importante, prende-se com a questão do trabalho, do emprego, das suas condições e remuneração.

Disse, neste Parlamento, em Junho do ano passado, que o primeiro e mais claro motivo da pobreza da nossa sociedade é apenas um: o emprego. Sem emprego não há rendimento, não há autonomia, não há inserção, não há cidadania.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E só agora é que o senhor chegou a essa conclusão!

O Orador: Vêm agora as conclusões deste relatório confirmar o que então afirmámos. É a falta de ofertas adequadas de emprego, o trabalho precário e de forma ainda mais chocante, os baixos rendimentos do trabalho que empurram e prendem muitos açorianos para a dependência desta prestação social.

Também relevante, são os aspectos que se relacionam com a situação profissional dos técnicos que, no terreno, lidam com os beneficiários e as suas famílias.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E não sabia nada disso antes!

O Orador: A necessidade de estabilização das equipas que a Comissão reconhece, na sua recomendação número 6, no Capítulo I, não se coaduna com a situação de precariedade e sub-remuneração que vivem muitos destes técnicos.

Igualmente, é absolutamente necessário garantir a existência dos meios humanos adequados e garantir-lhes condições adequadas e motivação para o exercício de que é uma função difícil em diversos planos. O empenhamento, a abnegação e dimensão humana destes profissionais merece ser aqui assinalado, mas merece, sobretudo, ser justamente compensado e incentivado.

Esta é uma matéria que exige uma solução absolutamente urgente, sob pena de esvaziar de conteúdo parte da medida.

Outro aspecto que queremos salientar e que é reconhecido pela Comissão na sua conclusão número 5, do Capítulo B, é a generalização do trabalho precário, entre estas, que são as camadas mais fragilizadas da nossa Região. Parece-me óbvio e claro que as situações devam ser denunciadas à Inspeção Regional de Trabalho, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é perseguição, Sr. Deputado, não pode ser! Isso é perseguir os beneficiários!

O Orador: ...aliás a lei assim o obriga.

Mas agora o que é necessário é que a Inspeção Regional de Trabalho dê respostas efectivas e em tempo útil a estes trabalhadores que são ilegalmente explorados.

Queremos lembrar aqui as responsabilidades do Governo Regional nesta matéria, pois ao fim de dois anos, após a aprovação da proposta do PCP Açores, ainda não se conseguiu obter resultados palpáveis do Plano Regional de Combate à Precariedade, um instrumento cuja necessidade urgente deste relatório contribui.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, não é verdade?

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): É diferente.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Estamos muito aquém do desejável.

Igualmente expressa no relatório é a utilização já denunciada várias vezes pelo PCP dos participantes de programas ocupacionais, como mão-de-obra barata, para postos de trabalho permanentes. Se já sabíamos que isto era verdade em relação aos programas Estagiar, vemo-lo agora também em relação ao PROSA. A concepção dos regulamentos destes programas não pode continuar a ser feita sem a devida exigência para com as entidades empresariais, que recebem e utilizam estes trabalhadores e que como tal beneficiam destes programas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É pô-los a fazer greve, Sr. Deputado!

O Orador: A exigência de responsabilidade social às empresas envolvidas não pode continuar a ser feita de forma ligeira ou casuística, devendo estar vertida nos regulamentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero reconhecer aqui, como sempre o fizemos, a importância do Rendimento Social de Inserção e sublinhar o seu papel essencial para atenuar as dificuldades das famílias açorianas mais fragilizadas, mas tal nunca significará escamotear sobre a capa do existencialismo demagógico as verdadeiras causas dos males que o RSI quer minorar. Estamos de acordo com a medida, com o paliativo, mas reconhecemos a doença e batemo-nos pela sua solução e a solução terá forçosamente que passar pela ruptura política que nos leve num caminho diferente, um caminho de progresso, justiça social e desenvolvimento de que os Açores e Portugal tanto necessitam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O CDS vai falar?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Já deu as boas-vindas ao Sr. Deputado Pedro Medina, agora deixe-o falar Sr. Deputado Aníbal Pires.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de relembrar aquilo que deve ser considerado, ou melhor dizendo, o conceito que está por detrás do Rendimento Social de Inserção. Este não é mais do que um apoio para os indivíduos e famílias mais pobres e que tem duas vertentes. Uma, uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas e outra, que tem a ver com o programa de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente.

Nós, há uns meses atrás, apresentámos aqui neste Plenário, um projecto de resolução que visava uma apresentação de um relatório semestral sobre a

aplicação deste apoio social na Região e aí a maioria socialista entendeu que não deveria ser assim e chumbou.

Em alternativa, propôs uma Comissão Eventual e uma Comissão Eventual que faz um acto único, um relatório único e fica-se pelo relatório único. E já lá vou ao relatório, já lá vou chegar, sobre alguns considerandos desse mesmo relatório.

Portanto, o CDS entendeu que de facto não deveria participar nesta Comissão Eventual, porque ela não ia trazer mais benefícios do que o nosso projecto de resolução (que era abrangente e que permitiria uma fiscalização sucessiva) e que seria mais uma despesa para esta casa e por isso, assumimos esse compromisso com a mesma frontalidade que assumimos há uns meses atrás. Continuamos a afirmar este mesmo propósito neste momento.

Dizer também que o CDS sempre teve e sempre disse que concorda com esta prestação social.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ai é?

O Orador: Só quem não conhece a história do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção é que pode, de uma forma desonesta, vir aqui acusar o CDS de estar contra uma medida deste cariz.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh! Não se venha agora rogar!

O Orador: Portanto, aquilo que nós sempre temos defendido é a forma equitativa e justa como esta prestação social tem de ser atribuída.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): A paternidade está aí!

O Orador: Temos vindo a denunciar muitas situações. Situações que têm a ver com pessoas que, efectivamente, não trabalham, não querem trabalhar e querem viver à custa de um subsídio do Estado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Malandros!

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não é um subsídio.

O Orador: Portanto, o CDS, em tempo oportuno, também apresentou ideias, apresentou um projecto de lei a nível nacional que visava corrigir, detectar estas situações, nomeadamente, uma auditoria global para valorizar a prestação social.

Também dissemos, que este regime para ser transitório todos os anos, os beneficiários deveriam fazer prova da sua necessidade. Também dissemos que 60% das verbas recuperadas com a descoberta de fraudes e abusos deveriam ser aplicadas nos aumentos das pensões mínimas.

Mas dissemos mais também! Que as pessoas que não querem trabalhar, esta é uma opção legítima, o Estado não tem de financiar a preguiça. Isso, nós assumimos.

Deputada Nélia Amaral (PS): E o RSI?

O Orador: O CDS também apresentou propostas que têm a ver com a cessação imediata da prestação se for provado, e após transitado e julgado, a condenação judicial pela prática de crime doloso e tipificou a prática de crime doloso, nomeadamente, um crime contra a integridade física da pessoa, um crime contra a vida, contra o património, a falsificação, o tráfico de estupefacientes ou desobediência à polícia. Nós dissemos que pessoas que estejam condenadas por esses crimes não devem receber o apoio do Estado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois não!

O Orador: Mas também dissemos mais! Falámos no trabalho socialmente necessário. O trabalho socialmente necessário tem a ver com o dever que a Segurança Social deve ter em estabelecer protocolos com as câmaras municipais, juntas de freguesia e com instituições sociais.

Quanto a isto, até hoje, nada foi dado de resposta e o nosso projecto, como sabem, foi chumbado na República com os votos contra do Partido Socialista e o voto de abstenção do PSD.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Mas também na área da fiscalização, dissemos sempre que a renovação automática do Rendimento Social de Inserção tem de ser feita aumentando o número das inspecções e fazendo a certificação semestral da situação dos contratos de inserção.

Há quem diga aqui nesta casa que o CDS quando fala em preguiça, fala em demagogia e fala na medida eleitoralista, numa proposta eleitoralista. Mas quero só também referir aqui palavras de uma pessoa com responsabilidades na Região, que disse: “É preciso mais fiscalização, mais rigor, porque eu não quero que

alguns preguiçosos comprometam a medida que tem ajudado muitas famílias açorianas.” Foi dito na campanha de 2008, pelo actual Presidente do Governo Regional dos Açores. Portanto, vai ao encontro daquilo que nós temos denunciado.

Deputado Francisco César (PS): E assumimos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O melhor é prender essa gente!

O Orador: Vamos mais longe e dizemos: não são só alguns, são mais do que alguns, é preciso identificar, é preciso ter rigor nas avaliações.

Vamos ao relatório. E o relatório, de facto, penso que é arrasador em relação à política que tem sido seguida pelo Governo na Região Autónoma dos Açores.

Nomeadamente, fala na desqualificação escolar dos jovens que estão afectos a esta medida e faz a correlação com políticas económicas de pouca eficácia, com políticas de emprego, com factores culturais, o caso das mulheres em casa, políticas na área da educação, configuração do mercado de trabalho nos Açores, enfim, são um conjunto de críticas e de estratégias...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Afinal, a Comissão sempre serviu para alguma coisa, apesar dos senhores não terem feito parte.

O Orador: ... na Região, que de facto, não têm tido a sua eficácia.

Também a fraca ligação do Rendimento Social de Inserção ao mundo do trabalho e o facto dos beneficiários serem na sua maioria crianças e jovens, em idade escolar, faz com que a detecção dos níveis de sucesso e de aprendizagem deixem muito a desejar, porque fala-se em sucesso, fala-se em absentismo e fala-se em abandono.

Também há a crítica com os programas estandardizados, que não correspondem às necessidades dos beneficiários e estão afastados do mundo do trabalho.

Há quem diga também que não é preciso gastar mais dinheiro. Há quem diga que é preciso gastar o dinheiro de forma diferente. Há quem diga que é preciso gastar melhor o dinheiro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Digo, digo. Porquê?

O Orador: E a condição do recurso ao RSI e de outras prestações sociais deveria ser mudada, porque como esta, que visa reduzir várias dimensões da pobreza,

exigem que não sejam tomadas às cegas, mas na sequência de uma avaliação muito rigorosa.

Também gostaria, quase para terminar, de dizer e de desmistificar, porque o CDS é acusado repetidamente de instigar, de denegrir o apoio com esta natureza, dizer que é exactamente ao contrário que acontece.

Há um grupo de beneficiários que procura oportunidades e esse grupo de beneficiários que procura oportunidades tem um projecto de vida...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande novidade! O CDS já cá chegou! Bem-vindo à causa!

O Orador: ...e recorre ao RSI com um mal-estar. Portanto, não se pode dizer que é através do CDS que este Rendimento de Inserção está denegrido, são as pessoas que têm projecto de vida que de facto apanham-se numa situação e numa teia de pobreza, da qual não estavam à espera, e por via desse facto sentem um mal-estar por recorrerem a este tipo de prestação social. Quer dizer, que de facto, as suas vidas não correram pelo melhor.

Deputada Nélia Amaral (PS): Que injustiça o senhor está fazendo!

O Orador: Em resumo, é importante, também segundo o relatório e depoimentos deste relatório, articular a educação, emprego e acção social, porque exemplos temos muitos. Temos exemplos de empregadas domésticas que se despedem e dizem que vão ganhar mais no RSI.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas afinal de contas, concordam ou não?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: No sector primário, temos pessoas que são necessárias para o trabalho e que quando se tentam contratar a frase é do tipo: “Eu faço o trabalho, mas não passo o recibo, senão perco o RSI.”

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Isso não é verdade!

O Orador: Quando um trabalhador se despede de um serviço de uma empresa para aderir ao RSI e no dia a seguir vai a casa dessas mesmas pessoas, que eram clientes dessa empresa, oferecer os seus serviços e não passar recibo, é também uma realidade.

Deputada Nélia Amaral (PS): Desonestos são os trabalhadores? E os empresários que não passam esses recibos não são?

O Orador: E quando ouvimos pessoas revoltadas porque alguns desses beneficiários gozam na cara de quem trabalha dizendo frases do tipo: “Vocês é que trabalham para nós.” Esta é também uma realidade.

E aqui os comerciantes, e este comerciante em particular, tem uma atitude muito nobre, porque quando se dirige ao supermercado alguém beneficiária desta prestação social e quer levar para casa géneros que não são de primeira necessidade, este comerciante recusa-se simplesmente a vender a esta pessoa.

Também quero dizer que a posição do PSD nestas matérias tem sido uma posição de *nim*, pois tem responsabilidades neste processo por via do seu poder autárquico, nomeadamente, nas suas juntas de freguesia, que pouco fazem para combater os abusos e as fraudes do sistema de prestação social.

É preciso pois maior equidade na distribuição dos dinheiros públicos.

Como diz o relatório e muito bem, passados 13 anos todos foram unânimes, que a inserção não se faz tanto pela vertente pecuniária da medida, implica rever o modelo de como são elaborados os acordos de inserção.

É caso para dizer-se: votos precisam-se, subsídios oferecem-se.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

***Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria, em nome do PSD, enaltecer o trabalho da Comissão, de todos os Deputados que a compuseram e que se disponibilizaram para trabalhar nesta problemática e realçar o trabalho, quer da Sra. Presidente, quer do Sr. Relator, em levar a bom termo aquela que era a tarefa que nos estava incumbida.

Esta Comissão parece-me que funcionou em bom ritmo, em tempo útil e apresenta conclusões que de facto são importantes para o melhoramento da aplicação da medida do Rendimento Social de Inserção, desde logo nos Açores.

Queria também dizer que por parte do PSD assumimos que desde já, como aliás resulta do próprio relatório, estamos prontos para iniciar o trabalho de propositura e de concretização das propostas que são apresentadas pela Comissão e corporizá-las. Estamos, nessa medida, disponíveis e proponentes para, acompanhando com os restantes Grupos e Representações Parlamentares, que possamos em conjunto apresentar e corporizar as medidas que são propostas neste relatório, para o tornar, efectivamente, num contributo prático para a melhoria da aplicação desta medida.

Queria também dizer que esta Comissão nasce, em certa medida, após um desafio por parte do Sr. Presidente do Governo para que se fizesse uma Comissão que pudesse analisar o Rendimento Social de Inserção e a sua aplicação na Região Autónoma dos Açores. Pena é que o Sr. Presidente do Governo não pudesse hoje estar presente para ouvir aquilo que são as recomendações deste relatório, mas certamente que estará a ouvir *online* este Plenário e envio-lhe daqui os meus saudosos cumprimentos.

Quem ouviu a apresentação deste relatório por parte do Sr. Relator, podia facilmente retirar das palavras que contém as conclusões e as propostas desta Comissão e rever-se em boa parte, senão mesmo numa maior parte, naquilo que têm sido as propostas, os alertas e as intervenções, desde logo, neste Plenário, por parte do Partido Social Democrata.

Sempre dissemos que o PSD é totalmente a favor da existência de uma medida com esta natureza, com este desenho e que ela necessita, - apesar de precisar de alguns aprimoramentos – sobretudo, é de ser aplicada em condições, como está desenhada para ser aplicada. O que nós sempre dissemos foi que o RSI não era devidamente aplicado para aquilo a que se destinava. Destina-se a libertar pessoas que estão na extrema pobreza, libertá-las dessa condição social de dependência do Estado e de um apoio do Estado. Não pode limitar-se a ser a atribuição de um subsídio, ...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não é um subsídio.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): E os subsídios do PSD?

O Orador: ...de um cheque para que as pessoas vivam e satisfaçam as suas necessidades básicas. Era preciso dar o outro passo, que é necessário e da qual a medida é composta, e que é a inserção social.

Ao ler as conclusões deste relatório, - o Sr. Deputado Artur Lima certamente também as leu – nós podemos claramente verificar que o que se passou nestes 13 anos de aplicação do RSI foi que a medida só foi aplicada na parte da entrega de um cheque e de uma compensação financeira às pessoas de que dele necessitam.

Foi feito muito pouco na parte da inserção social. Foi feito muito pouco, Sra. Secretária, na parte que diz respeito a potenciar os beneficiários, a dar-lhes as condições e a permitir que eles possam adquirir competências, assumir novos compromissos e serem responsabilizados pelo facto de receberem do Estado este apoio.

De facto, quando muitas vezes, nesta casa, o PS vem defender a forma como tem aplicado esta medida, acusando sempre os outros de tentar dar uma má imagem do RSI e darem uma má imagem dos beneficiários, essa acusação é, de facto, uma acusação que se reflecte sempre no Partido Socialista. Porquê?

Porque de facto o Partido Socialista ao ter feito este percurso de aplicação do RSI, ao não ter aplicado a medida verdadeiramente naquilo a que ela se destina, ao não ter privilegiado a parte da inserção dos beneficiários, da sua qualificação, da sua procura activa de emprego e da sua inserção na sociedade, permitiu que se criassem vícios e se criassem situações de rotinas que não beneficiam em nada as pessoas que são beneficiárias.

Nessa medida, este relatório vem de facto ao encontro daquilo que têm sido as posições assumidas pelo PSD nesta casa. É necessário que as pessoas que beneficiam do RSI sejam responsabilizadas na medida daquilo que são as suas capacidades e possibilidades.

É certo que nem todos podem trabalhar, é certo que nem todos têm condições iguais para adquirir competências para poderem contribuir de outra forma na

sociedade, mas é certo também que aqueles que podem e aqueles que têm condições devem de facto ser confrontados com a necessidade de terem uma procura activa dessas condições para poderem participar na sociedade.

A este propósito, não podia deixar de reforçar aquilo que é dito na conclusão final por parte deste relatório, em que é dito muito claramente aquilo que o PSD tem afirmado ao longo dos últimos anos, neste Plenário, e que o PS tanto lhe custa assumir e o que é um facto é que a medida (como diz o relatório) carece de ser melhorada em termos qualitativos. É precisamente isto que nós temos dito, é precisamente isto que nós temos confrontado o Partido Socialista e é precisamente por isto que nós temos sempre dito, e continuamos a dizer, que se isto não for feito a medida não estará a ser bem aplicada.

Carece de ser melhorada em termos qualitativos, apostando cada vez mais em estratégias personalizadas, na elaboração dos acordos de inserção, onde obrigatoriamente se invista na melhoria das competências que favoreçam a inserção no mercado de trabalho co-responsabilizando os beneficiários.

Qualquer cidadão que ouça estas palavras certamente se revê naquilo que tem sido o discurso do PSD nesta matéria.

Nós não temos, Sr. Deputado Pedro Medina, uma oposição dúbia sobre o RSI. Nunca tivemos. Defendemos esta medida, ajudámos a implementá-la, a transformarmos de Rendimento Mínimo em Rendimento Social de Inserção com a vossa participação, ...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): É verdade!

O Orador: ...mas nunca deixaremos de dizer que é preciso implementá-la como ela foi desenhada. Esse é que é o defeito e essa é que é a crítica que pode ser feita a esta medida. Tem de ser fiscalizada e tem de ser implementada para aquilo a que se destina.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Onde é que está a fiscalização?

O Orador: Por isso mesmo, este relatório também vem dizer aquilo que o PSD sempre disse ao longo destes últimos anos: não pode o RSI ter um carácter meramente assistencialista. É isto que está explanado na conclusão final, na conclusão geral deste relatório.

Não podemos continuar a ver o RSI como apenas dar um subsídio ou dar um cheque a alguém que necessita de satisfazer necessidades básicas. É preciso algo mais. É para isso que ele existe e é para isso que deve ser aplicado.

Por isso, quando o relatório diz que é fundamental contribuir para travar o processo de reprodução assistencialista, estamos a ter uma preocupação – e muito bem! –, por parte da Comissão e por parte de todos os partidos que nela participaram, em que as gerações que agora já são filhos de beneficiários do RSI não venham também eles a sentir que é fácil estar no RSI. Ou por outro lado, é uma medida de escape para uma existência mais ociosa na sociedade. Não é isso que nós queremos.

Nós queremos que o RSI sirva para que as pessoas se libertem da sua condição de necessidade, que seja uma medida transitória de apoio à extrema pobreza, mas que o Estado ao assumir isso, assumia também a responsabilidade de ajudar essas pessoas a adquirirem as condições necessárias a poderem por si próprias libertar-se da necessidade de um apoio social.

Por outro lado, também exigimos e também é para isso que a medida existe, que os beneficiários sejam responsabilizados e aqueles que podem e devem efectivamente trabalhar ou adquirir novas competências, que sejam confrontados com essa necessidade para que não fiquem a beneficiar de uma medida sem darem nada em troca.

As pessoas quando têm condições para ajudar e quando recebem um contributo social do Estado devem também ter o seu tributo social na sociedade. Quando não há emprego, devem, como diz o relatório, também participar em trabalho comunitário, desde logo no âmbito das empresas sociais, para que possam e devam estar habilitados. Quando não têm habilitações literárias devem ser ajudados e responsabilizados no sentido de as adquirir e de se esforçarem para tal. Não podemos continuar a fazer de conta que a medida só tem a vertente assistencialista e que não tem a vertente de inserção social.

Nessa medida, o PSD fica satisfeito por o PS finalmente perceber que a medida tem estas duas vertentes e que as deve aplicar em toda a sua extensão.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Terminou o tempo do PSD. Vamos continuar.

Sra. Deputada Piedade Lalanda tem a palavra.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já estávamos à espera do discurso do CDS/PP. Já estávamos à espera de uma avaliação feita a dizer que existem pessoas que não merecem, que há muitos casos de pessoas que usam mal o RSI, está-se a financiar a preguiça, gasta-se o dinheiro onde não se deve, eles não querem trabalhar.

Já estávamos à espera deste perfil, deste figurino.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Para a fotografia! É o que a senhora está a fazer.

A Oradora: Já estávamos à espera de um discurso feito pelos juízos de valor. É típico do CDS/PP quando fala do RSI. E há uma coisa que é fundamental. A política realmente deve ser feita com ética.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Estou plenamente de acordo. Agora, deve ser feita com base na defesa dos direitos humanos...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Direitos e deveres.

A Oradora: ...e da dignidade da pessoa, que é coisa que os senhores não conseguem fazer quando falam em medidas de protecção social a favor dos mais carenciados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Bloco de Esquerda é que costuma usar os “Diolinda” como referência,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode usar os “Diolinda”!

A Oradora: ...mas eu vou aqui citar o refrão de uma música que ainda hoje ouvi, que eu acho que encaixa perfeitamente no CDS/PP. Há uma música dos “Diolinda” que diz: “o teu bem faz-me muito mal”. E realmente a vossa virtude de serem os melhores do mundo faz muito mal a muita gente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Agrava o estigma a muita gente. Só vos digo uma coisa. Realmente os senhores estão preocupados com a fraude e estão muito preocupados com os abusos da medida. Acho muito bem, estão a defender os dinheiros do Estado e querem que sejam muito bem utilizados. Uma posição muito correcta e de elogiar.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Responsável.

A Oradora: Agora, vamos ser objectivos. A medida cessa quando as pessoas são incumpridoras do plano de inserção.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Artur Lima fugiu?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): O senhor está com saudades?

A Oradora: A medida cessa. As pessoas são retiradas da medida. A medida cessa quando as pessoas não aceitam emprego, o beneficiário é afastado. Existe, na Segurança Social, uma função de fiscalizar a aplicação da medida e os senhores, apesar disso tudo, ainda acham que existe muita fraude e muito abuso.

Então vamos reforçar esses organismos, vamos reforçar a aplicação das medidas de cessação para aqueles que não estão a cumprir e agora dêem o salto, saltem dessa vossa bolha de pau carunchoso e passem para o outro lado. Acabou! O assunto está resolvido. Há mecanismos, há formas de controlar a fraude e agora o resto? Onde é que ficam os outros todos que não são fraudulentos? Onde é que ficam as outras pessoas todas que precisam do RSI? Ficam todos nessa negativa que os senhores fazem questão de passar...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Ficam no RSI.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Os senhores é que são responsáveis por essa imagem, ao facilitarem o acesso ao RSI. Essa é que é essa!

A Oradora: ...uma borracha na vida de muitas famílias que beneficiam e que têm necessidade desta medida.

Há uma coisa muito interessante, quem vos ouça falar é só ter uma atenção à adjectivação da vossa linguagem. Não conseguem dizer que tem de haver critérios para a atribuição do RSI. Não! Os senhores têm que dizer que tem de haver bons critérios para a atribuição do RSI.

Oh, meus amigos, não são nem bons, nem maus. Há critérios, ponto. E esses critérios estão definidos em lei e é isso que tem de ser aplicado e os senhores

passam um atestado de incompetência aos técnicos de serviço social que estão no terreno a trabalhar. Os senhores passam um atestado de incompetência às pessoas que procuram acompanhar.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Os senhores é que passaram essa imagem, não fomos nós! O Presidente do Governo é que passou essa imagem!

A Oradora: Um técnico de serviço social não é um polícia, como dizia ontem o Sr. Deputado Pedro Medina no debate gravado sobre esta medida, que dizia que estas pessoas pegam no dinheiro e vão para o supermercado e não compram o que é essencial, vão comprar as bolachas, os chocolates e os chipicaus. O senhor não pode pôr num técnico de serviço social um polícia que vai atrás do beneficiário ver como é que ele utiliza. A aprendizagem da responsabilidade deve ser de toda a gente.

Hoje em dia, nesta fase de crise, todos nós devemos repensar como é que usamos os nossos recursos salariais, os nossos recursos pecuniários.

É interessante também, já agora, vou introduzir, a posição do PSD, que de alguma maneira quis dizer que sempre achou que a medida era mal aplicada e a sua líder não deixou de dizer que o emprego é que dignifica, mas também já concluíram – e bem – com um dos resultados deste relatório, que não pode ser só o emprego e que nem toda a gente é empregável.

Só vos lembrava uma coisa, que se analisarem os dados com atenção e o relatório talvez vos ajude a fazer essa análise, na prática nós temos 20 a 25% dos beneficiários – desses 18 mil que actualmente estão na medida – que são empregáveis. São 20 a 25% beneficiários que têm idade activa e não têm rendimentos e dentro desses empregáveis nós temos uma percentagem acrescida de mulheres, e dentro dessas mulheres temos muitas domésticas, e muitas delas têm (como foi também verificado no estudo da Dra. Isabel Guerra) nas suas famílias uma pessoa incapacitada em casa, têm um idoso acamado, têm um filho portador de deficiência, e essas mulheres têm uma via acrescida de dificuldades. Ou seja, nós não estamos a falar apenas de pessoas em pleno gozo da sua saúde e da sua actividade que poderiam estar a trabalhar e não estão. Este padrão, esse

registro que têm na vossa mente, este quadro de referência com que analisam o RSI está completamente errado.

Nós temos desde logo 48% que são menores, que não estão abrangidos por essa lógica da empregabilidade; nós temos uma boa parte que são mulheres; nós temos famílias desestruturadas, com problemas, como foi referido nas audições do RSI, de toxicodependência, de alcoolismo, de falta de hábitos de trabalho.

O senhor desculpe, mas teve o descaramento de citar a Provedora da Santa Casa da Misericórdia da Graciosa quando fazia referência de que o PROSA é fundamental. É um descaramento!

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não é descaramento. Foi *ipsis verbis*.

A Oradora: Porque o PROSA é um programa fundamental e criado no PRO-EMPREGO para criar hábitos de trabalho numa população que não tem hábitos de trabalho, que tem percursos de precariedade laboral, que tem falta de uma estabilidade laboral.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): E têm!

A Oradora: O PROSA é fundamental nesse domínio e o senhor vem dizer que aqui está a prova de que as pessoas do RSI não querem trabalhar.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não foram todas as pessoas! Dê um exemplo.

A Oradora: Isto é uma afronta! Seja o que for é um caso. É evidente que há pessoas no PROSA que vão aprender o que é um horário, o que é uma relação de equipa, o que é uma relação de hierarquia. É para isso que esse programa existe. É para ajudar as pessoas a ganharem condições, competências, para poderem aceder ao mercado de trabalho. Essa é uma das grandes conclusões deste relatório: é que não se pode pensar que o emprego é a única panaceia para resolver o problema. A educação sim. Essa é que é a grande panaceia.

E o senhor dizia: “Ah, mas então a lei dizia que era só assiduidade e agora os senhores vêm dizer...”. Pois, a lei que foi criada pelos senhores com grande pompa e circunstância em 2003, só deixou como obrigatoriedade às famílias a assiduidade. E nós, nesta Comissão, propomos que seja também considerada a passagem para um patamar diferente que é o aumento e a melhoria do nível de

aprendizagem dos filhos dos beneficiários. É fundamental entrar nessa área se queremos realmente mudar geracionalmente.

Agora, nunca ninguém acabou com a pobreza de vez, como gostaria o PSD ou o CDS/PP.

Não há medida que acabe com a pobreza de vez. Estas medidas atenuam a taxa de pobreza.

O PSD dizia: “Ainda são muitos que estão no RSI”. Pois são, Sr. Deputado João Costa. Mas a taxa de pobreza nos Açores infelizmente é de 21% e os beneficiários do RSI representam 7,5% da população residente. Ainda há muitos que não estão no RSI e que se calhar precisariam de estar no RSI. Portanto, não são assim tantos como o senhor pensa. Infelizmente esta medida só abrange os mais pobres dos pobres e atenua a pobreza dessas pessoas.

Era bom que os senhores passassem para a fase seguinte. Deixem a fraude e vejam a vantagem e os benefícios, os ganhos que esta medida trouxe para a sociedade açoriana.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: A Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social tem a palavra.

***Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo associa-se a este debate em primeiro lugar para se congratular pelo excelente relatório que aqui foi apresentado.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado!

A Oradora: Queria sobre esta matéria tecer algumas considerações que me parecem importantes pela qualidade do trabalho e isso não é mérito de um partido político, mas é mérito daqueles que integraram uma Comissão e, que com responsabilidade e com trabalho, apresentaram aqui este excelente relatório.

Desde já pela metodologia implementada, pela quantidade de reuniões, visitas, informação solicitada e recebida. Também pelo facto de terem ouvido os

investigadores que sobre esta medida trabalham a nível nacional e que também trabalharam aqui na Região.

Também pela oportunidade que tiveram de fazer uma análise síntese dos dados estatísticos, pela forma como apresentaram, do ponto de vista da redacção, o próprio relatório. Bem escrito, transparente, de fácil leitura apesar de ser um relatório grande, mas ainda bem que assim foi, porque também ao longo deste tempo tivemos a oportunidade, pela comunicação social, de acompanhar o trabalho desta Comissão.

Caros Srs. Deputados, penso que valeu a pena fazerem este esforço, sobretudo em prol daqueles que mais precisam. Não é deste subsídio, nem é de nada daquilo que eu muitas vezes ouço. É desta prestação de um regime não contributivo que estes cidadãos têm direito, porque é um direito constitucional e foram, de facto, os governos do Partido Socialista que a trouxeram e é desse governo a paternidade, porque a lei de 96 - como bem sabem - foi desta área de governação e nós sabemos o quanto foi importante para fugir da pobreza extrema do nosso país e também da nossa Região e quanto isso tem ajudado algumas famílias. Fale-se bem ou fale-se mal, nós já sabemos e estaremos sempre habituados aquilo que a direita irá sempre fazer sobre esta medida, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus! Não vamos fazer demagogia nesta questão.

A Oradora: ... mas nunca ouvi nesta Assembleia, nem nunca ouvi em nenhum órgão de comunicação social nacional o CDS/PP, por exemplo, dizer quantas empresas em Portugal não cumprem com as prestações dos trabalhadores à Segurança Social. Qual é a fuga do fisco dessas empresas a nível nacional? Quanto é que isso tem prejudicado a nossa economia e o progresso do país e da nossa Região? Nunca vi a direita fazer esse tipo de comentários.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): E o CDS é que tem esses dados?

A Oradora: Batem nos mais fragilizados, nos mais pobres, naqueles que precisam desta ajuda e este relatório tem muitas vantagens e uma delas, de certeza, que é fantástica, porque aquilo que o Governo se cansava muitas vezes de dizer e de fazer a análise dos dados que estão disponíveis, 50% são pessoas que trabalham,

tem muitas crianças, também tem uma percentagem de idosos, evidente que tem aquelas pessoas que são doentes do foro psíquico, que são toxicodependentes, que são reclusos – também tem -, mas essa percentagem, felizmente, é muito pequena. De facto, por aquilo que está explanado no relatório, a verdade é que a medida tem que ser corrigida, porque não há nada perfeito no mundo, Srs. Deputados. É verdade que devemos ter sempre isso no horizonte da nossa governação: melhorar as nossas medidas, procurar que elas sejam mais objectivas, mais transparentes, mais justas, e isso o Governo tem vindo a fazer.

É evidente que há muitas crianças que não têm sucesso escolar e que são abrangidas pela medida, mas imaginemos em 96 quantas não iam à escola. É evidente que hoje temos que ser mais exigentes na escola com essas crianças e com essas famílias.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Exigência na escola? Deve estar a brincar!

A Oradora: É evidente que a taxa de ocupação feminina em 96 era de 27,4%, por isso havia muitas mulheres domésticas, mas também é evidente que ela aumentou e que hoje representa 39,4% da nossa...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Porque é que aumentou, Sra. Secretária?

A Oradora: Aumentou, porque aumentou a nossa economia, porque aumentou o trabalho, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Aumentou por culpa do Governo.

A Oradora: ...porque progredimos, Sr. Deputado.

Agora, o que não se pode é querer que em 10 anos se tire milhares de pessoas de uma medida e de uma prestação que a ela têm direito e que se erradica pobreza é porque todos os estudos, todos os investigadores que sobre ela têm teorizado, têm dito que isto não vai tirar toda a gente da pobreza, mas minimiza os factores de pobreza, mas dá mais alguma coisa a quem dela precisa.

Portanto, Srs. Deputados, também tive a oportunidade de ver, contrariamente àquilo que acontece no cenário nacional, que ao nível da Região mais de 81% dos beneficiários estão envolvidos em acordos de inserção. Então, há de facto um acompanhamento da medida. Há de facto um trabalho de coordenação dos vários parceiros para resolver e para acompanhar a medida.

Sras. e Srs. Deputados, quero dizer-vos que relativamente àquilo que foi o trabalho da Comissão e àquilo que são as suas recomendações o Governo está motivado e empenhado para melhorar e para implementar aquilo que for, aqui nesta casa, discutido e aquilo que for objecto até de diploma e que venha a contribuir para que essas famílias possam ter melhores dias, porque de facto na situação em que nos encontramos, na crise em que o país está mergulhado, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está? O país está em crise?

A Oradora: ...é evidente que a situação não parece que vá melhorar nos próximos tempos e portanto, nós temos que continuar a ter uma atenção muito especial a todos estes cidadãos e cidadãs açorianas que precisam desta prestação e que dela têm direito, porque é um direito constitucional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora aí está enganada! O RSI não é constitucional.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fiquei absolutamente espantado com o teor da intervenção da Sra. Secretária Ana Paula Marques.

A Sra. Secretária Ana Paula Marques parece que ficou congelada na Revolução Francesa e continua a ter uma visão perfeitamente maniqueísta entre aquilo que é a esquerda e a direita modernas. Parece que as responsabilidades sociais ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não tem nada a dizer sobre o relatório?

O Orador: Já lá vou.

...e uma noção de preocupações sociais, de solidariedade social é própria e específica da esquerda. Se assim fosse, poderíamos dizer que o direito à propriedade privada, a iniciativa privada também é próprio da direita, exclusivamente da direita.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): É uma espinha que os senhores têm na garganta.

O Orador: Oh, Sra. Secretária, o mundo e as ideologias são muito mais complexas, evoluíram e a Sra. Secretária ainda continua congelada, ou continua congelada do ponto de vista ideológico, ou então utilizou aqui da pior demagogia que é algo que é absolutamente inaceitável no discurso político. A minha intervenção vem neste sentido, porque considero-me um político de direita, ...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Quem costuma pedir a palavra para fazer demagogia é o senhor!

O Orador: ...com preocupações sociais, que valoriza a solidariedade social e que valoriza, de facto, a atenção do Estado para com os mais necessitados e para aqueles que precisam mais do apoio do Estado.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Vamos ver.

O Orador: Acho que há aqui quatro ideias fundamentais a reter. Em primeiro lugar, esta medida vai ser cada vez mais difícil de suportar para o país, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não têm dinheiro!

O Orador: ...vai ser cada vez mais difícil de explicar à população e vamos ter cada vez maiores dificuldades em a manter, porque, pura e simplesmente, não temos dinheiro. Essa é a primeira constatação.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Muito bem!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Com o PEC 5 vai ser melhor!

O Orador: Portanto, o que nós temos que fazer é aumentar e melhorar – e o relatório vai nesse sentido também – a sua eficácia.

Também se pôde constatar no âmbito do relatório o seguinte, que as famílias que estão a ser apoiadas pelo Rendimento Social de Inserção (grande parte, uma percentagem muito significativa) não conseguem sair desta situação de pobreza. Ultrapassam graves problemas de subsistência – é verdade – mas não há aquele salto qualitativo, em relação a um número muito grande por parte dessas famílias, no sentido de sair daquela situação e portanto, mantêm-se durante muito tempo

dependentes do Rendimento Social de Inserção. Outra coisa que podemos constatar através deste relatório, é que os próprios filhos, daquele agregado familiar, tendem (uma percentagem muito significativa) a permanecer nesta medida. Ou seja, a medida resolve problemas de subsistência, mas falta aqui qualquer coisa que nós temos de implementar e de melhorar que é o facto de retirar de vez as famílias daquela situação.

Eu sei que a educação, os hábitos de trabalho, aquelas condições de formação, isso leva muitos anos a ter resultados práticos. Eu sei disso e sei que nós temos tido dificuldades no sentido de aumentar a eficácia, de retirar as famílias dessa situação, que é isso que nós pretendemos. O que considero, é que sendo uma situação que retira e que permite que as pessoas tenham um nível de subsistência mínimo, um nível de dignidade mínima, falta alavancar, de facto, esta medida com qualquer coisa de mais palpável e mais eficaz.

Depois, dizer-vos também, que tive a oportunidade de participar (não em muitas sessões, mas em algumas) e fiquei com uma boa percepção em relação a grande parte das pessoas que participaram nestes trabalhos.

Deputado Francisco César (PS): Preocupadas com os outros.

O Orador: As pessoas estão disponíveis para colaborar e algumas delas, lembro-me perfeitamente em São Miguel, o que diziam é que “nós também queremos dar o nosso contributo à comunidade, nós temos horas disponíveis, nós também queremos dar este contributo”. Há aqui um potencial de serviço à comunidade, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Fiz essa proposta há 3 anos.

O Orador: ...aos municípios, às instituições de solidariedade social; há aqui gente disponível; há aqui gente que reparei e tive a oportunidade de identificar esses discursos; há aqui gente que disse “eu estou disponível, estou disponível para ajudar, não talvez o dia todo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era inconstitucional!

O Orador: ...mas uma parte do dia para dar o meu contributo também a quem me está agora, neste momento, a dar o contributo para sair deste nível social socioeconómico tão baixo”.

Portanto, nesse sentido, há também que aproveitar e rentabilizar esta disponibilidade das pessoas que estão na disposição de dar também o seu contributo à sociedade a que todos pertencemos.

Em conclusão, Sr. Presidente, vou terminar já, – isto já é o hábito – o Partido Popular Monárquico considera que a medida é importante, que se deva combater com muito rigor os casos de abusos por parte de gente que, de facto, presta falsas declarações. Portanto, é necessário melhorar a fiscalização nesse sentido, é necessário fazer isso, mas a perspectiva que tenho em relação a esta medida é que a defesa política da mesma é absolutamente fundamental dadas as circunstâncias em que estamos, mas que não é de forma nenhuma a receita eficaz para retirar as pessoas da pobreza. O que lhe permite é que as pessoas tenham um nível de subsistência mínimo e digno, mas não resolve o problema. Isso, temos todos que ter essa percepção: não resolve o problema, não retira as pessoas da situação de pobreza em que se encontram. Mais que isso, essa situação de pobreza do agregado familiar, tende, passados 7, 8, 9 anos, a multiplicar-se e a reproduzir-se dentro daquele agregado familiar, porque os filhos continuam inscritos e a receber os apoios previstos no Rendimento Social de Inserção.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar também neste debate com dois breves comentários, um deles sobre o relatório final da Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção e dois outros sobre os comentários feitos nesta Câmara, a este relatório.

É certo que o Bloco de Esquerda não respondeu ao desafio aqui formulado e já aqui recordado pelo Sr. Presidente do Governo Regional, no sentido de garantir uma melhor fiscalização e uma melhor aplicação do Rendimento Social de Inserção na nossa Região, da mesma forma que o Partido Socialista. Todos se lembram que nós fizemos a proposta duma comissão que estudasse as causas, as razões profundas da pobreza em geral nesta Região, que não passam só, mas passando também pela aplicação e pelo usufruto do Rendimento Social de

Inserção. Mas o facto de termos feito uma proposta diferente não invalida que não reconhecamos ao trabalho feito por esta Comissão, qualidade, honestidade intelectual e tentativa de exaustão na identificação da problemática e, sobretudo, na identificação das possíveis respostas, até de âmbito legislativo, para lhe dar maior qualidade e, do nosso ponto de vista, maior justiça social se for possível. Ficamos, portanto, desse ponto de vista, na expectativa de que na realidade estas propostas legislativas sejam por todos nós concretizadas e que, neste caso, o Governo Regional seja sensível a elas e as aprove - o Governo e o partido da maioria - e lhes dê o seu voto favorável.

Dito isto, quanto ao relatório, agora gostaria também de tecer algumas considerações sobre comentários aqui feitos.

Penso que, de entre as várias qualidades e mais-valias deste relatório, há uma que falhou completamente e disso todos nós temos que dar conta e reconhecer, é que eu penso que um dos objectivos deste relatório, do trabalho desta Comissão, era exactamente ser capaz de destruir os preconceitos, aquilo que o Einstein dizia que é “mais difícil de destruir do que um átomo”, o preconceito e o ressentimento que há contra esta medida social. Se esse era um dos objectivos desta Comissão, eu tenho pena que esse objectivo tenha falhado, porque depois dos comentários feitos nesta Câmara a propósito deste relatório, este objectivo falhou. Porquê? Porque o preconceito, o ressentimento, o juízo de valor negativo e persecutório de todos os beneficiários deste apoio social permanecem e são absolutamente impermeáveis a qualquer tipo de argumentação objectiva e concretizada com estatísticas, com números, com testemunhos. Pode vir Deus à terra, continuará tudo exactamente na mesma. Mas, não posso deixar de tecer um comentário também à exigência de rigor na utilização do dinheiro público, não podemos deixar os malandros, os preguiçosos, aqueles que abusam, os oportunistas que abusam deste miserável, Sras. e Srs. Deputados, apoio que nós damos, praticamente a quem não tem mais nada, para lembrar o seguinte a esta Câmara: não ouvi este discurso quando o Bloco de Esquerda trouxe a esta casa uma proposta de alteração dos 25% legais de derrapagens nas obras públicas, não ouvi nesta Câmara uma palavra sobre malandragem, roubo, oportunismo. Pelo contrário, os senhores limitaram-se a

votar contra. Porquê? Porque acham decente e acham que é utilizar com rigor os dinheiros públicos, poder derrapar em milhões em qualquer obra pública nesta Região.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Ser forte com os fracos é sempre fácil; ser forte com aqueles que são mais fortes essa é que a verdadeira coragem. Lamento dizê-lo: não ouvi então, não ouvi também hoje, na discussão deste relatório desta Comissão Eventual.

Gostaria também de dizer uma outra coisa. Não vamos ter dinheiro - lembrou o Sr. Deputado Paulo Estêvão - que com a crise, com o FMI, com toda a desgraça que nós temos pela frente, não vamos ter dinheiro para suportar nem este apoio social, nem muitos outros. Então, o que é que nós vamos fazer? Já começámos a fazer alguma coisa. O que é que fizemos? Afunilámos de tal maneira os critérios de acesso que milhares e milhares de pessoas e de famílias ficaram fora do Abono de Família, do Rendimento Social de Inserção e de outras formas de apoio. E agora a seguir o que é que nós vamos fazer? Já não podemos afunilar mais, já não podemos diminuir mais, agora só falta atirar com as pessoas borda fora, ...

Deputado João Costa (PSD): Antes disso atira-se com o Governo.

A Oradora: ...porque são oportunistas, malandros e preguiçosos e não há dinheiro para garantir a sua dignidade mínima e esta dignidade mínima não é só uma questão constitucional, é uma questão absolutamente fundamental para qualquer sociedade desenvolvida. É garantir a todos o mínimo de dignidade, o mínimo dos mínimos para que possamos chamar pessoas, para que lhe possamos chamar humanos e termos orgulho da nossa sociedade e de estarmos inseridos dentro dela.

Finalmente, o emprego – dizia também o Sr. Deputado Paulo Estêvão – que vamos ter de fazer alguma coisa porque estas pessoas têm que ser inseridas, não podemos continuar a dar-lhes o cheque – como diz o CDS – ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Disse e continua a dizer.

A Oradora: ...sem as inserir. O Bloco de Esquerda diz o seguinte: para nós é preferível dar um cheque de oitenta e poucos euros a quem não tem nada, mesmo que não tenha nenhum projecto de inserção, do que deixá-lo à sua sorte. E a seguir

lembrar que a única resposta de inserção - e é o próprio relatório final desta Comissão que o prova – é emprego, emprego e emprego, com qualidade, com direitos, com salários justos mínimos e dignos que mantenham essa dignidade. Emprego com estas características, Sras. e Srs. Deputados, é coisa que cada vez temos menos no país e na Região. Portanto, não vamos agora culpar uns, culpar os desgraçados que não o têm, exactamente porque não o têm. Não o têm porquê? Por culpa deles? Na maior parte dos casos não, por culpa das políticas que estão instaladas no nosso país e que de todos de alguma maneira – de uma maneira ou de outra – somos responsáveis. Não vamos agora virar-nos para os mais fracos e dizer “a culpa de não terem trabalho é vossa”.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O modelo albanês é que é.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem um minuto, faça favor.

***Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto uma intervenção muito rápida, porque o tempo está muito escasso, mas não gostaria de deixar passar em claro, pelo menos o lote de observações que foram ditas aqui em Plenário.

Também tirar logo a conclusão, que efectivamente ao fim de 13 anos e por este relatório, o PS e o Governo deveriam pedir desculpa aos açorianos pela forma como implementaram o RSI na Região Autónoma dos Açores.

Também desculpar a Sra. Deputada Piedade Lalandia, porque à falta de argumentos veio, ...

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor é que tem que pedir desculpa aos beneficiários do RSI.

O Orador: ...de certa forma, inclusive, até relatar o que aconteceu num debate na véspera e em vez do tal ponta de lança marcar golos na baliza dos adversários, marcou golos consecutivos na sua própria baliza. Atacou o CDS, como atacou também, inclusive, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Também dizer à Sra. Secretária Regional que há muito para fazer, é verdade. Não só no campo do RSI, mas também em outras áreas sociais e aquilo que nós

também temos detectado no terreno, para além dessas situações que nos são descritas, situações de pessoas ligadas à vossa área, pessoas da terceira idade, que vivem em condições miseráveis, que vivem sem o mínimo de dignidade nesta vida e comprometo-me, quando acabar aqui o debate, ir ter consigo e exemplificar um desses casos e dizer que é da vossa família, ...

Deputada Nélia Amaral (PS): Somos todos da mesma família, a família humana e com direitos.

O Orador: ... que essa gente está abandonada, precisa, efectivamente, de apoio e esperemos que tenham mais sucesso depois de eu falar consigo, depois deste debate.

Termino, dizendo que aquilo que é apontado no relatório em relação à condição de recursos do Rendimento Social de Inserção deveria ser mudada, porque exigem...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

...que essas medidas não sejam tomadas às cegas, mas na sequência de uma avaliação muito rigorosa. Essa mesma falta de avaliação com que o Governo atribui o RSI, é com essa mesma falta de avaliação e de rigor, os cortes às cegas que através do PEC, aprovado pelo PS e pelo PSD, tem sido feito na República e com sequências imediatas aqui na Região Autónoma dos Açores. É lamentável.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): O CDS está à rasca nesta questão.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 3 minutos.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraida Soares utilizou trechos do meu discurso completamente descontextualizados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi crítica, foi aproveitando.

O Orador: Pois, mas aproveitou de tal forma que criou uma imagem negativa para quem a ouviu.

Eu disse que não há dinheiro. Pois claro que não há dinheiro! O Bloco de Esquerda não sabe que não há dinheiro.

Deputada Zuraida Soares (BE): E eu disse que havia?

O Orador: Toda a gente sabe neste país que nós estamos com grandes dificuldades. O discurso do Bloco não pode ser um discurso fora da realidade, não é! Porque às tantas, se é um discurso fora da realidade e descontextualizado...

Deputada Zuraida Soares (BE): As derrapagens são fora da realidade, são estratosféricas.

O Orador: ...onde é que a Sra. Deputada cai? Cai na demagogia.

Portanto Sra. Deputada, o que eu lhe disse é que o país e a região têm cada vez maiores dificuldades para manter esses apoios, mas disse e repito que acho que é fundamental que se continue a fazer o esforço que se está a fazer. Ponto número um.

Ponto número dois. Fazendo-se este esforço é necessário também que este esforço não signifique apenas – é o que está demonstrado e o próprio relatório e os dados que aqui tenho o demonstram – é que as pessoas não saem da pobreza,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Claro que não!

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Leia o relatório, Sr. Deputado.

O Orador: ...permanecem eles e os filhos deles e os netos deles, neste programa, no Rendimento Social de Inserção, o que demonstra que não está a conseguir atingir um dos parâmetros que era fundamental, que era que as pessoas fossem auxiliadas e que as medidas fossem de tal forma eficazes, que esse agregado familiar saísse dessa situação. Isso é que é eficaz.

De resto, nós podemos pagar e vamos pagar e concordo que se pague.

A questão é até quando é que nós podemos pagar.

Deputada Nélia Amaral (PS): É deixá-los morrer à fome.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda dispõe de 2 minutos.

***Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O senhor acabou de dizer que o PS devia pedir desculpa aos açorianos por ter criado, neste caso o RMG, e ter-se comprometido também com o RSI. Eu acho

que o CDS/PP é que tem de pedir desculpa aos beneficiários pela forma como os trata e os vê.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O CDS/PP sim, tem de pedir desculpa, porque isto é um direito e os senhores fazem muita questão de dizer “é um direito, mas tem deveres”. Claro que tem deveres e por isso é que existe um contrato de inserção onde esses deveres estão inscritos. É um compromisso que as pessoas assinam. Eu acho que o CDS/PP devia ter vergonha se consideram que são um partido que defende a família, os direitos humanos, quer um Estado ao serviço do homem e não ao contrário, e defende o princípio da solidariedade e do profissionalismo. Esses são os vossos princípios.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem! Sim, senhora!

A Oradora: Esses são os princípios que estão inscritos na democracia cristã que os senhores dizem que defendem. Gostava de ver como é que os senhores aplicam esses princípios quando não são capazes de compreender a situação das famílias beneficiárias.

Os senhores são os primeiros a julgar, mas não são capazes de compreender.

Oh, Sr. Deputado, acabe com essa paranóia! Isto já é uma paranóia! O senhor só tem na boca a palavra abuso e fraude.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O senhor não é capaz de ver mais nada. Oh senhor, para além do abuso e da fraude há 18 mil pessoas que são beneficiárias do RSI; para além do abuso e da fraude há 5 mil famílias que precisam de apoio; ...

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Quando acabarem com o facilitismo no acesso. Há falta de avaliação.

A Oradora: ...para além do abuso e da fraude há pessoas e só tenho pena que os senhores se tenham recusado a ouvir essas pessoas nas audições que nós tivemos no âmbito desta Comissão que falaram da importância que esta medida teve para si, da importância que teve ao nível da habitação que saíram de garagens, onde

viviam sem condições; da importância que a medida teve para si para alertar para as necessidades na vigilância de saúde; da importância que a medida teve para si para tomarem consciência, que não tendo tido um percurso escolar, têm muito mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; da importância que a medida teve para si para reconhecerem que têm uma dignidade, que quando saem à rua, hoje em dia, sentem-se com maior auto-estima do que era antes, porque não são apontadas com o dedo.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Tenho pena que os senhores tenham recusado a partilhar essa experiência com as pessoas e se querem fazer realmente uma política de personalismo, falta-vos muita proximidade à realidade concreta das pessoas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o pau carunchoso?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP tem de pedir desculpa aos açorianos pelos motivos que a Deputada Piedade Lalanda aqui enunciou, mas por mais alguns, nomeadamente, pelo facto, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor está traumatizado, Sr. Deputado?

O Orador: ...do CDS/PP ter de, uma forma demagógica e populista, tentado capitalizar descontentamento relativamente à implementação desta medida. Mas tem sobretudo de pedir desculpa aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção que são trabalhadores, que são gente que tem rendimento, mas cujo rendimento é tão baixo que tem de ser complementado pelo Rendimento Social de Inserção. São esses trabalhadores que ganham miseravelmente a quem os senhores também têm de pedir desculpa.

Deputada Nélia Amaral (PS): Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas. Até já.

(Eram 16 horas e 33 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 14 minutos)

E vamos reiniciar os nossos trabalhos com o ponto três da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2011 – “Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias”.**

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Governo, mais concretamente ao Sr. Secretário Regional da Presidência. Tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma genérica, gostava de transmitir aos Srs. Deputados o enquadramento e o contexto que levou ao facto do Governo trazer este diploma ao Parlamento, nomeadamente tendo em consideração a necessidade de regular juridicamente esta actividade de promoção e de organização de campos de férias, que é uma área de actividade que tem vindo a registar, nos últimos tempos, uma importância crescente e também um alargamento no que diz respeito à oferta disponibilizada, quer em quantidade, quer em diversificação, do tipo de campos de férias disponíveis, assumindo já um peso considerável, tanto no que diz respeito à ocupação de tempos livres de jovens, como também à gestão desses tempos livres

por parte da própria família, prestando assim um serviço relevante no que se refere à organização familiar, particularmente em tempo de férias.

Considerando esse facto e considerando também a coincidência de se preparar a nível nacional uma alteração substancial da legislação existente, e tendo o Governo Regional a oportunidade de acompanhar esse processo de perto com o Instituto Português da Juventude, considerou-se esta altura, esta ocasião, como a ideal para se proceder à criação e ao enquadramento jurídico regional desta matéria, que por um lado bebesse dos novos conceitos da legislação nacional e também da alteração do paradigma que se verificou, e por outro que atentasse às especificidades regionais tanto quanto possível e sempre que isso fosse vantajoso, sem deixar porém de garantir que seriam tidas em consideração todas as exigências que se devem colocar nesta matéria, particularmente no que diz respeito à componente pedagógica e educativa, que deve ser reforçada na oferta de campos de férias, e também no que toca a questões relacionadas com a segurança das instalações e do funcionamento desses próprios campos de férias.

Outra matéria que o diploma procura ter em atenção de forma evidente, diz respeito à qualificação, quer das entidades formadoras associadas a esta oferta, quer sobretudo dos próprios coordenadores e monitores que trabalharão ou trabalham com os jovens no âmbito dos campos de férias. Aliás, isso é bastante evidente, julgo eu, no diploma (pensa o Governo), porque há uma densificação do conteúdo pedagógico da oferta de campos de férias e portanto, parece-me que isto também deve ser um aspecto a valorizar por parte da apreciação que os Srs. Deputados fizeram do diploma.

Num plano mais específico e mais detalhado, gostava de salientar dois ou três aspectos. Por um lado, o detalhe e o cuidado com que se procurou abordar a questão do licenciamento, nomeadamente exigindo a existência de um regulamento interno e de um projecto pedagógico e de animação; por outro lado, as regras relativas ao licenciamento das instalações, particularmente no que diz respeito a segurança e a higiene; e por outro lado ainda, a exigência de informação e de coordenação entre as entidades responsáveis pela organização de campos de férias e as autoridades e as entidades de segurança, saúde, Protecção Civil e

bombeiros, que é um aspecto também que nos parecia muito relevante garantir do ponto de vista jurídico.

Faço também notar as regras que se procuram estabelecer no que diz respeito à proporcionalidade e à adequação que deve existir sempre, e deve ser garantida, entre o número de monitores ou de agentes de acompanhamento dos jovens e o número de jovens em cada casa, em cada campo de férias, garantindo-se assim a prestação de um serviço de qualidade, com a devida segurança.

Em suma, foram estas as nossas preocupações, são estes os objectivos essenciais do diploma, para o qual julgo que poderemos contar com uma apreciação favorável desta casa.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate. Rege a nossa grelha de tempos habitual.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para referir que os campos de férias são, de facto, espaços privilegiados para a ocupação dos tempos livres de crianças e jovens e que privilegiam a dinâmica de grupo e a socialização.

Este regime que é agora proposto pelo Governo Regional salvaguarda a necessidade de que seja contemplada uma dimensão pedagógica, articulada com a dimensão eminentemente lúdica que os campos obviamente devem ter; estabelece também princípios relativos à qualidade das instalações, que penso que todos nós preconizamos; estabelece a necessidade de mecanismos de certificação e inspecção conducentes a assegurar condições de higiene e segurança que devem sempre ser valorizadas e privilegia a necessidade de uma maior formação por parte das entidades promotoras, dos formadores e dos monitores.

Portanto, estes são de facto os três aspectos essenciais para melhorar a qualidade dos campos de férias e esta adaptação à ordem jurídica regional do normativo nacional procura conformá-los e adequá-los à nossa realidade arquipelágica. Ao assegurar-se a existência da dimensão pedagógica sem obliterar a componente

lúdica; ao assegurar condições de higiene, segurança e qualidade nos espaços e ao investir em melhor formação por parte dos responsáveis, sem conflitar com competências das câmaras municipais conforme o parecer da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores admite.

O parecer é perfeitamente favorável a este diploma, o Grupo Parlamentar do CDS/PP obviamente que se associa a este Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, constato que na galeria temos o nosso Deputado à Assembleia da República pelo círculo dos Açores, Ricardo Rodrigues, a quem saúdo.

(Aplausos da Câmara)

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

***Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma breve intervenção para sublinhar, naquilo que é o entendimento do Partido Social Democrata, a pertinência, o interesse e a oportunidade da apresentação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional pelas valências, digamos assim, que ela encerra, mas particularmente por vir disciplinar uma área que achamos particularmente importante e relativamente à qual havia necessidade imperiosa de promover legislação.

Chamo a particular atenção para as questões naturalmente relacionadas com a segurança – e todos nós, ao longo dos últimos tempos temos vindo a assistir em espaços onde há interacção por exemplo de jovens com adultos os problemas que têm acontecido, e portanto a necessidade imperiosa de haver regras claras para o funcionamento destes espaços – e naturalmente também as questões da higiene, mas uma atenção muito especial para a vertente pedagógica, que achamos e reputamos, tal como disse o Sr. Secretário, particularmente importante, porque a

interacção dos adultos com os jovens não é uma coisa, nem uma tarefa simplificada. E quantos exemplos não temos nós, ...

Deputado José San-Bento (PS): Temos muitos.

O Orador: ...Sras. e Srs. Deputados, - e é importante que se lembre aqui - que estes campos muitas das vezes recebem crianças em idades particularmente significativas das suas vidas, em idades em que eles estão em auto-construção da sua própria auto-imagem e da sua própria auto-estima, em que a interacção ou as interacções dos adultos e entre as crianças são particularmente importantes.

Quantas vezes assistimos, Sras. e Srs. Deputados, em tantos desses lugares, a por exemplo, como gosta de referir a Sra. Deputada Piedade Lalande, na estigmatização (muitas das vezes) de tantas dessas crianças, com a adjectivação que lhes é endereçada, tantas vezes por tantos adultos sem consciência das marcas que elas deixam.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos esquecer, Sras. e Srs. Deputados, que são os outros que nos dizem quem somos e este aspecto é particularmente importante nestes espaços de interacção, como referi anteriormente.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, como não podia naturalmente deixar de ser, vai associar-se com muito gosto a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional agora apresentada.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

***Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de organização de campos de férias, parece-nos importante enaltecer a importância na ocupação e na formação das crianças e jovens, potenciando também o enriquecimento dos participantes com programas muito importantes de carácter educativo, cultural, desportivo ou recreativo e, de alguma forma, ficam definidos os conceitos de campos de férias e de instalações de campos de férias, privilegiando sempre o

objecto que são os jovens, mas salvaguardando as medidas já aqui enunciadas de segurança e de higiene.

Por outro lado, há que referir a componente pedagógica que introduz uma maior exigência no que diz respeito à qualificação, quer das entidades que por sua vez virão a organizar os campos de férias, mas também do pessoal técnico, ou seja, os monitores e os coordenadores.

Com este regime jurídico é salvaguardada a qualidade das instalações, a qualificação, a segurança e a higiene, envolvendo os diversos departamentos do Governo com competências nessas áreas, assim como a Protecção Civil e as autoridades de saúde pública.

Desta forma, a Região passa a ter uma legislação própria para disciplinar este tipo de actividades.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista naturalmente...

Deputado João Costa (PSD): Naturalmente! Quem diria!

O Orador: ...irá votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aguardo inscrições. Não havendo inscrições vamos passar para a votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao debate e votação na especialidade. Se não houver oposição da Câmara eu colocava à votação conjuntamente os dois primeiros artigos, que não são objecto de qualquer proposta de alteração.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

***Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, era só para aproveitar antes de entrarmos na votação na especialidade para fazer uma breve referência às propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de explicar

que elas visam essencialmente uma agilização do processo de licenciamento, no que se reporta aos *timings* e à documentação a apresentar, sem prejuízo dos critérios de segurança, de higiene e de qualidade dos serviços prestados que aqui já foram reconhecidos e enaltecidos pelas diferentes bancadas.

Aproveitava também para fazer uma referência, ou uma chamada de atenção, que consta do documento que foi entregue na Mesa para a comissão de redacção, no sentido de fazer substituir as referências a “monitor/animador”, por “monitor” exclusivamente, assim como as referências a Direcção Regional da Juventude: onde se lê “Direcção Regional da Juventude”, passa a ler-se “Departamento do Governo Regional com competência em matéria de juventude”.

Uma vez que o diploma está consensualizado e as propostas de alteração também parecem ser simples e consensualizáveis, sugeria-se, Sr. Presidente, se assim o entender, que pudessem ser postas à votação em conjunto.

Presidente: Só há aqui um ligeiro problema para isso, que passo a explicar, embora o efeito prático não seja grave ou nenhum até, é que para o artigo 7.º o Partido Socialista reformulou, mais do que uma vez, a sua proposta de alteração, o que significa que neste momento a proposta de alteração, a última do Partido Socialista, deu entrada ligeiramente posterior à do Bloco de Esquerda, embora na prática o que fica prejudicado creio que não desagradará a nenhum dos dois, que é a eliminação da alínea a), do número 2, do artigo 7.º, que ambos propõem.

Portanto, se não houver oposição da Câmara eu colocava à votação em conjunto todas as propostas de alteração do PS, em primeiro lugar, para este diploma.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Podia colocar agora à votação a proposta de alteração do BE, na parte em não ficou prejudicada, para o artigo 7.º.

Sr. Deputado José Cascalho tem a palavra.

***Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta alteração, e vou falar do número 3, do artigo 7.º, tem a ver com a necessidade que nós sentimos de reforçar que a Direcção Regional da Juventude apresentasse um documento, no qual expressa a decisão relativamente ao que está em discussão, ou seja, se aprova ou se não aprova o campo de férias, ou neste caso, não é bem o campo de férias, é a legislação, - se me puderem ajudar, deixem-me só ver o artigo 7.º o que é que diz – o pedido de licença. O que nós queríamos era que houvesse, efectivamente, um documento em que está lá escrito que há uma aprovação desse campo de férias.

Portanto, foi essa a alteração que nós fizemos para tornar mais claro e haver uma garantia de que essa decisão é tomada e está escrita.

Muito obrigado.

Presidente: Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Se não houver oposição da Câmara, colocaria à votação, com as alterações que acabámos de lhes introduzir, todos os artigos do diploma, portanto do artigo 1.º ao artigo 27.º do Projecto.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projecto de Resolução n.º 6/2011 – “Construção de um museu na ilha do Corvo”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Rege a grelha de tempos que temos vindo a usar. Dou naturalmente a palavra ao proponente para apresentar o Projecto. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Projecto de Resolução do Partido Popular Monárquico é muito simples, como simples é fazer justiça em relação ao património e à história da ilha do Corvo.

Confesso que foi a prosa inspirada do Presidente Regional, que foi o motivo imediato da apresentação de uma proposta que estava no meu programa eleitoral, pelo menos no meu estava (no meu estava esta proposta).

Dizia o Sr. Presidente do Governo Regional há umas semanas: “uma terra sem um museu pode ser perigosamente confundida com uma terra sem história, essa é aliás uma boa razão para investirmos mais nessas instituições, em algumas das nossas ilhas, onde a dimensão e o valor da sua história bem o justifica.”

Esta frase do Presidente do Governo Regional é completamente assertiva, é de facto assim. É necessário fazer investimento, realizar esse investimento e defender o nosso património. Mas o Sr. Presidente do Governo Regional também, nessa mesma declaração, acautela e insere esse investimento naquela que é a situação económica do país e da Região.

Dizia ele também nessa mesma intervenção: “o investimento que mantemos nestes sectores é um factor de qualificação da governação açoriana, mas é também uma resposta a necessidades de salvaguarda de um património disperso pelas ilhas e de iniciativas que não teriam desenvolvimento sem apoios públicos. Mesmo em tempo de restrições financeiras é importante não romper com estas matrizes das políticas públicas”. Repito a última frase: “Mesmo em tempo de restrições financeiras é importante não romper com estas matrizes das políticas públicas”.

Concordo inteiramente com o Sr. Presidente do Governo Regional, mesmo em tempo de crise é necessário realizar este esforço de defesa do nosso património.

Vale a pena olharmos um pouco para aquela que é a localização territorial dos núcleos museológicos e dos museus na nossa Região. Se olharmos, constatamos que as Flores têm quatro núcleos museológicos; o Faial, quatro: o Pico, sete; São

Jorge, um; a Graciosa, outro; a Terceira, seis; Santa Maria, um e São Miguel, vinte e cinco núcleos museológicos. O que significa exactamente que...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor está misturando aí colecções particulares.

O Orador: ...no âmbito da função, o Sr. Presidente do Governo Regional a identificou - e muito bem - para fazer isto: “os museus são igualmente espaços de investigação científica e de criação cultural, repositórios de materiais de valor patrimonial elevado e vocacionados para a sua conservação a longo prazo”. Para fazer isto.

Sr. Presidente do Governo Regional, como vê, identifico-me com aquele que foi e que é o seu discurso nesta matéria.

O que eu considero que não pode ser feito, Sr. Presidente do Governo Regional, é esquecer que o nosso arquipélago tem nove ilhas e que este esforço, esta preservação do património, esta preservação deste património cultural, deste património histórico, é importante que este esforço se faça em todas as ilhas e deixar a ilha do Corvo de fora deste esforço, não valorizar o seu património de forma suficiente, não valorizar o património da ilha do Corvo é a mesma coisa que dizer, como o Sr. Presidente do Governo Regional dizia, “uma terra sem museu, é uma terra sem história”.

A ilha do Corvo tem muita história. Uma história de afirmação, em condições muito difíceis. É na ilha do Corvo que nós podemos encontrar um povo com uma identidade muito forte, um povo que viveu durante séculos ao abandono, sujeito a uma carga fiscal tremenda, mais que em todas as outras ilhas; sujeito a condições de vida de um isolamento atroz e há ali uma experiência, há ali um percurso histórico, há ali um conjunto, um património muito diferente das restantes ilhas, que é muito importante que a nossa Região faça a honra, e faça de facto, a justiça de preservar. Estou a falar-vos, portanto, de uma questão que tem o maior interesse e a maior justiça civilizacional. Os senhores sabem que é justo, só não compreendo é porque é que ainda não o fizemos.

Mas, não estou neste discurso a realizar nenhuma recriminação contra ninguém, estou aqui a preparar o futuro, a tentar salvaguardar o futuro e a preocupar-me exclusivamente com a salvaguarda do património da ilha do Corvo.

Portanto, é esta proposta que vos apresento.

O Sr. Director da Cultura – e termino já esta intervenção – diz que só não o faz e cito: “O Director da Cultura afirmou que o Governo Regional pugna pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os açorianos. Lembrou que não há nenhum compromisso para a construção de um museu na ilha do Corvo”. Portanto, foi este o seu discurso, foi isto que ele afirmou e está aqui no relatório, só não o faz por isto.

Portanto, a partir daí o que é lógico é que não tendo a proposta do PPM o pecado que tinha a proposta do PCP, que já estava no programa eleitoral do Partido Socialista, não tendo esse pecado, que é uma espécie de pecado original – nós não temos, não comemos essa maçã -, é evidente que considero que esta proposta por justiça, por não estar no vosso programa eleitoral, colhe todas as condições para ser aprovada por vossas excelências.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Guilherme Nunes tem a palavra.

Deputado Guilherme Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A maior riqueza do Corvo é, precisamente, de não precisar de um museu para se mostrar aos visitantes. Tomara muitas localidades dos Açores terem esta vantagem comparativa.

A ilha do Corvo é, na melhor acepção da palavra, um verdadeiro museu ao vivo, onde o passado coabita com presente, dando aos visitantes a verdadeira percepção do que é a ilha, do que foi o seu passado, as suas tradições, ao mesmo tempo que mostra as vivências actuais.

Nenhum visitante trocaria uma tarde de conversa, no Largo do Ribeirão, na Cancela ou no Outeiro, com um habitante do Corvo por uma visita a um museu, o

qual, por melhor que fosse, seria sempre uma representação do passado e uma cópia do presente.

O Corvo vale muito mais enquanto comunidade que sabe receber bem quem visita a ilha, que acolhe os visitantes nas suas casas, do que por um espaço representativo daquilo que já foi no passado.

A memória do Corvo está nas suas ruas, nas suas gentes, nos seus espaços naturais, na sua igreja e, acima de tudo, nas histórias que os seus habitantes se orgulham de contar aos visitantes.

Apesar desta nossa perspectiva, não negamos que um museu poderia ser mais um contributo para o Corvo. A seu tempo serão tomadas decisões.

Nesta legislatura não assumimos esse compromisso com os corvinos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não precisa!

O Orador: Não, é não! Assumimos outros, como por exemplo, a construção do Pavilhão multi-usos que custou a módica quantia de 837 584,42 euros mais IVA, mais a Fiscalização, pode rondar um milhão de euros. Isso não é investimento? Não é, não senhor!

Deputado Rui Ramos (PSD): E o museu?

O Orador: Aliás, nesta legislatura já cumprimos, até esta data, a quase totalidade das promessas que fizemos na campanha eleitoral para as Regionais de 2008, que foram entregues em todas as casas do Corvo. Isto é que nós prometemos e é isto que nós temos de cumprir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É obra digna de ser salientada. Já o fiz aqui nesta casa e sempre que tiver oportunidade voltarei a fazê-lo, embora não tenha muita, como o senhor bem vê, somos 30, foi a vontade do povo, por isso é que somos 30 aqui, um ali, dois ali, exactamente esta composição foi o povo que a decidiu, não fui eu, Sr. Deputado.

Já agora gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado do PPM: A mesma crítica que faz ao Museu de Arte de Contemporânea da Ribeira Grande, que acha que devia ficar suspenso devido à actual crise, também se aplica ao Museu do Corvo?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Ou o senhor usa dois pesos e duas medidas?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Nós podemos citá-lo, se quiser, sobre essa matéria.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aguardo inscrições.

Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

***Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra breve sobre esta iniciativa que nos traz a Representação Parlamentar do PPM.

Em primeiro lugar, parece-me que o Sr. Deputado Paulo Estêvão deve ter somado a data ao número de museus e de núcleos museológicos existentes nos Açores.

(Risos do Presidente do Governo Regional)

Porque nós teríamos imensa honra, Sr. Deputado, em ter uma rede museológica dessa dimensão e com essas características, mas parece-me que o senhor ou somou a data, ou usou uma máquina de calcular com problemas, porque não corresponde exactamente aos números existentes, com pena nossa, claro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vou fazer-lhe chegar a cópia. Os senhores conhecem mal a Região.

O Orador: Mas sobre a matéria de facto, o Sr. Deputado traz a esta Assembleia a intenção, ou a proposta, de que o Governo faça, crie um museu no Corvo.

Essa é uma pretensão legítima, é claro, mas é algo que não consta do nosso compromisso, quer eleitoral, enquanto candidatura ao Governo dos Açores, quer do programa do X Governo Regional dos Açores.

Há que estabelecer prioridades, Sr. Deputado; ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O programa do Governo há-de estar gravado na pedra.

O Orador: ... há que definir aquilo que é para fazer prioritariamente, do que só pode ser feito depois, e portanto, esse não é um dos compromissos que conste das prioridades assumidas pelo Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se estivesse, não podia apresentá-lo.

O Orador: E há-de convir, Sr. Deputado, que é natural que nós tenhamos a preocupação de fazer primeiro aquilo que nos comprometemos a fazer. Aliás, é assim que se credibiliza a actividade política e a actividade governativa. Se existe o compromisso e se esse compromisso foi validado eleitoralmente, pois é assim que nós damos valor a quem depositou o seu voto e a sua confiança no Partido Socialista para governar a Região.

Portanto, é assim que definimos as prioridades de actuação e por isso é que é relevante que esteja ou não uma determinada obra, ou uma determinada medida, inscrita no programa eleitoral ou no programa do Governo. Assim se explica o facto de nós lhe termos dito também em Comissão que essa proposta não constava nos nossos compromissos eleitorais.

Não é por isso que o Corvo não tem infra-estruturas e equipamentos de qualidade no sector cultural, como sabe o Sr. Deputado porque já os frequentou, frequentámos ao mesmo tempo, portanto eu sei que isso acontece e que o senhor conhece. Estou a falar particularmente do Centro de Interpretação Ambiental e Cultural do Corvo, que tem uma valência especificamente cultural, onde decorrem e já decorreram exposições itinerantes relevantes, colóquios, palestras, e outro tipo de actividades de âmbito cultural.

Por outro lado, como também já foi aqui referido, há um investimento em curso que ficará, ao que tudo indica, pronto, disponível também para a população do Corvo este ano e que é o pavilhão multi-usos que tem também, no caso de isso ser necessário e desejável, um potencial de ser utilizado também na área cultural.

Portanto, o Corvo não tem falta de oferta cultural, nem falta de equipamentos nesta área. Está dotado das condições que nos parecem suficientes.

Um museu no Corvo é também uma aspiração dos governos do Partido Socialista, mas não é algo concretizável nesta legislatura.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

***Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer que até nem discordo de parte daquilo que o Sr. Deputado Guilherme Nunes afirmou sobre o Corvo, a vivência do passado com alguma modernidade, mas isso, na nossa opinião, não é impeditivo que, entretanto, se aponte para a construção de uma estrutura física que possa, não aprisionar o património histórico e cultural da ilha do Corvo, mas no sentido de o preservar, no sentido de o organizar e no sentido de que essa estrutura (núcleo museológico, museu, o que quer que seja) possa potenciar a ilha do Corvo como um destino turístico da Região Autónoma dos Açores e nessa perspectiva esta aspiração e propositura são perfeitamente legítimas, independentemente de estar ou não no programa do Governo, portanto, tudo isso é legítimo.

Queria, no entanto, e dizendo desde já que vou apoiar esta iniciativa do PPM, dizer que julgo que o Deputado Paulo Estêvão, a Representação Parlamentar do PPM, poderia ter ido um pouco mais além, na parte resolutiva, ao propor também na sua recomendação ao Governo que pudesse ser inventariado o património histórico e cultural da ilha do Corvo e não apenas apontar para a construção de uma estrutura física.

De qualquer forma, esta proposta do PPM terá o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

***Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não restam dúvidas de que um museu é um elemento propagador de memórias, conservador da história e da cultura de um povo e é um baluarte identitário. Daí que a identidade única dos corvinos deveria já há muito estar salvaguardada com a

criação de um museu, à semelhança aliás do que acontece nas demais ilhas dos Açores. Daí que faça todo o sentido a afirmação invocada pelo proponente desta iniciativa, do Sr. Presidente do Governo, em que dizia que “uma terra sem museu, pode ser facilmente confundida com uma terra sem história”. Nada mais verdadeiro.

O que nós vemos é que na prática são palavras ocas, no que dizem respeito ao Corvo e a 15 anos de governação socialista, que obviamente não materializaram esta intenção e esta frase.

O Corvo – e é justo que se diga aqui – e a vivência dos corvinos são únicos na nossa realidade, são o verdadeiro ícone da nossa insularidade. São séculos de vivências, de sobrevivências que conduziram a uma sociedade que é única e cujo reconhecimento museológico há muito devia estar feito. São um referencial único de adaptabilidade, união e de sacrifício.

E porque não tem ainda um museu? Por responsabilidades do Partido Socialista e por responsabilidades do PSD, que ao longo das suas governações atravessaram tempos de vacas gordas e tempos de vacas magras. Neste momento, como todos sabem, estamos num tempo de vacas raquíticas e como estamos num tempo de vacas raquíticas não vamos cair na demagogia pura do Sr. Deputado Guilherme Nunes, que veio aqui dizer que o Corvo não precisa de um museu, mas se fizer um, melhor.

Deputado Francisco César (PS): Isso é um exercício de demagogia!

O Orador: Seria fácil, pelas razões invocadas, apoiar esta iniciativa do PPM, agora o CDS/PP é uma oposição responsável, coerente e conseqüente e na actual conjuntura não reconhece que este seja um investimento que deve ser prioritário. Em outras circunstâncias obviamente nos associaríamos claramente à iniciativa do PPM, nesta conjuntura iremos obviamente abster-nos.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

***Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Isto parece um pouco, este nosso debate, uma reedição daquele que tivemos ontem a propósito do Projecto de Resolução do PCP para a criação de um núcleo museológico aeronáutico na ilha de Santa Maria.

O Bloco de Esquerda não vai aduzir mais argumentos para além daqueles que já foram trazidos a esta Câmara, sobre a justeza e a legitimidade do Projecto de Resolução do PPM que recomenda ao Governo a construção de um museu na ilha do Corvo. Já o dissemos em Comissão, vamos votá-lo favoravelmente por todas as razões aqui já aduzidas e que não vamos repetir.

Agora, não posso deixar de fazer um comentário às razões aduzidas, nesta Câmara, pelo Secretário Regional da Presidência para a não aprovação deste Projecto, ou não concordância com este Projecto de Resolução.

O Sr. Secretário começou por dizer que considerava até que era uma pretensão legítima. Eu esperaria que o Sr. Secretário aduzisse argumentos ou deitasse mão a argumentos legítimos também, que se prendem, se quisermos, com a conjuntura económica que nós vivemos na Região e fora dela. Mas o Sr. Secretário que tinha esse argumento – poderíamos depois debatê-lo e ver até que ponto a cultura e o investimento na cultura é ou não é reprodutivo – que era um argumento que o Bloco de Esquerda aceitaria. Agora, o argumento que o Sr. Secretário aduziu, não o aceitamos exactamente pela discussão que aqui tivemos ontem. Disse o Sr. Secretário, que sendo uma proposta legítima não consta do programa eleitoral do Partido Socialista, mais do que isso, não consta do programa do Governo.

Ora, voltando ao nosso debate de ontem é preciso lembrar a esta Câmara que se constasse a proposta seria redundante, porque não consta ela não é exequível. É este tipo de argumentação, aliás utilizada em sede de Comissão pelo Sr. Director Regional da Cultura, que nós consideramos que não colhe e que não é em si próprio legítimo, porque há outros a aduzir para rejeitar, para chumbar este Projecto de Resolução que não seja esta pescadinha de rabo na boca: se está não vale a pena propor porque é redundante, se não está não é exequível, quando nós sabemos que isso não é verdade sobre variadíssimas outras matérias.

Portanto, o Bloco de Esquerda votará, evidentemente, favoravelmente esta Proposta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Neste momento não tenho mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

***Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em pleno século XXI e com a escolarização que todos têm, – o nível de escolarização que nós temos, nós que estamos no Parlamento – obviamente não vou torturar-vos para vos dizer porque é que é importante um museu. Isso é um argumento que eu obviamente não vou utilizar e não vos vou torturar com essa descrição...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já está a torturar!

O Orador: ...porque isso seria regressar duzentos e tal anos atrás no manual da história e explicar um bocadinho a idade das luzes e isso o Sr. Deputado Guilherme Nunes se não aprendeu, ...

Deputado Francisco César (PS): Estamos no século XX, na altura da energia eléctrica!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem o ensinou foram os corvinos!

O Orador: ... não sou eu que lhe vou ensinar, não é essa a minha função aqui.

Portanto, sobre isto, sobre esta visão absolutamente incivilizada destas questões de âmbito cultural, porque é assim, obviamente não vou pronunciar-me mais sobre isso.

A questão fundamental, é uma questão também com o Governo Regional, onde tem grandes responsabilidades o Sr. Secretário da Presidência que veio aqui dizer que esta opção era uma opção legítima. Porque o Sr. Secretário vai negar, que para a preservação do património de uma terra é importante a instalação de um museu. Não, não pode fazer isso sob pena de cair no ridículo total e portanto não disse isso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso a pessoas mais habilitadas.

O Orador: Não fez esse tipo de afirmação.

O que é que o Sr. Secretário da Presidência veio dizer? Nesta legislatura não está previsto. É grave que não esteja previsto, porque não está feito, mas mais grave é que não esteve previsto na anterior legislatura. E ainda mais grave é que também não esteve na outra.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Mas vai estar na próxima!

O Orador: Na próxima vai estar porque o Sr. Presidente do Governo Regional já não estará no Governo, ...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Quem é que disse isso?

O Orador: Digo-lhe eu e dir-lhe-ão os açorianos em 2012, como vão dizer também ao Eng.º Sócrates no dia 5 de Junho. Essas mensagens já estão direccionadas e já estão predestinadas.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Você nem sabe em que partido estará, que fará se eu ainda estiver cá!

O Orador: Mas é muito importante dizer-lhe o seguinte, Sr. Presidente do Governo Regional.

Considero que o Sr. Presidente tem o discurso certo, tem a retórica certa. “Uma terra sem um museu, uma terra sem história”. Esta frase é bonita. Eu gosto desta frase.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): O senhor deixe de me elogiar!

O Orador: O problema é a prática. Oh Sr. Presidente, o seu problema é a prática! É porque depois o senhor tem uma terra, tem uma ilha em que o senhor há 16 anos que se recusa a fazer um museu. Esta frase cai num vazio retórico. Quando se cai no vazio retórico, cai-se na demagogia.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é o rei da demagogia!

O Orador: Quando se cai na demagogia, temos um problema grave para o Governo Regional.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. Sr. Deputado Paulo Estêvão faça o favor.

O Orador: Vou já terminar.

Vou manter este registo, porque considero que os senhores já perderam esta discussão. Os senhores já perderam! Porque nem o Churchill ganhava esta discussão. Isto é uma questão civilizacional. Os senhores têm uma ilha, uma terra, em que os senhores se recusam a proteger o património dessa ilha. É tão simples quanto isto. Esse património está a desaparecer.

Dei-me ao trabalho de analisar, porque esta questão também é uma questão da década de 70 e também do período da oposição, em que o Sr. Presidente do Governo Regional estava na oposição, pois o Sr. Presidente do Governo Regional já está nesta Câmara há 30 anos, ...

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): 31!

O Orador: ... e portanto o Sr. Presidente do Governo Regional terá ouvido naquela altura intervenções de deputados dessa bancada, do Partido Socialista, preocupados com aquilo que eles diziam que era o fim da cultura nos Açores - eram essas as expressões utilizadas - e também com o desaparecimento dos materiais, com o desaparecimento do património. Essa bancada fazia este discurso há vinte e tal anos atrás, quando estava o Partido Social Democrata no Governo e o Sr. Presidente do Governo Regional ouviu isso. Não o disse, mas ouviu.

Ao longo de 16 anos foi incapaz realmente de resolver um problema, que é um problema de justiça e mais do que isso, Sr. Presidente do Governo Regional, isto é um problema de civilização, isto é um problema de educação, isto que está a acontecer em relação à ilha do Corvo vai pesar-lhe, Sr. Presidente do Governo Regional, na sua consciência o resto dos seus dias.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Assim sendo passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalho: **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 4/2011 – “Observatório do leite e produtos agro-alimentares”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra para a apresentar o Projecto ao Sr. Deputado António Ventura.

Faça favor, Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Para uma interpelação, Sr. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Agradecia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, os nossos trabalhos terminam hoje por aqui. Retomamos amanhã às 10 horas da manhã com PTAP.

A todos, muito obrigado. Bom jantar e até amanhã.

(Eram 18 horas e 01 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jorge Manuel de Almada Macedo

(*) Texto não revisto pelo Orador.

LISTAGEM DA CORRESPONDÊNCIA

1 - Projectos de Decreto Legislativo:

Assunto: Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro (Parque Natural da Ilha de Santa Maria) (N.º 10/2011)

Autor: PS

Data de entrada: 2011.04.12.

2 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter o mapa cronológico das operações eleitorais, referente à eleição para a Assembleia da República de 5 de Junho de 2011

Proveniência: Comissão Nacional de Eleições

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 60.00/3/IX;

Assunto: Ofício a solicitar o cancelamento do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2011 - Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2008/A (Sistema complementar de apoio à frequência de estudos pós-secundários e superiores) - cancelamento de iniciativa

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2011.04.11

Referência: 105/1/2011.

3 - Requerimentos:

Assunto: [Litotricia na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: José Cascalho (BE)

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.06.00 – N.º 453/IX;

Assunto: [Transferência de verbas para as Autarquias Açorianas](#)

Autores: Duarte Freitas e António Marinho (PSD)

Data de Entrada: 2011.04.11

Referência: 54.03.00 – N.º 454/IX;

Assunto: [Famílias são surpreendidas por avisos de devolução de prestações - Segurança Social avaliou processos "a passo de caracol"](#)

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.04.11

Referência: 54.03.00 – N.º 455/IX.

4 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Linha de Crédito Açores Empresas II](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.01.08 – N.º 379/IX;

Assunto: [Ilha das Flores deve ter ligação no mesmo dia, Lisboa-Flores, uma vez por semana](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.03.08 – N.º 404/IX;

Assunto: [Escaravelho Japonês](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.04.00– N.º 410/IX;

Assunto: [Atrasos no pagamento do leite aos produtores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.01.05– N.º 420/IX;

Assunto: [Posto de abastecimento de combustível no porto de pescas e marina das Velas](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.01.05 – N.º 423/IX;

Assunto: [Passageiros de Gado pelo troço Miradouro Santa Iria - Barreiros](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.01.02 – N.º 426/IX;

Assunto: [Porto do Topo - Ilha de S. Jorge, continua caído no esquecimento...!
As populações da Vila do Topo e Santo Antão querem obra feita.](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.08

Referência: 54.03.05 – N.º 428/IX;

Assunto: [Fábrica de lacticínios da AAIT](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.11

Referência: 54.03.03 – N.º 416/IX.

Assunto: [Serviço de classificação de leite na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.03.08 – N.º 328/IX;

Assunto: [Aumento do preço dos cereais – consequências na Região](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.03.00 – N.º 337/IX;

Assunto: [Regularização do cumprimento das obrigações salariais dos formadores e funcionários e das bolsas dos formandos da Escola Profissional da](#)

[Ilha de S. Jorge](#) **Proveniência:** Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.06.05 – N.º 378/IX;

Assunto: [A Agricultura na Ilha das Flores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.03.08 – N.º 384/IX;

Assunto: [Autoridade da Concorrência: produtores e posição de fragilidade](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.03.00 – N.º 397/IX;

Assunto: [Leptospirose nos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.04.12

Referência: 54.03.00 – N.º 398/IX.

Pela redactora: *Ana Sofia Pereira da Silva Machado*

